

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA REGIÃO  
NOROESTE DO PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA  
SOCIOEDUCATIVA EMANCIPATÓRIA**

**ALESSANDRA ELVIRA DE OLIVEIRA**

**MARINGÁ  
2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**

**EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA REGIÃO NOROESTE DO  
PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA  
EMANCIPATÓRIA**

Dissertação apresentada por ALESSANDRA ELVIRA DE OLIVEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra.: ELIANE ROSE MAIO

Coorientadora: Profa. Dra.: VERÔNICA REGINA MÜLLER

MARINGÁ  
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

O48e

Oliveira, Alessandra Elvira de

Egressos do sistema socioeducativo da região noroeste do Paraná : subsídios para uma proposta socioeducativa emancipatória / Alessandra Elvira de Oliveira. -- Maringá, PR, 2025.

127 f. : il. color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Rose Maio.

Coorientadora: Profa. Dra. Verônica Regina Müller.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Sistema socioeducativo - Paraná (Estado). 2. Educação social. 3. Socieducação . 4. Medida socioeducativa. 5. Adolescente infrator. I. Maio, Eliane Rose, orient. II. Müller, Verônica Regina, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.15

ALESSANDRA ELVIRA DE OLIVEIRA

**EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA REGIÃO NOROESTE DO  
PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA  
EMANCIPATÓRIA**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM

Profa. Dra. Verônica Regina Müller (Coorientadora) - UEM

Profa. Dra. Paula Natali Marçal - UEM

Profa. Dra. Jacyara da Silva Paiva - UFES

Prof. Dr. Marcelo Colavitto - UEM (Suplente)

Profa. Dra. Cléia Renata Teixeira de Souza - UFMS  
(Suplente)

Maringá, 25 de abril de 2025.

Dedico este trabalho aos meus filhos amados, Vinícius e Heitor. Vinícius, meu primeiro filho, o qual me ensinou o real significado do amor, aquele amor que a gente não espera nada em troca, e Heitor, meu “carinha de Alessandra”, que me mostrou e comprovou que amor de mãe não se divide, mas sim, se multiplica ...

## AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas as quais tenho motivos para agradecer, ficando difícil mensurar a importância de cada uma nesta etapa de minha vida, enquanto profissional e pesquisadora.

Primeiramente, agradeço aos “meninos” egressos, os quais aceitaram participar da minha pesquisa, falando de suas vidas, remexendo algumas feridas e, mesmo assim, demonstrando resiliência, alegria e fé, servindo de motivação para que eu possa afirmar no meu trabalho, enquanto pedagoga da socioeducação: **É possível, sim!**

Agradeço às minhas Orientadoras: inicialmente, à Professora Verônica Müller, a quem tenho imensa gratidão por sua acolhida desde o início deste processo, aprendi a admirá-la por sua garra, ternura e conhecimento em Educação Social, assim como, por sua luta em prol das crianças e adolescentes. Da mesma forma, agradeço, imensamente, à Professora Eliane Maio, que me “adotou” no decorrer do Mestrado, mostrando uma generosidade sem tamanho em aceitar-me como orientanda, acolhendo-me no seu grupo de “orientandes”.

Verônica e Eliane, vocês são mulheres exemplares que, além do conhecimento acadêmico ao qual compartilham comigo, fazem-me, também, ESPERANÇAR todos os dias. Tenho orgulho em dizer que tenho DUAS Orientadoras espetaculares.

Agradeço à UEM, a universidade que eu escolhi nas diferentes etapas da minha formação profissional, e sobre a qual tenho satisfação em dizer que “sou cria”, sim, sou cria da Educação Pública, que me trouxe a teoria crítica, para a inquietação com as causas sociais que trazia no peito desde criança.

Agradeço ao Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa da Criança e do Adolescente - NPCA, à Associação dos Educadores Sociais de Maringá - AESMAR e ao Grupo de Pesquisa Infâncias, Adolescências, Juventudes e Educação Social, por intermédio dos quais tive acesso a um rico material teórico, assim como pude conhecer

pessoas excepcionais e extremamente engajadas na luta e defesa das crianças e adolescentes, como também no reconhecimento do profissional da Educação Social.

Agradeço à Professora Paula Natali, que me aceitou e me cedeu algumas de suas aulas nos períodos vespertino e noturno, para que eu pudesse cumprir meu Estágio em Docência, junto aos alunos da Educação Física. Da mesma forma, agradeço aos alunos, futuros profissionais da Educação Física, os quais me receberam com empatia e atenção durante as aulas.

Agradeço aos meus filhos Vinícius e Heitor, que me motivam todos os dias a não desistir, e que ouviram eu falar no trajeto do Vinícius para o vestibular 2022: “Ano que vem a mãe também vai estudar aqui na UEM, no mestrado”!

Agradeço à minha mãe, Dona Cleusa, com quem aprendi o hábito da leitura, e foi minha rede de apoio ao receber o Heitor, para que eu pudesse participar das aulas noturnas.

Agradeço à minha amiga, “cumadi” e irmã em “polianisses” Lara, que me incentivou desde o início, corrigindo meu projeto inicial e participando da ansiedade do processo todo.

Agradeço aos/às meus/minhas colegas de trabalho, com os/as quais convivo, diariamente, na labuta socioeducativa, e que contribuem, mesmo que indiretamente, para às reflexões enquanto profissional.

**AmarElo** (Emicida / Belchior)

Presentemente eu posso me  
Considerar um sujeito de sorte  
Porque apesar de muito moço  
Me sinto são e salvo e forte  
E tenho comigo pensado  
Deus é brasileiro e anda do meu lado  
E assim já não posso sofrer no ano passado  
Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro  
[...]  
Eu sonho mais alto que drones  
Combustível do meu tipo? A fome

Pra arregaçar como um ciclone  
Pra que amanhã não seja só um ontem  
Com um novo nome  
O abutre ronda, ansioso pela queda  
Findo mágoa, mano, eu sou mais que essa  
merda  
Corpo, mente, alma, um tipo Ayurveda  
Estilo água eu corro no meio das pedra  
Na trama, tudo os dramaturvo, eu sou um  
dramaturgo  
Conclama a se afastar da lama, enquanto  
inflama o mundo  
Sem melodrama, eu busco grana, isso é  
hosana em curso  
Capulanas, catanas, buscar nirvana é o  
recurso  
É um mundo cão pra nós, perder não é  
opção, certo?  
De onde o vento faz a curva, brota o papo  
reto  
Num deixo quieto, num tem como deixar  
quieto  
A meta é deixar sem chão quem riu de nós  
sem teto  
[...]  
Figurinha premiada, brilho no escuro  
Desde a quebrada avulso  
De gorro, alto do morro e os camarada tudo  
De peça no forro e os piores impulsos  
Só eu e Deus sabe o que é não ter nada, ser  
expulso  
Ponho linhas no mundo, mas já quis pôr no  
pulso  
Sem o torro, nossa vida não vale a de um  
cachorro, triste  
Hoje cedo não era um hit, era um pedido de  
socorro  
Mano, rancor é igual tumor, envenena raiz  
Onde a platéia só deseja ser feliz, saca?  
Com uma presença aérea, onde a última  
tendência  
É depressão com aparência de férias  
Vovó diz: Odiar o diabo é mó' boi  
Difícil é viver no inferno e vem à tona  
Que o mesmo império canalha  
Que não te leva a sério  
Interfere pra te levar à lona  
Então revide [...]  
Permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes

Elas são coadjuvantes  
Não, melhor, figurantes  
Que nem devia tá aqui  
Permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz  
Sabe o que resta de nós?  
Alvos passeando por aí  
Permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobrevivência  
Me resumir a sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem  
É o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós  
sumir, aí  
Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro.

OLIVEIRA, Alessandra Elvira de. **EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA EMANCIPATÓRIA**. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Coorientadora: Dra. Verônica Regina Müller. Maringá, 2025.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral analisar quais fatores pedagógicos, durante o período do cumprimento da Medida Socioeducativa de Internação, influenciaram para que adolescentes egressos não voltassem a reincidir em atos infracionais. Para tanto, por meio de pesquisa qualitativa, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis (6) egressos do CENSE, que cumpriram medida socioeducativa de internação entre os anos de 2008 e 2021. As análises dos dados estão pautadas em teorias da Educação Social. Foram extraídas sete (7) categorias de análise: Dados gerais dos entrevistados, Histórias de Vida, Percepção dos adolescentes sobre o cumprimento da medida socioeducativa, Contribuições da medida socioeducativa, Percepção da equipe, Efetividade das medidas e Sugestões para melhoria no desenvolvimento das medidas socioeducativas. Os resultados, dentre outros, indicam que: a) a intervenção de profissionais e outras pessoas com olhar educativo, acolhedor, empático e orientador, principalmente, àqueles que se pautaram na perspectiva de educar socialmente, de forma emancipadora, tiveram grande influência na ressocialização destes egressos; b) há a necessidade de políticas públicas efetivas, que atuem na esfera da infância, como forma de prevenir o envolvimento de crianças e adolescentes com atos ilícitos; c) é imprescindível a retomada ou criação de ações e políticas que tenham como foco o trabalho com o adolescente egresso do sistema socioeducativo, a exemplo de ações extintas, as quais ocorreram em anos anteriores; d) há a necessidade de formação específica em Educação Social para todos os profissionais que atuam no sistema socioeducativo, corroborando com a formação específica em nível superior do Educador Social, e a socioeducação é um fator diretamente ligado às classes sociais.

**Palavras-chave:** Educação Social; Socioeducação; Adolescente em Conflito com a Lei; Medida Socioeducativa.

OLIVEIRA, Alessandra Elvira. **GRADUATES OF THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM OF THE NORTH-WEST REGION OF PARANÁ: SUBSIDIES FOR AN EMANCIPATORY SOCIO-EDUCATIONAL PROPOSAL**. nº de folhas (127 fls.). *Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dra. Eliane Rose Maio. Co-Supervisor: Dra. Verônica Regina Müller Maringá, 2025.*

### **ABSTRACT**

*This dissertation has the general objective of analyzing which pedagogical factors, during the period of compliance with the Socio-Educational Measure of Internment, influenced adolescents upon release to avoid reoffending. To this end, through qualitative research, we conducted semi-structured interviews with six (6) adolescents who completed the socio-educational measure of internment at CENSE between the years of 2008 and 2021. The data analysis is based on theories of Social Education. Seven (7) categories of analysis were extracted: General data of the interviewees, Life Stories, Adolescents' perception of the compliance with the socio-educational measure, Contributions of the socio-educational measure, Perception of the team, Effectiveness of the measures, and Suggestions for improving the development of socio-educational measures. The results, among others, indicate that: a) the intervention of professionals and other individuals with an educational, welcoming, empathetic, and guiding approach, especially those who focused on the perspective of socially educating in an emancipatory manner, had a significant influence on the resocialization of these former offenders; b) there is a need for effective public policies that address childhood issues as a way to prevent the involvement of children and adolescents in illegal activities; c) it is essential to resume or create actions and policies that focus on working with adolescents who have been released from the socio-educational system, similar to actions that were discontinued in previous years; d) there is a need for specific training in Social Education for all professionals working in the socio-educational system, aligning with the specific higher education training of Social Educators, and socio-education is a factor directly related to social classes.*

**Keywords:** *Social Education; Socio-Education; Adolescent in Conflict with the Law; Socio-Educational Measure.*

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	-	Distribuição das Unidades Socioeducativas no Paraná.....	52
-----------------	---	--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro</b>	<b>1</b>	-	Dados	Gerais	dos	Entrevistados
.....						53

## LISTA DE SIGLAS

<b>AESMAR</b>	Associação dos Educadores Sociais de Maringá
<b>ASSE</b>	Agente de Segurança Socioeducativos
<b>CENSE</b>	Centro de Socioeducação
<b>CGS</b>	Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
<b>COPEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
<b>DEASE</b>	Departamento de Atendimento Socioeducativo
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FASPAR</b>	Fundação de Ação Social do Paraná
<b>FEBEM</b>	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
<b>FUNABEM</b>	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
<b>IASP</b>	Instituto de Ação Social do Paraná
<b>MSE</b>	Medida Socioeducativa
<b>MNMMR</b>	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
<b>NPCA</b>	Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>PSDB</b>	Partido Social Democrata Brasileiro
<b>SECJ</b>	Secretaria Estadual da Criança e do Adolescente
<b>SEJU</b>	Secretaria da Justiça e Cidadania
<b>SGDCA</b>	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
<b>SINASE</b>	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>2. TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: DA INVISIBILIDADE HISTÓRICA A SUJEITO DE DIREITOS</b>	<b>29</b>
2.1. O início da institucionalização dos adolescentes brasileiros em conflito com a lei	30
2.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Socioeducativo: panorama geral	32
2.3. O perfil do/a adolescente em conflito com a lei	35
2.4. O atendimento socioeducativo no Paraná pós-Constituição de 1988	37
2.5. O Centro de Socioeducação de Maringá - CENSE	39
2.6. O perfil dos/as profissionais que atuam dentro das unidades socioeducativas	42
<b>3. EDUCAÇÃO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA?</b>	<b>44</b>
3.1. Conceitos básicos de Educação Social	44
3.2. Aspectos históricos da educação social no Brasil	46
3.3. Aspectos da atualidade da Educação Social brasileira	48
<b>4. RESULTADOS E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</b>	<b>52</b>
4.1. Dados gerais dos entrevistados	54
4.2. Histórias de Vida	59
4.3. Percepção do Adolescente sobre o cumprimento da Medida Socioeducativa	61
4.4. Contribuições da medida socioeducativa para sua vivência: aprendizagens práticas e subjetivas	64
4.5. Percepção sobre a equipe multiprofissional do CENSE	66
4.7. Sugestões para o trabalho com os adolescentes em medida socioeducativa	69
a) Quanto à melhora na estrutura física:	69
b) Quanto às atividades pedagógicas e acompanhamento da equipe:	70

c) Quanto ao tempo de medida socioeducativa:	72
d) Quanto ao acompanhamento pós Medida Socioeducativa:	73
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE II - RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO I - CARTA DE ACEITE DO COPEP</b>	<b>123</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Um guerreiro, eis de luta,  
Que trocou fuzil, canhão,  
Pelo método pedagógico  
No disparo da lição.  
No confronto com os nobres  
De saber armou os pobres,  
Fez uma revolução<sup>1</sup>  
(Braga, 2019).

Esta investigação tem por base o atendimento aos adolescentes privados de liberdade, os quais ficam apreendidos em unidades socioeducativas, cumprindo Medida Socioeducativa de Internação (MSE). Referimo-nos, em específico, às unidades socioeducativas localizadas no noroeste do Estado do Paraná.

O interesse pela temática é oriundo da minha experiência enquanto pedagoga de uma unidade socioeducativa de privação de liberdade, na região noroeste do Estado do Paraná, há mais de uma década. Com formação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, iniciei minha atuação como pedagoga do Centro de Socioeducação de Maringá - CENSE, em abril de 2010, após aprovação em concurso público, realizado no ano de 2006, pelo extinto Instituto de Ação Social do Paraná - IASP.

Contudo, antes de existir a pedagoga por trás desta dissertação, há uma pessoa que, desde a infância, teve o “antidestino” agindo em sua vida. Sendo a segunda filha de uma família com três filhos, desde pequena deparei-me com situações nas quais a pobreza direcionou minha vida. Minha mãe, dona de casa, com Ensino Médio incompleto, e, cujo sonho para suas filhas era vê-las trabalhando em escritório, longe do cotidiano exaustivo de uma casa, em que o trabalho nunca termina, sempre cultivou o gosto pela leitura.

Apesar de poucos e escassos os livros, este hábito influenciou-me desde menina. Considerando que meu pai era caminhoneiro e ficava meses fora de casa viajando, minha mãe arcou com o fardo mais pesado da criação dos três filhos,

---

<sup>1</sup>As epígrafes são trechos da literatura de cordel intitulada “Paulo Freire - na versão agradável do cordel”, de autoria do paraibano Medeiros Braga (1940-2024), membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel.

tendo quase nenhuma rede de apoio ao redor. Meu pai, com pouquíssimo grau de instrução, tendo abandonado os estudos aos treze anos para trabalhar, iniciou, já nessa idade, o uso abusivo de álcool, que perdurou durante um bom tempo, e influenciou, significativamente, a minha vida familiar, fazendo com que passássemos por privações de diversos tipos.

Apesar das adversidades, sempre gostei de ler e estudar, e sempre tive uma inquietação às coisas impostas como verdades absolutas. Aos doze anos, comecei a frequentar um grupo de jovens, da Pastoral da Igreja Católica. A mobilização social, promovida pelos/as demais jovens deste grupo, os temas sociais sempre presentes nas romarias da terra e do trabalhador, instigaram-me a saber mais. Alguns/mas desses/as jovens estudavam na UEM, coisa que imaginava ser impossível na minha realidade.

No final do meu Ensino Médio, comecei a observar meus/minhas colegas de sala preparando-se para o vestibular. Sem ter quem me orientasse e incentivasse a continuar os estudos, fui atrás de saber como era esse “tal vestibular”, para que servia, se precisava ser rico para cursar a universidade, coisas tão básicas e, ao mesmo tempo, distantes da realidade de onde eu vinha. Aos dezessete anos, resolvi entrar em um cursinho pré-vestibular, e tentar continuar os estudos. Sabendo que meus pais não tinham condições de pagar um cursinho, o jeito foi eu mesma bancar os estudos. O primeiro curso que tinha em mente, Psicologia, mas, por ser em período integral, era-me impossível ter acesso, pela necessidade de trabalhar, coisa que eu fazia desde os quatorze anos. Por fim, decidi prestar vestibular para o curso de Pedagogia, considerando que a grade curricular, composta por História, Sociologia, Psicologia, entre outros, me atraiu imensamente.

Em junho de 1997, no rádio que havia no meu trabalho, ouvi meu nome dentre os/as aprovados/as no curso de Pedagogia da UEM. Passei no primeiro e único vestibular que prestei em minha vida. No ano seguinte, iniciaram as aulas e, àquelas inquietações e perguntas, para entender o mundo, que trazia comigo desde a infância, foram sendo respondidas, conforme o avançar das disciplinas e anos do curso superior. Nestas minhas inquietações e empatia pelas minorias, fiz estágio, durante a graduação, com crianças surdas. Graduei em 2002, após uma longa greve na universidade, sendo a primeira da minha família a ter Ensino

Superior Completo. Em 2003, entrei na Especialização em Educação Especial, sempre imaginando se um dia seria capaz de ingressar em um mestrado.

Trabalhei na Educação Infantil por três anos, mas parei de trabalhar, para dedicar-me ao casamento e à maternidade. Não me sentindo realizada com a vida do lar, resolvi buscar uma nova colocação profissional, sempre tendo no meu íntimo a vontade de trabalhar com pessoas que estivessem à margem da sociedade. Em 2006, participei do concurso do antigo Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, órgão que, à época, era responsável pela gestão socioeducativa de privação de liberdade no Paraná. Fiquei entre os/as 7 primeiros/as colocados/as aprovados/as, depois de uma concorrência de 54 candidatos por vaga.

Desde o início, muitos foram os desafios vivenciados em meu trabalho dentro da unidade socioeducativa, haja vista que não tinha formação específica em Educação Social, e porque a atuação do/a pedagogo/a em unidades de privação de liberdade ainda era uma profissão em construção, pois suas funções transitam entre as diversas áreas do saber, não focando, especificamente, na atuação junto ao âmbito escolar.

A formação acadêmica de qualidade, apesar de não específica para a socioeducação, unida à inconformidade com a estrutura social contemporânea, direcionou-me desde o início o meu novo trabalho. Deparar-me, cotidianamente, com as mazelas sociais, materializando em minha frente o “produto” do sistema socioeconômico neoliberal personificado na figura dos adolescentes atendidos, fez com que eu continuasse estudando.

Em 2011, ingressei na Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional na UEM, para tentar compreender as dificuldades de aprendizagem dos adolescentes atendidos dentro dos CENSE's. Porém, foi buscando entender um pouco do funcionamento institucional, enquanto “organismo”, trazendo o conceito da educação de “Currículo Oculto”, que elaborei o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da especialização em Psicopedagogia, intitulado “Contribuições da Psicopedagogia Institucional para o Trabalho em Ambiente Socioeducativo” (Oliveira, 2013), o qual versava sobre a organização institucional dos CENSE's, pela ótica da psicopedagogia institucional.

Após anos de trabalho na Socioeducação, fui vendo, crescentemente, o dia a dia tornar-se cansativo mentalmente e as pessoas, progressivamente, endurecidas perante as mazelas sociais vivenciadas cotidianamente, desmotivadas pelo trabalho exaustivo e sem reconhecimento, a precarização do trabalho elevada à última potência, assim como o senso comum tornando-se regra, em um local onde deveria existir um aprofundamento das teorias emancipadoras. Fui percebendo que as questões de conjuntura eram encaradas pela equipe como algo de âmbito pessoal e individual, despersonalizando os/as servidores/as, trazendo atritos no cotidiano, influenciando na execução do trabalho junto aos adolescentes.

Durante todos esses anos, atuando como Pedagoga no Sistema Socioeducativo, ficou nítido que esta ainda é uma área com poucos estudos, é um trabalho invisível, formado por pessoas invisibilizadas, tanto os/as profissionais, quanto os adolescentes atendidos, sendo estes últimos, produtos da exclusão social perpetrada pelo capital, sujeitos que não tem visibilidade social, exceto quando infringem a lei.

A prática no interior da instituição e o contato direto com adolescentes, ocasiões em que as fragilidades estruturais da sociedade e desigualdades sociais tornam-se mais evidentes, suscitam muitas perguntas sobre a efetividade e o sentido de práticas pedagógicas, durante a estada dos meninos que cumprem medidas, e, se as mesmas, ainda que frágeis, diante da escassez de recursos humanos e materiais, atingem o objetivo maior, que é a ressocialização desses adolescentes. Há um conjunto de características que compõem o imaginário social, e, também, a realidade concreta deste universo no Brasil, sendo uma das mais evidentes, a marginalização da pobreza. O adolescente em conflito com a lei, em sua maioria, tem gênero, raça e classe social específicas.

A primeira observação é sobre a reincidência. A mídia insiste em criminalizar a adolescência pobre, e dar repercussão aos atos infracionais cometidos por adolescentes, principalmente, dos que estão em situação de vulnerabilidade social. Trazem manchetes sensacionalistas, e despertam o clamor público social pela redução da maioria penal, demonstrando, além do ódio ao/à pobre, o ódio à juventude empobrecida. Apesar do alarde em torno desta temática, poucos ou inexistentes são os dados relativos à efetividade ou

reincidência dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Dos poucos dados publicados sobre a temática, o estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, intitulado “Reentrada e Reiteraões Infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativos e prisionais brasileiros” (Brasil, 2019b), traz a informação de que, aproximadamente, 23,9% (vinte e três, vírgula nove por cento) dos adolescentes retornaram ao sistema socioeducativo ao menos uma vez, no período de quatro anos (2015-2019). O último levantamento realizado pelo SINASE (Brasil, 2023), não traz dados relativos à reincidência, assim como o último Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo no Paraná (Paraná, 2020), também, não faz alusão a tal dado no âmbito paranaense.

Considerando a conjuntura social brasileira dos últimos anos, observamos um enorme desmonte das políticas públicas sociais, com uma supervalorização dos aspectos relativos à segurança. A título de exemplo, podemos citar a Medida Provisória de 1 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019a), sendo um dos primeiros atos do, então, presidente eleito em 2018, a qual extinguiu e alterou a estrutura ministerial do poder executivo, extinguindo pastas importantes para área social, tais como os Ministérios do Desenvolvimento, Trabalho, Esporte e Cultura.

Apesar dos órgãos estaduais responsáveis pela execução das medidas socioeducativas de internação buscarem adequar-se às normativas vigentes, em especial, à Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Brasil, 2012), e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), os acontecimentos políticos e sociais, surgidos na última década, potencializaram as divergências existentes entre os diferentes atores, atuantes no sistema socioeducativo. Os poucos avanços obtidos, tais como promulgação da Lei do SINASE, Lei 12594/2012 (Brasil, 2012), a criação do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo (Paraná, 2015), a implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP dentro das unidades socioeducativas, os Cadernos da Socioeducação (Paraná, 2018), não impediram o sucateamento e o desmonte observados nas áreas sociais, relacionadas ao atendimento do adolescente em conflito com a lei, desmonte este, também observado em outros setores públicos.

Neste sentido, no Paraná, ao longo das últimas quatro gestões estaduais (2011 - 2014, 2015 - 2018, 2019 - 2022 e 2023 - atual), o órgão responsável pela

administração das unidades socioeducativas de privação de liberdade sofreu consideráveis mudanças, reduzindo sua relevância na escala hierárquica e, conseqüentemente, de recursos destinados ao atendimento socioeducativo. Em pouco mais de uma década, o órgão gestor estadual, responsável pelo andamento das medidas socioeducativas de privação de liberdade, passou do *status* de Secretaria de Estado (Paraná, 2007) para Coordenação (Paraná, 2023).

Em contrapartida, à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, Projetos Políticos Pedagógicos, Planos de Ação, entre outros, o que a prática nos mostra é uma enorme dificuldade cotidiana para realizar e direcionar o atendimento dos adolescentes, em que a visão menorista<sup>2</sup> ainda encontra salientes forças.

Em geral, o investimento em formação e capacitação profissional dos/as servidores/as atuantes na socioeducação estão aquém do necessário para o rompimento com práticas equivocadas e arcaicas, ainda pautadas, subjetivamente, no antigo Código de Menores<sup>3</sup>. O que observamos entre os/as profissionais, então, de forma generalizada, é uma mescla de concepções de sujeito e sentimentos, os quais interferem, diretamente, no trabalho com os adolescentes.

Somado a uma falta de capacitação aos/às trabalhadores/as, na segunda década do século XXI, reverberando uma tendência neoconservadora (Pires, 2021) e acrítica, que ganhou adesão de uma parcela, significativa, da sociedade, houve um aumento no clamor social pelo endurecimento das políticas punitivas, em específico, no que se refere ao adolescente. O levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, e publicado pela Revista Veja em 3 de janeiro de 2018, trazia o dado relativo ao aumento do apoio à redução da maioria penal, para crimes graves (de 26% para 36%), assim como 84% (oitenta e quatro por cento) do total de entrevistados/as, diziam-se favoráveis à alteração na lei, independente, do ato

---

<sup>2</sup>A visão menorista advém do Código de Menores de 1979 que continha uma visão punitivista e discriminatória em relação aos adolescentes em conflito com a lei, denominados, então, de menores, por estarem abaixo da idade legal civil (menor de idade). O Código de Menores deixou de existir, e foi substituído pelo ECA em 1990, que traz a concepção de adolescentes como sujeitos de direitos em condição de desenvolvimento.

<sup>3</sup>Código instituído em 1927, que o qual defendia a Doutrina da Situação Irregular das crianças e adolescentes pobres, pautados em argumento onde havia a criminalização da pobreza. Suas reformulações nos anos posteriores, conservou a característica punitivista da infância e adolescência empobrecida, vigorando, oficialmente, até a promulgação do ECA.

infracional cometido (Veja, 2018). Há uma tríade de ódio velado: ódio ao/à jovem, ao/à pobre e ao/à negro/a.

Com o avanço do Neoconservadorismo<sup>4</sup>, as lideranças governamentais da atualidade têm como característica em comum, um discurso alicerçado no “*antiestablishment*” político, com características racistas, homofóbicas e xenofóbicas (Pires, 2021). Não é de se surpreender que haja uma comoção tão vultosa, no sentido de enrijecer as políticas de punição contra os adolescentes em conflito com a lei, os quais, majoritariamente, contêm as três características observadas anteriormente: jovens, pobres e negros/as.

Por outra parte, em termos matemáticos, o número de adolescentes, privados de liberdade, diminuiu nos últimos anos, conforme demonstra o último levantamento do SINASE (Brasil, 2023), em que consta:

[...] o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) registrou com nitidez que as medidas socioeducativas em meio fechado vêm caindo em todo o país desde 2016 e com mais força desde 2018. Segundo o Anuário, a redução foi de 24.510 (vinte e quatro mil, quinhentos e dez) adolescentes em meio fechado no ano de 2018 para 12.154 (doze mil cento e cinquenta e quatro) em 2022 (Brasil, 2023, p. 9).

O estudo do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, intitulado “Redução de Adolescentes em Medidas Socioeducativas no Brasil (2013 - 2022): condicionantes e percepções” (Brasil, 2024a) aborda a questão da redução do número de adolescentes em privação de liberdade, a partir de quatro hipóteses, classificadas em: mudanças no contexto jurídico e de gestão socioeducativa, mudanças na ação policial, mudanças nas dinâmicas criminais e aspectos complementares.

Os resultados da pesquisa explicitam diversos elementos que convergem, de forma multicausal, na redução do quantitativo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade (meio fechado) no Brasil. Enfatizamos que as dimensões relacionadas à atuação policial, às dinâmicas criminais dos territórios e ao contexto pandêmico são aquelas que parecem estar mais relacionadas ao fenômeno estudado. Dada a complexidade do fenômeno, porém, os resultados apresentados não são exaustivos, mas sim sugerem a

---

<sup>4</sup>Neoconservadorismo: corrente de pensamento surgida nos EUA em 1960, a qual tomou forças após a crise de 2008.

necessidade da multiplicação e do aprofundamento de estudos que se dediquem a analisar dimensões e territórios específicos (Brasil, 2024a, p.165).

Em contrapartida, alicerçados pelos setores mais conservadores da sociedade (partidos políticos, instituições religiosas, entre outros), ainda, há um grande apelo na mídia pela redução da maioria penal. Outra característica que se destaca é a não credibilidade da sociedade no trabalho socioeducativo, sendo que, muitas vezes, essa é endossada pelos/as próprios/as profissionais que trabalham no sistema socioeducativo. Patrícia Rosalen e Leila Salles (2002), em artigo intitulado “A visão do jovem infrator na visão dos profissionais da FEBEM de Rio Claro”, trazem-nos uma amostra do conflito vivenciado por duas profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social. Entre estes conflitos, está o fato de as profissionais não se sentirem valorizadas, profissionalmente, por estarem, diretamente, ligadas a uma instituição que é discriminada e, duramente, criticada pela sociedade em geral.

Outro fato, é a despersonalização dos/as profissionais que não entendem que as funções desempenhadas tenham ligação direta com sua formação. Finalmente, as autoras salientam o fato de as profissionais não terem uma visão completa dos adolescentes como sujeitos historicamente construídos, ora justificando suas atitudes pelo caráter individual, ora pelo cultural, deixando de lado os aspectos estruturais, desvinculando, assim, as inter-relações entre os fatores psicológicos, sociais, culturais e econômicos.

Porém, contradizendo as falas fatalistas e a falta de estatística fidedigna as quais comprovem a alta reincidência dos adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo, há aqueles adolescentes que não mais retornam ao sistema socioeducativo, assim como, não adentram no sistema carcerário de adultos, retomam às suas vidas e não voltam mais a se envolverem com a prática de ilícitos. Esses são os focos de atenção em nossa investigação.

Seriam estes adolescentes egressos a personificação do famoso personagem de Victor Hugo (1802-1885), em seu clássico *Os Miseráveis*, livro publicado, originalmente, em 1864, e adaptado para o cinema? A obra do autor francês retrata a história e vida de Jean Valjean, um ex-detento que passou pelo sistema prisional francês após a Revolução Francesa, cumprindo pena por mais de 19 anos. Percebemos no decorrer da história do célebre autor, os vários

fatores que influenciaram na ressocialização do personagem principal, desde pessoas as quais o acolheram, mostrando, de certa forma, qual deveria ser a sua orientação, e o sentido da sua vida.

Para tanto, foi necessário que, no princípio, ele tivesse recebido uma ajuda, primeiro do bispo, e, depois, do padre, que o livrou novamente da prisão e deu-lhe os valores necessários para que pudesse voltar a uma vida social “normal”. Quando traçamos um paralelo com a atualidade, vemos que, apesar de se passarem quase dois séculos de sua criação, a obra ainda se faz atual.

Com as aulas no Mestrado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, e, especialmente, o encontro com os conteúdos da Educação Social, as observações sobre os/as adolescentes, as práticas desenvolvidas dentro do Centro de Socioeducação (CENSE), o desconhecimento sobre o destino deles no pós-internação, a vontade e a convicção de que é possível interceder, positivamente, naquele ambiente, aguçaram minha curiosidade e a vontade de saber mais.

Em minha experiência, causava curiosidade saber se os adolescentes que não reincidiram tiveram alguma condição como fator chave para que não mais reincidissem, não mais voltassem a se envolver com atos ilícitos. Qual fator teria sido preponderante para que esses jovens não mais cometessem atos infracionais após a desinternação? O que faz um adolescente que passou pelo sistema prisional de adolescentes não voltar mais a se envolver com atos infracionais? Qual o momento em que houve uma mudança em sua trajetória, colaborando para que este adolescente não mais infracionasse? Quais ações e intervenções durante o cumprimento de Medida Socioeducativa foram significativas, e influenciaram, positivamente, para que o adolescente não voltasse a incorrer em ato infracional? Qual a percepção do adolescente quanto aos/às profissionais que trabalham no sistema socioeducativo? Como o aspecto familiar colaborou para que o adolescente não voltasse à criminalidade? De qual forma a Medida Socioeducativa foi significativa na vida desses adolescentes? Com estas perguntas em mente, surgiu o **objetivo geral** desta dissertação, que foi o de analisar quais fatores pedagógicos, durante o período do cumprimento da Medida Socioeducativa de Internação, influenciaram para que adolescentes egressos não voltassem a reincidir em atos infracionais.

Os objetivos específicos são os seguintes: a) Examinar as concepções político-legais que embasam as práticas cotidianas dentro das unidades socioeducativas; b) Substanciar a teoria da educação social para o trabalho socioeducativo junto aos adolescentes em conflito com a lei; c) Analisar o conteúdo das entrevistas sob o viés da Educação Social.

A pesquisa é qualitativa (Triviños, 1987), busca não apenas identificar o fenômeno, mas, também, explicações sobre suas origens, relações históricas e consequências na vida das pessoas pesquisadas. Os passos sequenciais começam com a busca junto aos/às profissionais que trabalham no Centro de Socioeducação, de informações sobre adolescentes/adultos egressos, somente homens, com os quais estes/as profissionais ainda mantinham algum tipo de contato por meio de redes sociais, sendo que o critério era que tais egressos tivessem mais de 18 anos, e estivessem ressocializados, reintegrados à sociedade, e que não tivessem reincidido em ato infracional. Após o primeiro contato, conseguimos alguns nomes e, a partir de então, com o auxílio do primeiro entrevistado foi possível conseguir os contatos de outros egressos, os quais também estavam ressocializados.

Foram entrevistados 6 (seis) egressos, dos 14 (quatorze) ex-internos contatados, porque foram os que aceitaram participar da pesquisa. Alguns, após um primeiro contato e aceite, posteriormente, não responderam mais as mensagens, e já não obtivemos retorno. As entrevistas aconteceram, individualmente, via plataforma digital, pelo aplicativo *Google Meet*, após agendamento prévio, respeitando as particularidades de tempo e disponibilidade de cada entrevistado. Este procedimento foi adotado, visando facilitar a participação dos entrevistados, considerando questões de logística, tais como municípios diversos de residência dos entrevistados e seus horários de disponibilidade, devido a jornada de trabalho. A princípio, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1) foi assinado pelo formulário do *Google Forms*, sendo que o aceite equivale à assinatura do entrevistado.

Os resultados foram sistematizados com o apoio da técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977)<sup>5</sup>, priorizando a organização de categorias

---

<sup>5</sup>Conjunto de técnicas de análises das comunicações.

conceituais, a partir dos critérios de frequência (o que há em comum na fala dos entrevistados), ausência (temas que não são perceptíveis durante as entrevistas) e excepcionalidades/curiosidades. As respostas foram analisadas sob o enfoque da Educação Social, especialmente, a produção teórica desenvolvida pelo Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (NPCA), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e os/as autores/as clássicos/as da área na língua portuguesa e castelhana.

Para fins de sistematização, dividimos a presente dissertação em quatro seções, conforme segue. Em um primeiro momento, realizamos um resgate histórico, traçando a trajetória de atendimento ao/à adolescente em conflito com a lei, desde o século XV até o momento atual.

Na terceira seção, abordamos os conceitos básicos da Educação Social, desde seu surgimento, bases teóricas e autores/as que respaldam o trabalho do/a educador/a social na atualidade no Brasil.

Na quarta seção, trazemos o resultado das entrevistas realizadas com os egressos. Para melhor análise, classificamos os dados coletados em sete categorias: dados gerais dos entrevistados, histórias de vida, percepção dos adolescentes sobre o cumprimento da medida socioeducativa, contribuições da medida socioeducativa, percepção da equipe, efetividade das medidas e sugestões para melhoria no desenvolvimento das medidas socioeducativas.

Na última seção, tecemos considerações a respeito dos fatores pedagógicos e sociais propositivos, embasados nas teorias da Educação Social, que podem ser adequados para a não-reincidência de egressos do CENSE. Procuramos trazer reflexões para o fazer socioeducativo atual, baseado nos dados tabulados das entrevistas, e sugestões obtidas junto aos egressos.

## 2. TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: DA INVISIBILIDADE HISTÓRICA A SUJEITO DE DIREITOS

O ensino era, à época,  
Limitado e dirigido,  
Nada que, pelo saber,  
Despertasse o oprimido,  
Não dava, por tais lições,  
Para entender as razões  
Do sistema instituído  
(Braga, 2019).

Nesta seção, tratamos dos fatores históricos que influenciaram o surgimento das instituições prisionais de adolescentes, conforme existentes na atualidade. Ao fazer um breve resgate histórico, constatamos que o atendimento ao/à adolescente em conflito com a lei, em pleno século XXI, ainda sofre inferências ao processo histórico de construção da sociedade brasileira.

Maria Luiza Marcílio, em seu livro intitulado “A História Social da Criança Abandonada” (1998), discorre sobre a trajetória da criança abandonada no Brasil, sendo sua origem no período colonial brasileiro, ou seja, o Brasil possui, praticamente, cinco séculos de história de crianças em situação de abandono. Com a libertação das pessoas escravizadas, passaram a predominar as crianças negras em situação de rua (Rizzini; Celestino, 2021), situação a qual permanece até os tempos atuais, e que reverbera no sistema socioeducativo na atualidade, uma vez que mais da metade dos/as adolescentes em situação de privação de liberdade autodeclararam-se pardos ou negros.

No século XVIII, com a Revolução Francesa<sup>6</sup> e a difusão das ideias iluministas, inicia-se um processo de transformação da organização social vigente. Influenciado pelos ideais de tal revolução, a qual trazia como lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, há o surgimento de uma nova concepção de sujeito e, conseqüentemente, de educação e direitos. Apenas no final do século XIX e início do século XX, surgem as primeiras instituições públicas de acolhimento no Brasil, uma das conseqüências da instauração da República no país em 1889, haja vista que o aumento das crianças em situação de rua aumentou com a libertação de

---

<sup>6</sup>Ciclo revolucionário de grandes proporções que se espalhou pela França entre os anos de 1789 e 1799, com base nos ideais iluministas: liberdade, igualdade, fraternidade e propriedade.

pessoas escravizadas, e início do recebimento de mão de obra europeia, no século XIX (Rizzini; Celestino, 2021).

## **2.1. O início da institucionalização dos adolescentes brasileiros em conflito com a lei**

Em consonância com o movimento de direitos, instaurado na sociedade do século XX, passam a vigorar no Brasil os Decretos de Lei, visando garantir a proteção aos “menores” (Saraiva, 2009). Dessa forma, conforme João Batista Saraiva (2009, p. 37), veio “se construindo a Doutrina do Direito do Menor, fundada no binômio carência/delinquência. Se não mais se confundia adultos com crianças, desta nova concepção resulta um outro mal: a conseqüente criminalização da pobreza”.

Em 1927, com o Decreto 17943-A estabelece o Código Mello Mattos, ou “Código de Menores”, conforme é conhecido. Nele, define-se que o/a menor abandonado/a ou delinquente, com idades entre 14 e 18 anos, estariam sujeitos ao regime estabelecido em lei. Tal decreto, define como menores abandonados/as, aqueles/as em situação de rua, assim como filhos/as de pais/mães ou responsáveis incapazes, presos/as ou que pratiquem atos contrários à moral e aos bons costumes (Saraiva, 2009).

Voltando ao âmbito da Educação, no período de 1932, é publicado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o qual defende a Educação Pública, Laica e Gratuita, e define a função social da escola atual, que deve ser o de garantir o aprendizado a todo/a cidadão/ã. Nesse sentido, há uma breve referência sobre a necessidade de atendimento escolar às crianças institucionalizadas, assim como, a incorporação a um sistema de ensino unificado, como segue: “As instituições pré-escolares e pós escolares, de caráter educativo ou de assistência social, devem ser incorporadas em todos os sistemas de organização escolar, para corrigirem essa insuficiência social, cada vez maior, das instituições escolares” (Azevedo *et al.*, 2010, p.61).

A partir do período pós-Segunda Guerra Mundial<sup>7</sup>, os estados-nações passaram a organizarem-se no sentido de buscar a garantia dos direitos humanos a todas as parcelas sociais, sendo a Organização das Nações Unidas (ONU) um

---

<sup>7</sup>Período após o final da Segunda Guerra Mundial (1945-1991).

marco da organização dos países, em prol da garantia dos direitos humanos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, um documento amplamente adotado pelos diversos países como referência dos direitos humanos (ONU, 1948).

Nesse sentido, vimos surgir diversas diretrizes que passam a orientar os procedimentos e intervenções nas mais diferenciadas situações, entre elas o tratamento destinado, principalmente, à parcela da população mais vitimada em situações extremas de calamidades e guerras, assim como as diretrizes para atendimento ao adolescente, autor de ato infracional (Brasil, 2024). Dessa forma, surgem diretrizes para o atendimento de presos/as, refugiados/as, mulheres, crianças e adolescentes, entre outros.

É também nesse período que o jurista e educador brasileiro Anísio Teixeira (1900-1971), em seu livro “Educação não é privilégio” (1957), em consonância com os ideais de democratização da educação, e influenciado por pensadores/as da chamada Escola Nova<sup>8</sup>, defende a educação como forma de construir uma sociedade democrática, uma vez que a vivência social da criança na escola promove um pleno desenvolvimento.

Retomando à linha histórica do atendimento à criança e ao/à adolescente em situação de vulnerabilidade e conflito com a lei, em 1964, instaura-se a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, sendo que, nesse contexto, surge a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM), e os órgãos estaduais de execução. Tal instituição era veiculada pela mídia como um local em que os/as menores”, isto é, os/as filhos/as da população em situação de pobreza, teriam oportunidade de acessar a educação, profissionalização, saúde e alimentação.

No Brasil, com o fim da Ditadura Militar<sup>9</sup>, a partir da década de 1980, ganha força o movimento social em busca da restauração dos direitos políticos e democráticos dos/as cidadãos/ãs, entre eles/as, crianças e adolescentes. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 227, estabelece:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o

---

<sup>8</sup>A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino, que foi, especialmente, forte na Europa e América, na primeira metade do século XX.

<sup>9</sup>1964 - 1985.

direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela EC n. 65/2010) (Brasil, 1988, p.200).

Em consonância com as normativas internacionais instituídas pela ONU (1948), em específico, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, da qual o Brasil foi um dos primeiros signatários, promulga-se a Lei 8069/90 (Brasil, 1990), que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual se reconhecem, legalmente, as crianças e adolescentes brasileiros/as, enquanto sujeitos de direitos.

Os Estados brasileiros tiveram que se organizar para atender aos adolescentes autores de ato infracional, conforme o estabelecido na Lei 8069/90 do ECA (Brasil, 1990). Os locais destinados aos/às adolescentes infratores/as deveriam garantir o acesso à escolarização, profissionalização, saúde, convívio familiar, religião, lazer e cultura. As instituições existentes foram, aos poucos, adequando-se aos ditames da lei. Em alguns casos, foram construídas unidades de atendimento específico para este fim. Em termos históricos, o atual ECA (Brasil, 1990) é o primeiro documento a reconhecer o direito à Educação aos/às adolescentes em privação de liberdade, obrigando Estados e Municípios a ofertar o acesso escolar.

## **2.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Socioeducativo: panorama geral**

No Brasil, com a promulgação do ECA (Brasil, 1990), houve o reconhecimento da criança e do/a adolescente como sujeitos de direito e deveres. Dessa forma, começou a se delinear um novo formato de atendimento para o/a adolescente autor/a de ato infracional, buscando romper com a filosofia menorista, em que, na prática e legalmente, só eram considerados/as criança e adolescentes os sujeitos provenientes de determinadas classes sociais. A partir de então, em diversas esferas, atuantes junto aos/às jovens infratores/as, a compreensão de que o aspecto socioeducacional faz-se fundamental para a inclusão, transformação e emancipação destes/as adolescentes, foi ganhando vulto e forma.

No que se refere ao ECA (Brasil, 1990), Saraiva (2009) argumenta que este se estrutura a partir de três grandes sistemas de garantias, harmônicos entre si: de

prevenção primária (políticas públicas), prevenção secundária (medidas de proteção), e prevenção terciária (medidas socioeducativas), com um acionamento gradual de cada uma dessas instâncias. Tais sistemas, aliados à sociedade civil, dariam origem ao que hoje é reconhecido como Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), o qual foi consolidado no ano de 2006 (Brasil, 2006).

Quando se trata do/a adolescente autor/a de ato infracional, o ECA (Brasil, 1990) insere em nosso contexto o termo socioeducativo: Socioeducação e Medidas Socioeducativas. Esse termo é utilizado para referir-se aos projetos que trazem em suas propostas e formas de atuação, a presença tanto da dimensão social, quanto da dimensão educativa. Trata-se, portanto, de projetos realizados fora do contexto de escolas do sistema regular de ensino. Assim, o termo Sistema Socioeducativo refere-se ao conjunto de todas as medidas privativas de liberdade (internação e semiliberdade), e as não privativas de liberdade (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), e a Internação Provisória (Brasil, 2012).

Além do SINASE (Lei nº 12594/12),

a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, no que tange o adolescente autor de ato infracional, também deve acatar os princípios contidos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (art. 40), as Regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude (Regras de Beijing-Regra 7); às Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (Regra 2); a nossa Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Barbetta *et al.*, 2005, p.17).

Em 2005, as Unidades da Federação tiveram que preparar seus Programas de Atendimento, ou aprimorarem, no caso daquelas Unidades Federativas que já haviam elaborado tais programas. Tiveram, também, que elaborar seus Planos de Ação para o ano de 2005, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sendo as mais relevantes: reordenamento institucional, físico e pedagógico das unidades restritivas de liberdade, a municipalização das medidas de meio aberto e a capacitação dos funcionários do Sistema Socioeducativo (Brasil, 2006).

No Brasil, no ano de 2006, após discussões promovidas entre os vários atores envolvidos com a área de atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei, foi aprovado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

(SINASE), pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Entretanto, apenas seis anos depois, em 2012, o SINASE viria a se tornar a Lei 12594/12 (Brasil, 2012). Entre outras deliberações, em 2012, com a Lei do SINASE, ficou definido que as unidades socioeducativas deveriam construir seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), haja vista tratarem-se de unidades de caráter educativo.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo consolidou-se na Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, a qual instituiu o sistema nacional de atendimento socioeducativo, e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que praticam ato infracional. A lei altera algumas súmulas do ECA (Brasil, 1990), e estabelece um direcionamento ao atendimento do/a adolescente em conflito com a lei.

Conforme o SINASE:

§ 1º Entende-se por Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvam a execução das medidas socioeducativas, incluindo nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos políticos e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei (Brasil, 2012, p.1).

A lei do SINASE (Brasil, 2012) também veio regulamentar a responsabilidade de cada um dos entes das unidades federativas, estabelecendo que a coordenação ficará ao encargo da união, sendo que cabe aos Estados e Municípios integrarem e criarem seus próprios sistemas de atendimento ao/a adolescente. Dentro dessa perspectiva, o SINASE (Brasil, 2012) estabelece que, na esfera federal, compete à União formular, coordenar, executar a política nacional de atendimento socioeducativo.

Aos Estados, cabe a execução das medidas socioeducativas em meio fechado, cabendo formular, instituir, coordenar e manter o sistema estadual de atendimento socioeducativo, respeitando as diretrizes fixadas pela União. Aos municípios, cabem as medidas socioeducativas em meio aberto, e prestação de serviço comunitário, em conformidade com os respectivos planos nacional e estadual.

De acordo com o SINASE (Brasil, 2012), os programas socioeducativos deverão oferecer e/ou garantir, conforme a modalidade de atendimento socioeducativo e pautado no ECA (Brasil, 1990): escolarização formal, atividades desportivas, culturais e de lazer (dentro e fora dos programas de execução), assistência religiosa, atendimento à saúde na área pública (com a inclusão, dentre outros, dos atendimentos à saúde mental daqueles/as que necessitarem), atendimento psicológico, inserção em atividades profissionalizantes e inclusão no mercado de trabalho.

Dessa forma, as ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do/a adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de projetos. Ainda, segundo o SINASE (Brasil, 2012), os programas socioeducativos deverão facilitar o acesso e/ou oferecer atendimento psicossocial individual, e com frequência regular, atendimento grupal, familiar, atividades de restabelecimento e manutenção dos vínculos familiares, assistência jurídica e acompanhamento opcional para egressos (Brasil, 2006).

### **2.3. O perfil do/a adolescente em conflito com a lei**

Para traçar o perfil do/a adolescente atendido/a no Sistema Socioeducativo, fomos buscar dados oficiais relativos ao levantamento realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, intitulado “Levantamento Anual do SINASE” (Brasil, 2023). Tal levantamento traz informações que caracterizam o perfil do adolescente atendido no Sistema Socioeducativo em meio fechado.

De acordo com o levantamento realizado, houve uma redução no número de adolescentes privados/as de liberdade no momento pós-pandêmico, sendo que, atualmente, corresponde a, aproximadamente, 11.000 (onze mil) adolescentes privados/as de liberdade no território brasileiro. Ressaltamos, que no último levantamento feito há cerca de 6 (seis) anos, a estimativa era de 25.000 (vinte e cinco mil) adolescentes apreendidos/as em todo o país. Ainda de acordo com esse documento, a redução do número de adolescentes privados/as de liberdade não corresponde, exatamente, à melhoria das condições de atendimento, mas sim, a fatores múltiplos, conforme dados trazidos pelo Conselho Nacional de Justiça, já citados anteriormente (CNJ, 2024). Os desafios antigos permanecem: ainda são

frequentes relatos de maus tratos e/ou tortura, pouca evolução educacional dos/as adolescentes atendidos/as, e a precarização do trabalho dentro da socioeducação.

No levantamento, consta que, em 2023, havia 505 (quinhentas e cinco) unidades de atendimento socioeducativo em território brasileiro, as quais são destinadas ao atendimento do/a adolescente em privação de liberdade, representando um aumento de unidades socioeducativas, em comparação ao último levantamento realizado em 2017, que eram 484 unidades (Brasil, 2023).

De acordo com os dados estatísticos realizados pelo levantamento de 2023, o público atendido em privação de liberdade era, majoritariamente, do gênero masculino, sendo que as adolescentes do gênero feminino correspondiam a, aproximadamente, 4,21% (quatro, vírgula vinte e um por cento) do público atendido na privação de liberdade (Brasil, 2023). Outro dado trazido pelo Levantamento do SINASE (Brasil, 2023, s/p), corresponde ao número total de jovens entre 12 e 21 anos privados de liberdade:

os dados recuperados pelo SIDRA em relação à quantidade adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos no Brasil no ano de 2022, os quais totalizam 28.577.061 (vinte e oito milhões quinhentos e setenta e sete mil e sessenta e um), ou seja, 14,1% da população brasileira. Dessa forma, percentualmente tem-se que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade correspondem a apenas 0,04% em relação ao total de adolescentes no país, em 2022.

Esse dado leva-nos a contrapor o argumento do senso comum, de que quem mais comete infração é o/a adolescente. Quanto ao ato infracional, o perfil do/a adolescente que está apreendido/a nem sempre corresponde ao preconizado pelo ECA (Brasil, 1990), o qual estabelece que as medidas socioeducativas de privação de liberdade sejam aplicadas aos/às adolescentes que cometeram atos infracionais considerados mais graves, e com grave ameaça à vida ou violência. De acordo com os dados elencados no último levantamento do ano de 2023, 73% (setenta e três por cento) dos/as adolescentes privados/as de liberdade estão apreendidos/as pelo ato infracional equivalente a roubo, seguido pelo tráfico de drogas – outro ato infracional preponderante nas estatísticas. Por sua vez, o homicídio aparece em quarto lugar (Brasil, 2023).

O que podemos observar, dessa forma, é a predominância de atos infracionais para obtenção de renda, tal como o tráfico. Cabe ressaltar, o tráfico de

drogas faz parte da Lista de Trabalhos Infantis das Piores Formas, também conhecido como Lista TIP (Brasil, 2024b), sendo uma das formas de exploração do trabalho infantil. Como vemos, nem sempre os atos cometidos estão relacionados à grave ameaça e violência, para que seja aplicada a Medida Socioeducativa de Internação, conforme preconiza o ECA (Brasil, 1990).

Quanto às garantias dos direitos dos/as adolescentes privados/as de liberdade, cerca de 89,8% (oitenta e nove, vírgula oito por cento) deles/as estão frequentando a escola dentro das unidades socioeducativas. O levantamento ressalta que a escolarização é um fator importante a ser observado dentro das unidades de privação de liberdade, tanto que está estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e as unidades devem ter, elaborar e desenvolver Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio, o qual possibilite atender as particularidades dos/as adolescentes privados/as de liberdade. Para que nenhum direito do/a adolescente seja subjugado, a Resolução 03/2016 do CNE, em seu Artigo 7º, estabelece que todos os Sistemas de Ensino devem assegurar a matrícula de estudante em cumprimento de medida socioeducativa, sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito ou discriminação, pois trata-se de direito fundamental, público e subjetivo. Rege, ainda, que a matrícula deve ser efetivada em qualquer tempo, e sempre que houver demanda, independente da apresentação de documentos de identificação pessoal.

#### **2.4 O atendimento socioeducativo no Paraná pós-Constituição de 1988**

No Estado do Paraná, à luz da promulgação do ECA (Brasil, 1990), começou a delinear-se o atendimento ao/a adolescente privado/a de liberdade, buscando romper com as práticas existentes à época do antigo Código de Menores, o qual vigorou até então. Pelo Decreto 959, de 28 de junho de 1995, a antiga Fundação de Ação Social do Paraná (FASPAR), torna-se uma autarquia e passa a se denominar Instituto de Ação Social do Paraná (IASP), vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

Sob essa nova ótica, começa um processo de descentralização das Medidas Socioeducativas, com a criação de Unidade de Internação Provisória, em cidades do interior do Paraná. Ainda assim, as “novas” unidades eram adaptações de antigos locais voltados à privação de adultos (antigas cadeias ou penitenciárias), e não

estavam em consonância com o preconizado no ECA (Brasil, 1990), que ordena que haja a desvinculação do Sistema Socioeducativo para Adolescente do Sistema Prisional de Adultos (Brasil, 2006).

Entre os anos de 1998 e 2003, houve uma redução nas ações voltadas aos/às jovens privados/as de liberdade, entretanto, a partir de 2003, com a troca de gestão do governo do Estado do Paraná, foram retomadas as ações visando o trabalho socioeducativo. Em 2005, as unidades de privação de liberdade de adolescentes no Estado, passam a chamar-se de Centros de Socioeducação e, ainda neste mesmo ano, é publicado o Edital de Concurso para contratação de servidores/as – Educador/a Social. Em 2006, um novo Edital de Concurso é publicado, dessa vez, para contratação de Agentes Profissionais, Agentes de Execução – Técnicos/as Administrativos/as, e Técnicos/as de Enfermagem, Agentes de Apoio – Motoristas e Auxiliar de Manutenção (Paraná, 2006).

Nesse mesmo período, abriu-se a licitação para a construção de novas unidades socioeducativas no Estado do Paraná, buscando descentralizar e regionalizar o atendimento ao/à adolescente que recebia Medida Socioeducativa de Internação e Internação Provisória. Dentre a previsão de novas unidades, estava prevista a construção de uma unidade no município de Maringá, região noroeste do Paraná (Paraná, 2009).

A Lei nº 15.347 de 2006 (Paraná, 2006) cria a, então, Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente (SECJ), que passa a centralizar as ações voltadas ao Sistema Socioeducativo no Estado do Paraná. Em consonância com as normativas legais, a partir de então, são estabelecidos planos e diretrizes para unificar o trabalho com os/as adolescentes privados/as de liberdade. O Estado do Paraná passa a ser considerado vanguarda, com uma Secretaria voltada para as políticas de atendimento às crianças e adolescentes, com recursos e ordenações próprias.

Em 2011, sob nova gestão estadual do governador Beto Richa (PSDB), a partir da Lei nº 16.840/2011 (Paraná, 2011), a Secretaria da Criança e da Juventude (SECJ) deixa de existir, cedendo espaço para a Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social (SEDS). A pasta que era dedicada, exclusivamente, ao atendimento da criança e do/a adolescente deixou de existir, transformando-se no Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE). Desde então, o Sistema Estadual Socioeducativo passou a fazer parte de diversas secretarias, ora atrelada à pasta da Família, ora à Cidadania e, por fim, incorporado à pasta da Justiça (Paraná, 2023a).

Com tantas mudanças, foi havendo, pouco a pouco, uma forma de retrocesso na gestão do trabalho socioeducativo, reverberando, assim, nas unidades socioeducativas e, conseqüentemente, no atendimento dos/as adolescentes. Nesse sentido, podemos dizer que a transição do atendimento socioeducativo das pastas voltadas à área social para a área interligada à justiça, corresponde ao cenário de viés político-social ditatorial e punitivo que foi se configurando a partir da segunda metade da década de 2010, conforme afirma Paula Valim de Lima (2021, p.56):

[...] o neoconservadorismo tem, entre seus fundamentos, o idealismo punitivo e o anticomunismo (ou, em sua versão atualizada, o bolivarianismo), associado ao militarismo. Há também alguma sustentação do ideário neoliberal, especialmente no que se refere à restauração do poder de classe, à desconfiança da democracia e à defesa da liberdade de mercado.

Conforme vemos, o neoconservadorismo vem fortalecendo-se socialmente nos últimos anos, encabeçado, principalmente, pelo viés político de extrema direita, em que as ações nas áreas sociais não são compreendidas como fatores protetivos e de segurança populacional, e sim, contribuem para que a área de atendimento socioeducativo seja desvinculada da área social, e atrelado às pastas interligadas às áreas de justiça e segurança.

Essa vinculação do sistema socioeducativo às pastas estaduais da segurança pressupõe uma inconstitucionalidade, conforme julgamentos recentes do Supremo Tribunal Federal (STF). Podemos citar, como exemplo, o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, onde o Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE foi incorporado no rol de instituições de segurança pública, no ano de 2020, e o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional (STF, 2025).

## **2.5. O Centro de Socioeducação de Maringá - CENSE**

Com suas obras iniciadas em 2006, após vários reveses na construção da unidade, o Centro de Socioeducação de Maringá (CENSE) foi inaugurado em maio de 2010, atendendo adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação e Internação Provisória, na faixa etária entre 12 e 21 anos de idade incompletos. A princípio, a unidade possuía capacidade física para receber até 70 (setenta) adolescentes, somente meninos, alojados individualmente. Entretanto, houve uma alteração em sua estrutura, e, atualmente, comporta até 86 (oitenta e

seis) adolescentes. Sua estrutura física foi concebida e construída em conformidade com as diretrizes do ECA (Brasil, 1990) e do SINASE (Brasil, 2012).

A estrutura do CENSE tem 22.000 m<sup>2</sup> (vinte e dois mil metros quadrados) de área total, sendo 4.500 m<sup>2</sup> (quatro mil e quinhentos metros quadrados) de área construída. A unidade possui em seu interior: escola, oficina-escola, área de saúde, refeitório, quadra poliesportiva, teatro de arena, cozinha, lavanderia, espaço ecumênico e 8 (oito) casas, com alojamentos individuais, para os adolescentes (Paraná, 2023).

A unidade de Maringá conta com uma equipe multidisciplinar, composta por um diretor, um administrador, dois técnicos administrativos, três pedagogos/as (um/a pedagogo/a de unidade e duas coordenadoras), treze professores/as, seis psicólogos/as, duas assistentes sociais, uma terapeuta ocupacional, uma enfermeira, quatro técnicos/as de enfermagem, agentes de segurança socioeducativos/as (masculino e feminino), três motoristas, um auxiliar de manutenção, copeiras, serventes, equipe de vigilância (Paraná, 2023).

Apesar da faixa etária, para cumprimento de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade, corresponder entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, podendo, excepcionalmente, chegar até 21 (vinte e um) anos incompletos, há uma predominância de adolescentes sentenciados um pouco mais próximos da idade de 18 (dezoito) anos de idade. Outro fator, estatisticamente, observado é a defasagem idade/série escolar, e a evasão escolar por parte dos adolescentes apreendidos, sendo que a média de escolarização destes, que estiveram cumprindo Medida Socioeducativa de Internação e Internação Provisória, fica por volta de 6 (seis) anos de ensino formal (Paraná, 2023).

No período de atuação da pesquisadora, enquanto pedagoga de unidade socioeducativa, nas entrevistas iniciais, realizadas pelo setor pedagógico com os adolescentes que adentram ao CENSE, quando os mesmos são indagados sobre as motivações que os levaram a abandonar a escola, muitos atribuem às inúmeras reprovações, vergonha por estarem em defasagem de idade/série em relação aos/às demais colegas de classe, não entenderem como aplicar os conhecimentos aprendidos na escola, não reconhecerem a escolarização como fator preponderante para emancipação como cidadão, por sentirem-se rejeitados e discriminados no ambiente escolar.

Da mesma forma, a maioria desses adolescentes não tiveram oportunidade de profissionalização, sem perspectivas de trabalho digno e total desconhecimento sobre cursos, ou meios de profissionalização. O que observamos, em anos de experiência como pedagoga do CENSE, quando os adolescentes sentenciados já exerceram alguma atividade laboral, geralmente, são atividades consideradas subempregos e, em grande parte, explorados em sua mão de obra. Outro dado relevante, é o escasso acesso aos recursos tecnológicos e aos meios digitais, assim como, a dificuldade, ou total desconhecimento de conceitos básicos de informática, primordial na atualidade, para a realização de atividades rotineiras, especialmente, no âmbito profissional.

De acordo com os dados elencados no Marco Situacional do Projeto Político Pedagógico do CENSE (Paraná, 2023), em relação à condição socioeconômica e familiar, verificamos que há uma predominância das classes mais vulneráveis, sendo rara (ou inexistente) a permanência de adolescentes provenientes de classes mais abastadas economicamente. De maneira geral, os arranjos familiares apresentam fragilidades nos núcleos que deveriam desempenhar papel decisivo na educação formal e informal dos adolescentes, conforme podemos verificar no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, cujos dados “indicam fragilidades ou mesmo ruptura dos vínculos familiares” (Paraná, 2015, p.72), e “predominância das famílias monoparentais femininas entre o público atendido” (Paraná, 2015, p.73).

Portanto, em termos legais, o CENSE de Maringá, no que se refere aos marcos legais e infraestrutura, apresenta-se, legalmente, cumprindo as normas, apesar da falta de investimentos sistematizados em todas as esferas: materiais, recursos humanos e pedagógicos. Quanto ao perfil dos adolescentes, constatamos que os mesmos possuem características peculiares, tais como baixa escolaridade, pouco ou nenhum acesso aos meios para a formação cultural, esportiva e profissionalizante, fragilidades familiares, tanto no âmbito de recursos materiais, quanto emocionais. Em termos de desenvolvimento humano, percebemos que a diversidade de profissionais que atuam nos CENSE's, aliadas à falta de nivelamento teórico, acabam por se mostrar uma problemática, interferindo na eficácia das ações desenvolvidas junto aos adolescentes.

## **2.6. O perfil dos/as profissionais que atuam dentro das unidades socioeducativas**

Com a promulgação da Lei do SINASE (12594/12), ficou instituída a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, sendo que os estados e municípios deveriam, a partir de então, organizar seus próprios sistemas de atendimento aos/às adolescentes em conflito com a lei, de acordo com suas esferas de atuação. No caso dos estados, responsáveis pelas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação e semiliberdade), estes deveriam a partir de então, formular seus planos decenais de atendimento socioeducativo, nos quais deveriam constar como se daria este atendimento (Brasil, 2012).

Na letra da Lei (Brasil, 2012), consta também que estes mesmos sistemas, deveriam organizar planos de carreiras, específicos, para os/as profissionais que atuam nas unidades socioeducativas. Nesse sentido, conforme consta, as equipes deveriam ter uma formação mínima de profissionais, composta por pedagogas/os, psicólogas/os, assistentes sociais, enfermeiras/os, dentistas, médicas/os, terapeutas ocupacionais, sendo que todos/as que atuam nas unidades, seriam denominados/as agentes socioeducativos/as.

Entretanto, seguindo a lógica punitivista, vivenciada a partir da segunda década dos anos 2000, houve a mobilização dos/as profissionais que atuavam nas funções de segurança nas unidades, os/as quais, até então, eram denominados/as Educadores Sociais, para que fossem reconhecidos/as como profissionais ligados/as ao sistema de segurança, pleiteando plano de carreira específicos, e, inclusive, mudando a nomenclatura para Agentes de Segurança Socioeducativos - ASSE (Paraná, 2022). Pensando no caráter pedagógico e socioeducativo das medidas impugnadas aos/às adolescentes, o que observamos foi um endurecimento e, a nosso ver, um esvaziamento de uma função importante dentro das unidades, a qual deveria ter como caráter principal o exercício da função de educador/a social.

Apesar do atendimento dentro das unidades socioeducativas pressupor que todos/as os/as servidores/as, independentes de sua formação, atuem enquanto educadores/as sociais, há uma divergência entre as diversas concepções teóricas trazidas pelos/as profissionais, os/as quais se dividem entre agentes profissionais/equipe técnica - aqueles/as servidores/as cuja atribuição profissional é

equivalente à sua área de formação em nível superior, e os/as agentes de segurança socioeducativos, cuja exigência até o momento, é que tenham formação de nível médio, o que acaba por refletir na efetividade do trabalho junto aos adolescentes.

Mesmo antes da mudança de nomenclatura de Educador/a Social para Agente de Segurança Socioeducativo, prevaleciam em seu perfil profissiográfico, as atribuições profissionais voltadas à segurança, em detrimento das atribuições de caráter pedagógico. Apesar de haver uma ou outra atribuição característica de Educação Social, estas não suprem as prerrogativas para que seja, efetivamente, um/a profissional voltado/a para a Educação Social. Por outro lado, mesmo os/as servidores/as com formação em nível superior nas diversas áreas sociais, muitas vezes, devido à falta de atualização ou capacitação profissional, acabam aderindo ao discurso punitivista.

É a partir desse contexto, que surge a necessidade de uma formação específica para quem atua dentro das unidades socioeducativas, independente de sua formação profissional inicial, a fim de desenvolverem e terem um olhar de educadores/as sociais.

### **3. EDUCAÇÃO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA?**

Mas, a metodologia  
Que é seu objetivo  
Ao levar letra e saber  
Pelo meio educativo  
Propunha a libertação  
Operária da extorsão  
De um sistema abusivo  
(Braga, 2019).

Esta seção trata dos conceitos básicos de Educação Social assumidos para esta dissertação, que estão baseados nas produções do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (NPCA), e da Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), que são, na atualidade, duas referências nacionais da produção teórica, e da luta pela regulamentação da profissão do/a educador/a social no Brasil. Antes, apresentamos um breve histórico, e características gerais da situação da Educação Social no Brasil.

#### **3.1. Conceitos básicos de Educação Social**

Uma das principais influências nas concepções de Educação Social no Uruguai e no sul do Brasil, advém de Violeta Nuñez, que em 1992 já participou da implantação do Doutorado em Educação Social na Espanha, e da graduação em Educação Social (Natali, 2016).

De acordo com Violeta Nuñez (1999, p. 25-26)

a pedagogia social é a disciplina que tem por objeto formal e abstrato a Educação Social [...] a pedagogia social trabalha para estudar os modelos vigentes, submeter os modelos à crítica, a partir das análises críticas realizadas das políticas, educações e articulações técnicas, elaborar e propor novos modelos de Educação Social, assim como novas articulações políticas e técnicas, e antecipar os efeitos sobre a realidade social.

Violeta Nuñez (1999, p.26) discorre que a Educação Social "trabalha em território de fronteira entre as lógicas econômicas e sociais, definindo os termos de inclusão e exclusão social com o fim de sanar e transformar os efeitos segregativos" na sociedade. Para a autora, a Educação Social atende a produção dos efeitos da

inclusão cultural, social e econômica sobre os sujeitos, e dos recursos pertinentes para resolver os desafios do momento histórico (Nuñez, 1999).

Para Jacyara Paiva e Verônica Müller (2021), a Educação Social não se limita a uma forma ou conceito, acontecendo em diversos espaços, não escolares e também escolares, sempre com intenção educativa, mas não idêntica à relacionada com a educação escolar curricular, a qual ocorre nas salas de aulas. Já Natali (2016, p.81) apresenta que

[...] a ação educativa do/a Educador/a Social não está relacionada apenas ao conteúdo que é desenvolvido no seu trabalho, e sim ligada ao método dialógico constituído na relação e ao objetivo traçado sobre e para a ação educativa. Os conteúdos que podem ser aplicados na Educação Social têm uma dimensão impossível de ser mensurada, visto que diferem entre os grupos, pois dependem muito das características culturais, do local em que se trabalha, do objetivo, entre outros fatores.

A Educação Social tem estreita relação com as políticas sociais estabelecidas em cada realidade, e as possibilidades e impossibilidades para o seu desenvolvimento. Ainda, conforme apresenta Violeta Nuñez (1999),

[...] a Educação Social é um conjunto de práticas educacionais que podem realizar-se em diferentes instituições e que se orientam pela promoção cultural, os efeitos sociais sobre os sujeitos. Essa promoção tem a ver com as posições dos sujeitos de direitos e deveres. Ela possibilita a transmissão do patrimônio cultural, de geração a geração, aos diversos grupos e setores sociais. A educação social contribui para uma coesão social, pois gera novos vínculos sociais e facilita o intercâmbio, a troca e a atualização cultural dos sujeitos. Colabora com a produção de um tecido social capaz de articular as diferenças, trabalhar as diferenças, de decidir, de processar socialmente. Um pressuposto necessário está na concepção de educação social como uma noção essencial de cultura, se não uma construção social histórica e todos os seus efeitos plurais, completos e arbitrários. A educação social consiste em uma série de práticas educativas que apontam especificidades do educador no amplo campo do trabalho social educativo. A noção de educação que propomos legitima as diversas práticas que, nesse momento histórico, aproximam sujeitos dos múltiplos aspectos e configuram o completo panorama desse mundo (Nuñez, 1999, p. 36 - tradução nossa).<sup>10</sup>

<sup>10</sup>“[...] la educación social es un conjunto de prácticas educacionales que pueden realizarse en diferentes instituciones y que se orientan hacia la promoción cultural (con efectos sociales) de los sujetos. Esa promoción tiene que ver con la posición de éstos como sujetos de derechos y deberes. Ello posibilita la transmisión (traspaso, recreación, circulación, acrecentamiento, pérdida, transformación) del patrimonio cultural de una generación a otra, y entre los diversos grupos y sectores sociales. La educación social contribuye a la cohesión social, pues genera nuevos vínculos

Ainda pensando a Educação Social como meio de trabalhar a emancipação do sujeito, por meio de diferentes perspectivas educativas, não apenas as práticas de educação formal, contempladas no cotidiano escolar, Cléia Souza e Verônica Müller (2021, p. 13) afirmam que

a Educação Social é uma prática educativa, pedagógica e política. No Brasil, tem se configurado com o propósito de trazer o social para a Educação, o que, de certa forma, justifica essa derivação na linguagem, pois mesmo a educação, sendo uma só, não se legitima dessa maneira na prática. Quando se fala em Educação Social, frequentemente surgem algumas questões: Por que Educação Social? Toda educação não é social? Sim, toda educação é social, ou melhor, deveria ser. Na atualidade, a educação que se pratica tem cada vez mais se afastado do que entendemos por social. Isso nos dá argumentos para negarmos que o termo Educação Social seja um pleonasma. A educação ultrapassa os muros da escola, não só porque se diferencia em relação ao conteúdo que se transmite, mas também porque não é só ali que está o acesso ao conhecimento. A educação ocorre em diferentes espaços. Isso deve ser legitimado e inclusive legalizado da mesma forma que na escola.

Ou seja, para além da educação formal, já consolidada socialmente, a Educação Social atua em um campo complementar ao da escolarização e seus currículos.

### **3.2 Aspectos históricos da educação social no Brasil**

De acordo com Paiva e Müller (2021), a Educação Social tem origem no período em que o Brasil vivia sob o regime militar, imposto pelo golpe de estado, o qual perdurou entre as décadas de 1960 e 1980, sendo Paulo Freire (1921-1997), formador daqueles/as educadores/as sociais de rua, um dos expoentes e um dos principais teóricos/as que embasam a Educação Social, conforme acontece na atualidade.

---

*sociales al facilitar el intercambio y la actualización cultural de los sujetos. La educación social colabora en la producción de un tejido social capaz de articular las diferencias, es decir, de procesarlas socialmente. Un presupuesto necesario, en esta concepción de educación social, es una noción no esencialista de la cultura, sino de ésta como un constructo social, histórico, a todos sus efectos: plural complejo, arbitrario. La educación social consiste en una serie de prácticas educativas que aportan especificidad al educador en el amplio campo del trabajo social. La noción de educación que proponemos apunta a legitimar las diversas prácticas que, en este momento histórico, aproximan a los sujetos a los múltiples aspectos que configuran el compleja panorama del mundo”.*

Ainda, para Paiva e Müller (2021), a Educação Social surgiu a partir dos movimentos sociais, os quais não permaneceram em silêncio, e foram lideranças nesse período, marcado pela violência e tortura. Os/As educadores/as sociais, em plena Ditadura Militar, caracterizavam-se pela militância incessante, o comprometimento com os direitos humanos, e com os direitos das crianças e dos/as adolescentes.

As autoras pontuam, que as metodologias da educação social no Brasil, baseiam-se nas teorias freireanas, haja vista que era necessário informar, formar e organizar, politicamente, os meninos e as meninas, dando-lhes ferramentas para a leitura do mundo, e a compreensão da sua condição de oprimido/a, para que, a partir de então, eles/as pudessem ter recursos para sua emancipação (Paiva; Müller, 2021).

As práticas pedagógicas foram constituídas em diversos e diferentes discursos ideológicos da educação de rua.

Uma nova sensibilidade social gerava turbulência política e congregava grupos diversos e, até, historicamente antagônicos, como trabalhadores e intelectuais, cristãos e marxistas, profissionais liberais e líderes comunitários. Projetavam-se os desejos de uma massa que necessitava de uma bandeira viva. E não havia bandeira mais legítima e inquestionável que as crianças e adolescentes de rua, os mais oprimidos, as maiores vítimas da injustiça, filhos das favelas, a prole dos deserdados (Oliveira, 2007, p.142).

Porém, os vários grupos tinham em comum a origem na defesa das crianças e dos/as adolescentes, caracterizando a militância pelos direitos humanos, e pelo discurso contra-hegemônico, o qual demonstra a formação ideológica desses/as educadores/as. A formação em serviço se estabeleceu, praticamente, pelos movimentos organizados, em específico, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR (Paiva; Müller, 2021).

Segundo as autoras:

Historicamente consideramos que no final da década de 1970 até a década de 1990 foi um dos períodos mais potentes para a Educação Social no Brasil, a qual surgiu nas ruas quando vivíamos a queda da ditadura, o nascimento de uma Constituição Federal (1988) embasada nos Direitos Fundamentais, que terminou resultando na elaboração da doutrina de proteção integral das crianças e adolescentes brasileiros, o Estatuto da Criança e do Adolescente. É sob a égide da resistência, da pró-existência e da resiliência, da esperança, do compromisso dos movimentos sociais organizados em

defesa das crianças e dos adolescentes, qua a Educação Social no Brasil tem sua gênese (Paiva; Müller, 2021, p.7).

No início do ano 2000, a Educação Social começou a fazer parte das políticas públicas de estados e municípios do Brasil, situada, preponderantemente, na Assistência Social. Muitos/as educadores/as de rua passaram de voluntários/as a funcionários/as das instituições (Paiva; Müller, 2021).

Entretanto, com a entrada de uma política neoliberal no Brasil, na qual tinha por base o Estado Mínimo, as políticas públicas foram aos poucos sendo transferidas para as Organizações Não Governamentais (ONGs), e com isso iniciou outro movimento na história da Educação Social no Brasil (*Ibidem*, 2021).

Educadores/as que vieram das militâncias e formação dos movimentos sociais, os/as quais iniciaram, voluntariamente, o trabalho pedagógico com crianças e adolescentes em situação de rua, passaram a atuar em instituições públicas e Organizações Não Governamentais (ONGs). A partir de então, houve uma precarização da profissão do/a educador/a social. Eles/as começaram como voluntários/as, com potencial educativo e político, mas a partir da institucionalização, perderam o espaço de formação política do seu início, ingressando na área da assistência social, praticamente, como auxiliares, sem a exigência de uma formação específica na questão educativa (*Ibidem*, 2021).

Natali (2016) corrobora com as afirmações anteriores, ao apresentar que a construção da Educação Social no Brasil está, intrinsecamente, ligada com a educação dos/as crianças e adolescentes marginalizados/as, que estão à beira da sociedade. Os/As educadores/as sociais de rua, os/as primeiros/as educadores/as sociais, foram forjados/as em ações autodidatas, não tendo um processo formal de formação estabelecido.

### **3.3 Aspectos da atualidade da Educação Social brasileira**

Nuñez (1999) chama-nos a atenção para as particularidades próprias de cada país, as quais persistem dentro das instituições que trabalham com Educação Social. Nesse sentido, Natali (2016, p. 85-86) discorre sobre o perfil dos/as profissionais que trabalham, atualmente, na Educação Social:

no Brasil, eles têm diferentes formações profissionais, pois não é um pré-requisito para o exercício da profissão. Alguns têm formação em

nível superior e são originários de variados cursos de graduação, como Educação Física, Direito, Pedagogia, História entre outros. Alguns educadores não possuem formação em nível superior, mas têm uma longa trajetória na atuação com Educação Social. Outros estão trabalhando na área, entretanto, sem formação ou envolvimento anterior com a Educação Social.

Não é possível abordar a temática do/a adolescente em conflito com a lei, sem buscar as bases do trabalho, dentro do ambiente institucional de privação de liberdade, destinado ao abrigamento dos meninos. Para tanto, além do resgate histórico, necessário para a elaboração de uma visão crítica sobre o atendimento a estes adolescentes, o qual defendemos que deva ser incorporada dentro dos CENSEs, é a ação pedagógica fundamentada na Educação Social.

É uma concessão da realidade no momento, trabalhadores/as sem informações algumas, jovens com as mesmas condições que aspiram a obter um posto de trabalho, pouco reconhecimento social, escasso apoio das administrações responsáveis. Tudo isso propicia ao/a educador/a especializado/a uma relação pessoal de suporte afetivo, o que chamará de vida cotidiana e uma relação efetivamente educativa centrada na transmissão do patrimônio cultural que promova a educação dos sujeitos (Nuñez, 1999, p. 38).

A realidade retratada por Nuñez (1999), há praticamente três décadas, ainda permanece presente no cotidiano das unidades socioeducativas. A não exigência de formação específica em Educação Social, faz com que profissionais, muitas vezes, despreparados/as, ingressem no trabalho com os adolescentes privados de liberdade. Nessa direção, no estudo intitulado “Formação Social no Brasil: Normatização e Profissionalização”, Régis Bauli e Verônica Müller (2020) abordam sobre quais foram os requisitos para o ingresso, enquanto educador/a social, no mercado de trabalho, na atualidade: “as exigências variaram entre o nível médio e o superior, sendo que, a partir das amostras analisadas, 28% dos concursos exigiam nível superior de ensino e 72% permitiam que candidatos com escolaridade em nível médio, concorressem às vagas” (Bauli; Müller, 2020, p.112).

Quando há exigência de nível superior nas contratações, as mesmas ficam restritas às formações acadêmicas específicas, conforme segue:

quando o nível superior foi estabelecido, a formação mais exigida foi a de Pedagogia, exclusivamente em 42,8% dos casos ou juntamente com outras áreas de Ciências Humanas (Normal Superior, Letras,

Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Educação Artística, Sociologia, Filosofia, História, Estudos Sociais, geografia, Ciências biológicas e Educação Física) em outros 42,8% das vagas e, 14,4% referenciavam a exigência de formação em 3o grau, sem, contudo, indicar uma área específica (Bauli; Müller, 2020, p.113).

A compreensão do que significa emancipação humana nos ambientes que trabalham com crianças e adolescentes institucionalizados/as, só se consegue com formação, em específico, uma formação voltada para a Educação Social. Na atualidade, observamos que impera a não exigência de profissionalização específica, quando se trata dos serviços que atendem as populações mais carentes, como nas instituições de abrigo de crianças e adolescentes, entre eles, as unidades socioeducativas, diferente do que ocorre em outras esferas profissionais.

Fazendo uma analogia, quando uma pessoa precisa de cirurgia, não se confia a um/a profissional que não esteja apto/a para tal, entretanto, no campo social e educacional, banaliza-se a exigência de formações mínimas. Esvazia-se de conteúdos importantes os cursos de formação voltados para áreas humanas, assim como, procede-se à contratação de profissionais sem a exigência mínima de conhecimentos e formação, impossibilitando atuar com o nível de competência que a profissão necessita.

Nesse sentido, Bressianini (2024), referindo-se a saberes para a educação infantil, faz uma reflexão sobre os saberes promovidos pela Educação Social, os quais servem, também, para os profissionais que atuam junto aos adolescentes em conflito com a lei:

[...] Procurando ampliar o sentido de educação, versamos sobre a Educação Social como sendo uma das modalidades educacionais que procura promover o diálogo e realizar a tradução do mundo para os sujeitos em tempos e lugares também não escolares. Ela pode estar em todos os lugares, institucionalizados ou não, buscando efetivar o acesso mais profundo do ser humano com o conhecimento, instrumentalizando-o para a sua interferência no mundo (Bressianini, 2024, p. 17).

Em se tratando de instituições que trabalham com privação de liberdade, se não há um nivelamento quanto à exigência de formação para os diferentes profissionais que atuam no atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, como esperar que a proposta contemplada nas normativas legais, ECA e SINASE, sejam atingidas? Não existe a possibilidade de realização de

propostas que sejam de fato emancipatórias, uma vez que não há como exigir conhecimentos específicos, que só uma formação específica e qualificada proporciona.

#### 4.RESULTADOS E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Tudo isso como obra  
Do próprio alfabetizado,  
Do aluno que passava  
A ver tudo já mudado,  
Desse que já descobria  
Aquela cidadania  
Que nunca tinha pensado  
(Braga, 2019).

O que impulsionou a pesquisa, com os egressos do Sistema Socioeducativo, foi tentar saber o que faz com que um adolescente que passou pelo sistema socioeducativo não reincida em ato infracional. Em outras palavras, quais são os fatores que contribuem para que haja a ressocialização do adolescente após a desinternação do centro socioeducativo, e mais especificamente, direcionamos nossa investigação para detectar e analisar esses fatores durante o período de suas internações.

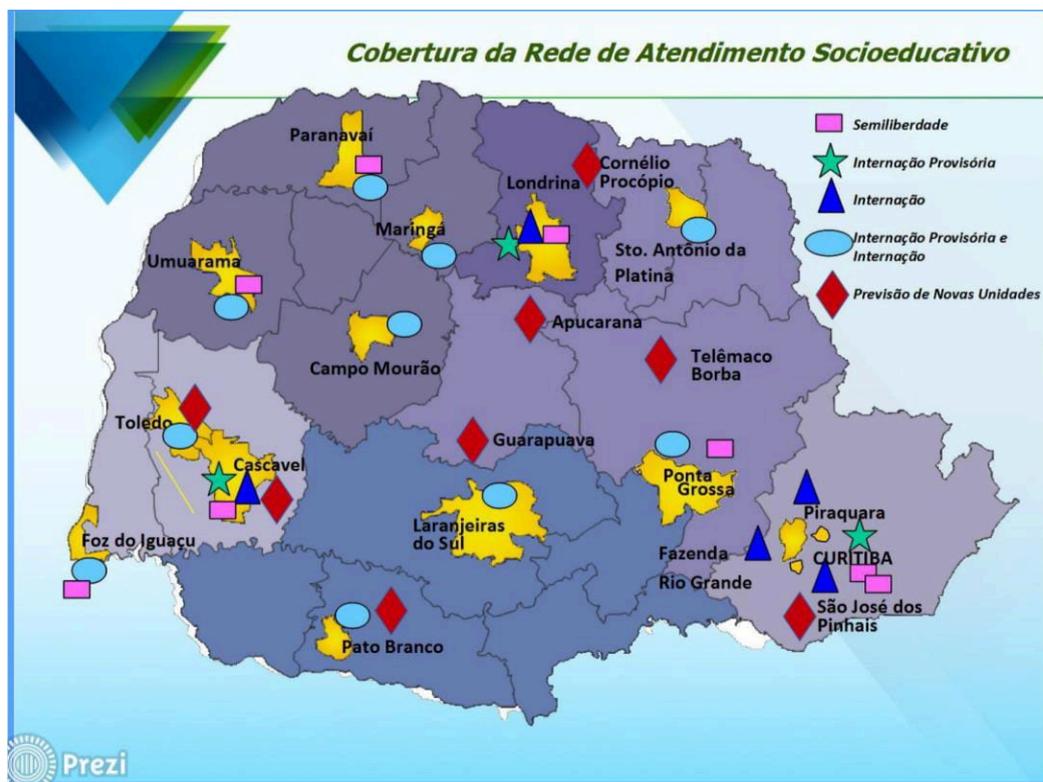
*[...] Foi tipo assim, um negócio que eu coloquei na minha cabeça: uma vez eu tava vindo do trabalho e voltando pra dormir lá, daí eu vi o pessoal indo embora. Eu coloquei aquilo na minha cabeça: Poxa vida, eu trabalho e estudo, em vez de eu voltar lá pra ficar com a minha família, sair comer um lanche, fazer alguma coisa, eu tô voltando pra dormir numa cadeia, assim, eu não quero isso aí pra mim mais, não! Eu saio do meu trabalho, eu tenho que ir pra casa.[...]*  
(Belchior).

Para tanto, nesta seção, baseadas nas perguntas formuladas na entrevista semiestruturada (Apêndice II), organizamos a coleta de resultados em um primeiro item, que são os dados gerais, que caracterizam os entrevistados. Cabe ressaltar, que as entrevistas foram realizadas apenas com egressos do gênero masculino, uma vez que estes representam a maior parte do público atendido na região pesquisada, assim como, as unidades de internação existentes na referida região são destinadas a adolescentes meninos.

Em todo o Estado, existem 28 (vinte e oito) unidades de privação de liberdade de adolescentes, distribuídas em 16 (dezesesseis) municípios: Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaíba, Pato Branco, Piraquara, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama. Dessas, apenas três

municípios recebem adolescentes meninas: CENSE Londrina I (Internação Provisória), CENSE Cascavel (Internação Provisória), CENSE Curitiba (Internação Provisória) e CENSE Joana Richa - Curitiba (Internação).

**Figura 1** - Distribuição das unidades Socioeducativas no Paraná



Fonte: Paraná, [s.d].

Na figura acima, visualiza-se a distribuição das unidades socioeducativas para meninos, incluindo as unidades destinadas à semiliberdade.

Em função da leitura de todas as entrevistas, elencamos as seguintes categorias: Dados gerais dos entrevistados, História de vida, Percepção dos egressos sobre a entrada e permanência no CENSE, Contribuições da medida socioeducativa para a ressocialização, Percepção dos egressos sobre os/as profissionais que atuam nas unidades, Efetividade da medida socioeducativa na vida dos adolescentes e Sugestões para melhor efetividade das medidas socioeducativas. As análises estão ancoradas em teorias da Educação Social, e seguem este viés buscando explicações e possibilidades de inspiração e transformação da realidade pedagógica dentro do CENSE.

#### 4.1 Dados gerais dos entrevistados

**Quadro 1 - Dados Gerais dos Entrevistados**

ENTREVISTA DO/ PSEUDÔNIMO	IDADE	PROFISSÃO	ANO QUE ENTROU NO CENSE	TEMPO NO CENSE	ESCOLARIDADE	RAÇA	RELIGIÃO
1 CHICO	24	Téc. Refrigeração	2019	1a	E.M.	Outra	Evangélica
2 TOQUINHO	20	Repositor	2021	1a2m	E.M. (incomp.)	Preta	Não tem
3 JOÃO GILBERTO	24	Empresário	2017	6 meses	E.M. (incomp.)	Parda	Evangélica
4 TOM	33	Assistente Social	2007	1a6m	Superior	Branca	Não tem
5 BELCHIOR	28	Operador de Máquina	2011	1a6m	E.M.	Branca	Não tem
6 CAETANO	23	Chefe de Vigilância	2017	6 meses	E.M.	Parda	Católica

Fonte: Autora, 2024.

O **Quadro 1**, apresenta uma caracterização dos jovens entrevistados, trazendo dados de identificação, idade atual, profissão atual, ano em que cumpriu a Medida Socioeducativa de Internação, tempo em que ficou privado de liberdade e escolaridade atual. Para fins de preservação de identidade, utilizamos os seguintes pseudônimos, escolhidos por nós: Chico, Toquinho, João Gilberto, Tom, Belchior e Caetano.

Dos jovens entrevistados, a faixa etária foi de 20 a 33 anos de idade. Destes, todos declararam-se homem cisgênero. Quanto à raça, 02 (dois) declararam-se brancos, 02 (dois) pardos, 01 (um) preto e 01 (um) não declarou a sua raça. Quanto à religião, 02 (dois) mencionaram ser evangélicos, 03 (três) afirmaram não ter religião e 01 (um) disse ser da religião católica. Em relação à escolaridade, 03 (três) egressos disseram ter o Ensino Médio completo, 02 (dois) disseram ter o Ensino Médio incompleto e 01 (um) dos egressos relatou ter o superior completo. Em relação às profissões, foram as mais diversas, sendo elas: Técnico de refrigeração, Repositor, Empresário, Assistente Social, Operador de Máquinas e Chefe de Vigilância Sanitária. Quanto ao local de residência, todos residem na região norte do Paraná, a maioria com companheira e filhos/as na atualidade.

A linha de espaço-tempo pela qual esses egressos passaram pelo CENSE, estendeu-se ao longo dos últimos 17 (dezessete) anos, abrangendo um período caracterizado por diferentes contextos políticos dentro do Sistema Socioeducativo no Estado do Paraná, fazendo-nos observar peculiaridades de cada momento.

Adolescentes que passaram pelo Centro de Socioeducação em períodos em que havia uma política pública mais efetiva (2006-2010), voltada ao/à adolescente

socioeducando/a, às quais correspondiam às atividades pedagógicas de cursos, aprendiz, encaminhamentos externos, observamos que a Medida Socioeducativa fez uma grande diferença na vida desses adolescentes. Os adolescentes mais recentes, os quais passaram conosco no período de pandemia da COVID-19, não conseguiram estabelecer, objetivamente, o impacto das medidas socioeducativas em suas vidas, a não ser pelo tempo de privação de liberdade. Não conseguem dimensionar se as atividades que foram oferecidas no período da internação, foram efetivas em sua ressocialização. Mas para todos esses, independente do tempo e do espaço, há algumas características peculiares, sobre as quais discorreremos a seguir.

Em meados da década de 2000, conforme já abordamos na seção anterior, por volta de 2006, inicia-se uma reestruturação do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná. Dessa forma, Tom<sup>11</sup>, que cumpriu medida socioeducativa entre 2007 e 2009, esteve privado de liberdade, num período em que houve uma reorganização na forma de atendimento no Sistema Socioeducativo no estado do Paraná. Após um período marcado por rebeliões nos Centros Socioeducativos, há uma reestruturação na composição da gestão, que passa a ser caracterizada por profissionais com postura crítica e comprometidos/as com a garantia de direito das crianças e dos adolescentes.

Novos concursos e novas unidades ampliam a capacidade de atendimento no Sistema Socioeducativo, assim como há o empenho na capacitação dos/as agentes e equipes que já atuavam nos Centros Socioeducativos. Tais capacitações permitiram uma mudança de paradigma, contribuindo para que as atividades nos Centros de Socioeducação priorizassem o caráter pedagógico dentro das unidades.

*[...] Contribuiu porque quando eu tava (sic) lá no CENSE, nas atividades externas, eu fazia a EJA na parte da tarde, eu fazia o Jovem Aprendiz, lá no SENAC, que era terça e quinta. E no sábado eu também fazia um curso no SENAI de Mecânica Automotiva [...]  
(Belchior).*

A fala acima reflete um pouco de como o caráter pedagógico foi priorizado em relação ao caráter sancionatório da medida. Este entrevistado cumpriu medida socioeducativa no primeiro ano de funcionamento do Centro de Socioeducação de Maringá, em 2011. Ele ficou apreendido por um ano e seis meses, e lá conseguiu acessar a garantia de diversos direitos, de acordo com a sua fala. Retomou os

---

<sup>11</sup>Nome fictício.

estudos, e isso contribuiu para que finalizasse o Ensino Fundamental e iniciasse o Ensino Médio. Foi inserido em atividades de aprendizagem e trabalho que, de acordo com as suas falas, influenciaram positivamente na continuidade do seu trabalho na sua vida pós-internação.

Com o passar dos anos, observamos que, com a mudança do contexto político das diferentes gestões dentro do sistema socioeducativo do Paraná, houve o esvaziamento das atividades realizadas dentro dos Centros de Socioeducação. Em 2017, conforme apontado pelos entrevistados, os adolescentes apreendidos realizavam algumas atividades, porém não tinham mais acesso ao Programa Aprendiz, que foi extinto em meados da década de 2010.

*“nossa, depois de muito tempo, voltaram as aulas lá dentro”  
(Toquinho - passou pelo CENSE no período pandêmico).*

Os adolescentes que passaram mais recentemente, especificamente, no período pandêmico (2020-2022), não tiveram acesso à, praticamente, nenhuma atividade, que não fosse a escolarização, ainda assim, de forma periclitante. A educação, no formato à distância, durante a pandemia, caracterizou um período delicado dentro do sistema socioeducativo, haja vista que as unidades não tinham estruturas suficientes para que os adolescentes acessassem, remotamente, os estudos.

Diante do exposto, é possível traçarmos uma linha histórica no atendimento socioeducativo no período de 17 (dezessete) anos, entre o egresso entrevistado mais antigo e o que passou mais recentemente. Percebemos que o contexto político é importante nas ações realizadas dentro dos CENSEs. As atividades voltadas para o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, a ressocialização e a reintegração desses adolescentes, marcaram a gestão governamental (2005-2010) com viés mais democrático e progressista.

Entretanto, a partir de 2016 (ano do golpe político, em que o Brasil sofre um golpe de Estado, a presidenta Dilma Roussef é derrubada, e assume seu vice, Temer), tomam vulto as vertentes negacionistas e punitivistas, as quais vão ganhando forças em nossa sociedade, com o discurso de que há necessidade de ter o enrijecimento das regras sociais e, conseqüentemente, das punições para quem viole tais regras. É um retorno às posturas mais conservadoras, e,

conseqüentemente, as ações realizadas com os/as adolescentes vão esvaziando-se, ficando restritas ao âmbito interno. O caráter sancionatório e punitivista passa a prevalecer sobre o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, há a institucionalização das unidades, voltando às características de instituições totais, em detrimento da reintegração do/a adolescente na sociedade.

A esse respeito, Nuñez (1999, p. 26, tradução nossa) discorre sobre:

a Educação Social ter estreita relação com as políticas sociais estabelecidas em cada realidade e as possibilidades e impossibilidades para o seu desenvolvimento.[...] Em certos casos, remetem à concepção das desigualdades de gênero social, em outras aos dispositivos e práticas de gestão.

Efetivamente, as práticas de gestão vão deixando transparecer seu caráter conservador, os/as adolescentes começam a ficar apenas no reduto interno das unidades, e com pouco acesso às atividades externas, característico de “instituições totais”, conforme definido por Erving Goffman (1974). Pouco a pouco, vê-se que as ações externas vão se esvanecendo, e localizam-se, estritamente, dentro da privação da liberdade. É o que observamos no discurso de Toquinho, que saiu do sistema mais recentemente, não conseguindo acessar a quase nenhuma atividade pedagógica dentro da unidade, conforme preconizado nas diretrizes legais: ECA (Brasil, 1990) e SINASE (Brasil, 2012).

Tendo em vista os dados tabulados e a análise das entrevistas, podemos estabelecer algumas influências para a ressocialização dos adolescentes. O primeiro fator diz respeito ao quanto que política governamental, no momento da gestão, interfere no cumprimento da medida socioeducativa, como também sua interferência na possibilidade de reinserção dos adolescentes na sociedade. Outro aspecto importante, é a evidência inquestionável de que a educação se torna um meio de proteção e emancipação para esses adolescentes, “É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2023 p.93).

*[...] Eu me apeguei na educação, a estudar, sabe? Conheci praticamente a educação mesmo nos livros, foi dentro da unidade. Meu contato com a educação foi lá dentro. Então foi uma mudança aos poucos, sabe? (...) eu parei na quinta série do Ensino Fundamental. Eu tava já (sic) uns quatro anos fora já. E praticamente eu era meio analfabeto, mesmo. Eu não sabia ler (Tom).*

Ficou nítido, durante as entrevistas, a reprodução da mentalidade punitivista, dessa forma, muitos sugeriram que deveria haver um endurecimento e ampliação no tempo de permanência dos adolescentes apreendidos, conforme vemos a seguir:

*[...] pra ser sincero, eu acho que tinha que ser um pouco mais duro, né? [...] Acho que tinha que ficar mais tempo. É porque, tipo, três anos, né? Sei lá, depende do crime que você cometeu, uma coisa muito grave, né? “Ah, adolescente...” é o comentário que o pessoal fazia lá dentro, né? A gente é menor, o máximo que a gente fica são três anos, então quando sair vamos acabar com tudo. Se lá tivesse, assim, cinco anos, seis, talvez pensaria muito mais, né? (Belchior).*

Um fator relevante e que consolida a Educação Social para que haja reintegração dos adolescentes, observamos na fala dos entrevistados, que sempre houve alguém dando um direcionamento e orientando as ações dos mesmos, enquanto socioeducandos, e mesmo após a medida socioeducativa. Ficou nítido para alguns egressos, que, mesmo após o cumprimento da medida, houve pessoas que estiveram aconselhando, orientando, acolhendo e apontando um direcionamento nas suas vidas, corroborando com o que apresenta Nuñez (1999, p.45): “fazer da Educação social um ANTI DESTINO”.

*[...] Então, esse trabalho que eles fizeram comigo, que nem era papel deles, simplesmente depois que eu saísse de dentro do CENSE, simplesmente poderia falar assim, não, não sei, não conheço mais, acabou. Mas eles fizeram esse trabalho comigo que eu sou muito grato pela vida deles mesmo” (Tom, sobre a manutenção do contato com os profissionais que o atenderam após a MSE).*

Para Tom, ficou evidente o acompanhamento dos/as profissionais ligados/as à medida socioeducativa após sua desinternação. Foram eles/as que, por meio da escuta ativa, orientações e direcionamentos ao egresso, contribuíram, efetivamente, para a transição entre o “estar” adolescente em conflito com a lei e o tornar cidadão consciente de seu lugar no mundo.

Quando Nuñez (1999) se refere aos profissionais do antideestino, é a esta forma de intervenção, proporcionada pela ótica da Educação Social, que ela se refere. Antideestino porque, por meio de ações educativas pautadas nas necessidades daquela pessoa específica, ela consiga se emancipar e trace um novo destino, diferente daquele que a vulnerabilidade social lhe imporia por regra.

## 4.2. Histórias de Vida

O primeiro dado nítido, a ser observado na história de vida nas entrevistas, é o fator da escolarização. Todos relataram que, ou estavam cursando o Ensino Médio, ou conseguiram acessá-lo por meio de ações realizadas no Centro Socioeducativo. Sendo assim, o fator educação mostrou-se um fator de proteção, haja vista que todos possuíam um nível escolar, relativamente, avançado quando chegaram ao CENSE, ou, conseguiram avançar nos estudos, consideravelmente, até a finalização das medidas socioeducativas. Isso pode ter contribuído para a ressocialização e para a não reincidência em atos ilícitos. Um egresso conseguiu acessar ao Ensino Superior, reconhecendo que recebeu influência de profissionais, os quais o acompanharam durante e após a Medida Socioeducativa.

A escola deveria ser, para milhões de adolescentes, uma forte instituição de inclusão, ascensão social, equipamento normalizado na cultura, como uma necessidade para o êxito social. Entretanto, de acordo com dados do IBGE de 2023, mais de 9 (nove) milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, abandonaram a escola sem concluir a Educação Básica (CNN, 2024). As motivações são de diversas ordens, sendo que para os meninos, o principal fator que levou ao abandono escolar foi a necessidade de trabalhar. Para as meninas, o fator principal foi a gravidez e a necessidade de cuidados familiares. Nesse sentido, é compreensível o porquê da maioria dos adolescentes apreendidos dizerem ter sido levados à criminalidade pelo motivo de subsistência, e informarem que precisavam trabalhar, como motivação do abandono dos estudos.

Por tangência, a evasão escolar é um elemento de construção de histórias para um futuro dentro da prisão, conforme podemos constatar nos dados levantados junto aos adolescentes do Centro de Socioeducação de Maringá: “a maioria dos adolescentes chegam ao CENSE evadidos da escola há pelo menos 1 ano, assim como é alto o índice de reprovações anteriores à evasão escolar” (Paraná, 2023b, p.9).

Quanto à família, há a ausência de parâmetros, os quais estabeleçam o que seria uma estrutura familiar funcional dentro de suas vidas. Todos relatam que, em alguma proporcionalidade, houve a ausência de 1 (um) ou 2 (dois/duas) genitores/as em suas vidas, muitas vezes, sendo atendidos por outros familiares.

*[...] Eu sou uma pessoa bem calma. Aí meu padrasto começou a discutir com a minha mãe e com a minha irmã. Aí eu fiquei com raiva (Toquinho - quando indagado sobre motivos que levaram ao envolvimento com ato infracional).*

*[...] eu mesmo não tive essa referência paterna, então, eu tive só minha mãe, minha mãe me ensinou os valores que era para eu fazer o certo, mas eu fazia o errado (Tom).*

No Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, publicado em 2015, consta que

Em relação à composição familiar, verificamos que a maioria vive somente com a mãe, sendo significativos os números daqueles que residem com seus pais biológicos ou com as mães e padrastos. Importante destacar que boa parte dos/as adolescentes têm apenas a figura da mãe no domicílio, contrastando com os/as que possuem uma família nuclear ou os/as que contam com a presença dos pais. Além disso, temos um número pequeno de adolescentes que moram apenas com o pai. Chama atenção ainda a quantidade de adolescentes que residem com parentes, outros familiares e aqueles criados/as por seus avós (Paraná, 2015, p. 72).

Outra característica pontuada nas falas, durante as entrevistas, é a influência das amizades. Atribuem o envolvimento com o ilícito, com o ato infracional, às amizades e ao fato da falta de maturidade para discernir o que era considerado “certo” e o que era “errado”.

*[...] Também muita amizade próxima assim, que começou a fazer as coisas erradas acabou me levando a isso, né?! Eu sempre tive uma família estruturada ... ninguém da minha família já passou por algo parecido (Chico).*

A eventualidade dos atos infracionais, cometidos por esses adolescentes, também ficou evidente em seus relatos. Todos eles deixaram essa característica transparecer nas falas, que foram atitudes pontuais, aliadas à questão do ser adolescente. Não há, entre os entrevistados, um envolvimento mais sério com outras esferas da criminalidade, como, por exemplo, o tráfico de drogas, que é a maior causa de encarceramento dos adolescentes.

A política pública, da privação da liberdade, ignora o que é um/a adolescente. No experimento da vida adolescente, o erro não tem chance de ser corrigido de

modo educativo. Se desconsiderar a definição básica do ECA (Brasil, 1990): adolescente é um ser em desenvolvimento.

[...] Historicamente ouvimos e/ou lemos tanto no senso comum, como nas pesquisas científicas de diferentes áreas, que a adolescência é uma fase “complicada, de crise e de conflitos”. Não concordando com essas afirmações, partimos para a reflexão e para a ação com/de sujeitos, que se constituem e se desenvolvem, a partir de experiências sociais e pessoais de um determinado contexto (Labigalini, 2021, p. 43).

Ou seja, a adolescência caracteriza-se por ser uma fase peculiar do ser humano, uma transição entre o ser criança e tornar-se adulto.

No Brasil atual, adolescentes são compreendidos como indivíduos em desenvolvimento que têm o direito de serem protegidos pelo Estado, pela família e pela sociedade de maneira integral e com prioridade absoluta (Artigo 277, da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Esse grupo populacional também compõe a categoria que mais sofre violências em nosso país, entre elas: não conclusão do ensino médio; dificuldades na entrada e na permanência no mercado de trabalho; impasses no acesso a atividades culturais; não terem garantido o direito de uma educação com qualidade e não receberem atenção adequada quanto às políticas públicas de saúde e de lazer (Labigalini, 2021, p. 43).

Portanto, o Estado tem a obrigação de oferecer espaços, tempos, relações para que a cultura educativa seja conhecida e assimilada pelo/a adolescente. Não é justificável a prisão de adolescentes em determinadas situações eventuais, porque já estão sendo punidos/as por algo que não tiveram a oportunidade de aprender de outro modo.

#### **4.3 Percepção do Adolescente sobre o cumprimento da Medida Socioeducativa**

Quando se trata de adolescente autor de ato infracional, é comum ouvirmos frases como: “ah, adolescente não dá nada!... logo, logo ele sai dali... ali é escola de bandido...”. Diante de tais posições, é pertinente indagarmos como um/a adolescente se sente quando adentra a uma unidade socioeducativa, após o cometimento de um ato infracional. Isso foi perguntado aos nossos entrevistados, o que deu embasamento à terceira categoria de análise, a qual diz respeito à percepção dos adolescentes sobre sua chegada ao Centro de Socioeducação e

sobre o período de sua permanência lá. Muitos, em um primeiro momento, não entenderam direito a gravidade da situação e relataram uma diversidade de sentimentos.

*[...] Ah, sentimento de solidão, arrependimento, tristeza, né? Tá ali longe de toda família, longe de todos os amigos. Foi muito difícil, né? Foi muito difícil passar, né? (Chico).*

Uma característica peculiar no discurso, é a de sentirem-se assustados, tristes, depressivos (alguns desenvolveram depressão logo que chegaram ao centro de socioeducação), a descrença de que, realmente, fosse acontecer alguma coisa (alguns relataram que pensaram que não iriam permanecer e, com o passar dos dias, esse processo de sentimento de solidão foi se agravando, até o momento da sentença judicial). Entretanto, alguns afirmaram entender a razão da medida socioeducativa, dizendo que estavam ali para pagar o que haviam feito “à sociedade”, um sentimento de resignação:

*[...] Não, injustiçado não! Eu cometi um ato infracional e tava (sic) ciente que eu tinha que pagar por isso (Belchior).*

Porém, também, estabeleceram análises críticas quanto à efetividade da punição:

*[...] (Sentimento) de injustiça porque infelizmente o Estado vem com a mão de ferro para punir os jovens: jovem, adolescente (Tom).*

Muitos atribuem ao fato de terem recebido medida socioeducativa ao período de vida deles, às questões próprias da adolescência e, em alguns casos, a fatores ligados ao contexto familiar. Apesar disso, em praticamente todas as falas, constatamos o fato de se sentirem assistidos e acolhidos pelos familiares, durante o cumprimento da medida socioeducativa, o que colaborou para não reincidir. Todos evidenciaram a importância da família durante o período de cumprimento da medida socioeducativa. Entretanto, não fazem nenhuma referência sobre o quanto a estrutura familiar pode ter contribuído, ou não, para que fossem parar dentro de um centro socioeducativo.

*[...] Então tinha vezes que a gente falava pra ele nem vir mais eles sentem saudade também, eles pegavam e ia ver a gente... A parte que eu mais sofria, uma das partes que eu mais sofria era essa (Caetano).*

É possível, também, verificar na fala dos entrevistados, a questão do arrependimento de ter ido parar no CENSE, de não compreenderem a medida logo de início, e de depararem-se com a realidade da medida socioeducativa, de forma a pensarem nas consequências e no porquê de irem parar lá. Falaram da necessidade de ter mais atividades, tais como quantidade de aulas, cursos, lazer, esportivas, e que no período que houve mais atividades, conseguiram acessar meios externos que possibilitaram a sua reintegração social e contribuíram para que não mais voltassem a infringir a lei.

*[...] Eu falo que fui beneficiado com essa nova metodologia, esse novo projeto dentro do CENSE e o que eu sou hoje, uma boa parcela, é o que eu aprendi dentro do CENSE, e quando eu volto lá, eu falo que a oportunidade minha foi dentro do CENSE, quando eu estava aqui. Então às vezes a gente pensa assim, nossa, agora eu vim para cá, [...] a gente pensa que ali é o fundo do poço. Mas não, a gente tem que estar sempre atento para as oportunidades [...] (Tom).*

De forma geral, a percepção inicial dos entrevistados, quando chegaram no Centro de Socioeducação, foi de sensação de tristeza, medo, angústia e desesperança, por não saberem, exatamente, o que iria acontecer. Uma característica comum é o fato de todos trazerem a fala de responsabilização no sentido individual, trazendo para si a responsabilidade dos fatos acontecidos: “Ah, eu cometi um ato infracional, então, eu tenho que pagar por aquilo que eu fiz”. Poucos foram aqueles que tiveram um processo de reflexão em contexto mais amplo. E, mesmo assim, quando essa reflexão surgiu, foi relativa às questões ligadas a ser adolescente, às amizades e ao desenvolvimento peculiar de todo jovem, que passa por essa fase.

Outra característica comum, é o sentimento de estar privado de liberdade. O quão “anormal” é privar uma pessoa da liberdade, por mais que ela tenha feito alguma coisa. Mas, de forma geral, o que podemos perceber em todos esses adolescentes, foi uma capacidade de resiliência incrível, para que pudessem superar e transformar a realidade, a partir das oportunidades oferecidas dentro do CENSE, que será tratado no tópico a seguir.

#### 4.4. Contribuições da medida socioeducativa para sua vivência: aprendizagens práticas e subjetivas

Neste tópico, trazemos as reflexões sobre as respostas dos egressos ao seguinte questionamento: quais as contribuições da medida socioeducativa de privação de liberdade para sua vida, após a desinternação.

Percebemos que diferentes aprendizagens aconteceram dentro do contexto da medida socioeducativa, e não ocorreram apenas no âmbito técnico de escola e cursos, mas também, contribuíram para o amadurecimento emocional de alguns:

*[...] eu não explodo igual eu fiz da outra vez, né? Eu tento me acalmar, me controlar, daí fica tudo de boa. Depois que eu fiquei ali, eu aprendi a ser mais 'de boa'(sic). A pensar um pouco mais antes de agir? (Toquinho).*

Além das aprendizagens emocionais, percebidas por nós nas conversas com os egressos, foi pontuada por eles a questão da aprendizagem técnica, a qual equivale à escola e aos cursos que eles conseguiram acessar, durante a medida socioeducativa.

*Que nem eu estava fazendo vestibular, né? Estudando pro vestibular aí dentro. Fiz cursos, saí para a rua para fazer cursos, (enquanto estava) lá dentro, estou trabalhando até hoje através desses cursos (Chico).*

*Então comecei a trabalhar com o Menor Aprendiz, trabalhei na SANEPAR lá um ano, porque eu entendi que se eu não trabalhasse, eu não ia conseguir evoluir (Tom).*

Outros adolescentes estavam evadidos da escola há algum tempo, um cenário comum dentro do contexto socioeducativo, e retomaram os estudos dentro da unidade socioeducativa. No geral, os/as adolescentes que adentram a unidade socioeducativa, no território brasileiro, têm em média sete anos de permanência na escola, seguido de evasão e abandono escolar, antes ou após envolverem-se com atos infracionais. De acordo com os dados do último levantamento do SINASE (Brasil, 2023), 10,2% (dez, vírgula dois por cento) dos/as adolescentes não estão inseridos/as na escola. Fazemos um parêntese aqui referente à pandemia, a qual contribuiu para a evasão dos/as jovens que não tiveram acesso ao ensino remoto.

*[...] eu parei na quinta série do Ensino Fundamental. Eu tava já uns quatro anos fora já. E praticamente eu era meio analfabeto, mesmo. Eu não sabia ler [...] Eu me apeguei na educação, a estudar, sabe? Conheci praticamente a educação mesmo nos livros, foi dentro da unidade (Tom).*

Os egressos frisaram que conseguiram retomar os estudos dentro do centro de socioeducação. Alguns conseguiram, inclusive, frequentar a escola fora do ambiente da unidade socioeducativa, facilitando, assim, um retorno aos estudos após a desinternação. Outros adolescentes tiveram o primeiro contato com a profissionalização, de forma sistematizada, dentro do ambiente socioeducativo.

*Meu primeiro trabalho na minha vida mesmo eu tive, eu entrei no campo dessa vida aí do mundo do trabalho dentro do CENSE (Tom).*

*Comecei a trabalhar lá de aprendiz, fui efetivado, subi de cargo e hoje ainda sou técnico da profissão que eu comecei lá no começo (Chico).*

Mesmo que não tenham enveredado pelo campo de aprendizagem técnica e profissional, eles conseguiram cursar dentro do CENSE, isso auxiliou a estabelecerem parâmetros e se prepararem para o mundo do trabalho, perceberam que isso foi importante para a sua inserção enquanto profissionais.

Necessitamos, com urgência – o que torna essa discussão justificável – apontar possibilidades e reflexões sobre quais contribuições a Educação Social pode alinhar aos processos da educação escolarizada, de modo que essa última atenda às necessidades que vão para além de um currículo prescrito e traga à lume a importância de um Currículo Social, ou currículo vivido, que hoje têm sido distanciados do Sistema Escolar brasileiro. Logo, temos a pretensão, ou o objetivo, de apresentar os modos transgressores sobre o currículo escolarizado e disciplinarizado que apontem a escolarização como possível, no cômputo de um conjunto de frentes de emancipação, autonomia e independência dos estudantes (Müller, 2023, p. 160).

Um aspecto que chama a atenção, pelo fato de ser uma situação de extrema carência de todos os egressos entrevistados, refere-se aos aspectos culturais. De forma geral, os adolescentes privados de liberdade não têm acesso ao que entendemos como conhecimentos culturais, sendo que muitos só acessam alguns

meios culturais, ainda que de forma muito sazonal, dentro dos Centros Socioeducativos.

O acesso à cultura, assim como à escola e à profissionalização é escassa no dia a dia dos/as jovens, crianças e adolescentes periféricos/as. Não há um amplo acesso à cultura em nosso país, sendo que uma ação que tem alto teor protetivo às infâncias e adolescências, torna-se mais um meio de consumo inacessível à grande parte da população, caracterizando o que Pierre Bourdieu (2007) denominou de Capital Cultural, o qual torna-se mais um fator de exclusão social e controle hegemônico de manutenção do capital econômico.

A influência do fator histórico e político dentro das instituições socioeducativas, também, transparece no quanto contribuiu, ou não, na efetividade das medidas socioeducativas para os entrevistados. Na linha espaço-tempo, observamos os que cumpriram medida socioeducativa, durante o início da década de 2010, eles conseguiram acessar a um maior número de atividades de caráter pedagógico, dentro e fora do ambiente das unidades socioeducativas. Com o passar dos anos, houve um esvaziamento do caráter pedagógico das medidas socioeducativas em detrimento ao caráter sancionatório. Pouco a pouco, as unidades foram fechando-se, culminando com a pandemia no início de 2020, em que as ações ficaram, praticamente, resumidas à escolarização por, aproximadamente, dois anos.

*[...] depois de muito tempo, voltaram as aulas lá dentro (Toquinho - cumpriu internação durante o período pandêmico).*

Nesse sentido, percebemos o quanto as unidades socioeducativas são vulneráveis para qualquer questão tecnológica. O acesso aos meios de escolarização, de profissionalização, de esporte, cultura e lazer, ainda são muito aquém do que seria necessário para um total e pleno desenvolvimento do adolescente.

#### **4.5 Percepção sobre a equipe multiprofissional do CENSE**

Neste tópico, discorreremos a respeito da percepção dos egressos entrevistados sobre os/as profissionais que atuavam no CENSE, durante o período em que estiveram cumprindo a medida socioeducativa. Também os questionamos

sobre o tratamento que receberam, se sofreram racismo, ou perceberam atitudes de machismo, ou atitudes discriminatórias em relação às mulheres que estiveram próximas durante o período na unidade socioeducativa, sejam elas familiares e/ou profissionais do CENSE.

*Todos são tratados do mesmo jeito, mas são poucos que querem reintegrar ou escutar mesmo eles, os técnicos, os psicólogos, são poucos que querem acreditar que aquilo ali não é o fim, né? [...] todos são tratados do mesmo jeito lá, né. Basta a pessoa dar um braço a torcer e querer enfrentar os projetos que a unidade (Chico).*

*Ah, o pessoal de lá, todo mundo, é gente boa, se você tiver um comportamento legal, não tem porquê, ninguém te trata mal. E você também não precisa tratar ninguém mal lá dentro porque todo mundo, o tempo que eu fiquei lá, eu sempre fui muito bem tratado né? (Belchior).*

A princípio, as falas dos egressos entrevistados tendem a ser condescendentes com os/as profissionais que realizaram o atendimento durante sua permanência no cumprimento da MSE, trazendo a responsabilidade pelo sucesso, ou não, de sua medida para sua própria individualidade.

*Todo mundo era tratado igual. Tipo, ninguém desrespeitava ninguém. mas com os educadores de lá é de boa (Toquinho).*

Também observamos que, quando a categoria profissional foi mencionada, a tendência dos entrevistados foi a de referir-se aos/às Agentes Profissionais, os quais têm cargo compatível com seu curso de nível superior (psicólogos/as, assistentes sociais, pedagogos/as, entre outros/as). O fato de serem condescendentes, ou pouco se referirem aos/às agentes de segurança, talvez possa estar atrelado ao fato de terem medo que suas falas sejam mal interpretadas, ou que cheguem aos/às demais profissionais.

Por sua vez, o egresso Tom, único dos entrevistados a ter nível superior completo, tece críticas contundentes ao atendimento recebido durante o período de cumprimento da MSE de Internação.

*Enfim, tinha esse conflito entre os educadores sociais e os internos também, tinha esse conflito, não tinha regra, não tinha uma lei [...]. Com certeza, penso que já avançou muito, mas tem muito ainda que melhorar, no sentido de trazer pros agentes, porque eu percebo que eles têm uma resistência de entender que o adolescente não tá*

*sendo privilegiado “você tem comida, você tem roupa, você faz isso, faz aquilo, você custa 18 mil pro estado”, entendeu? Entendimentos da gente que acaba dificultando na hora de trabalhar com os adolescentes, de entender o que é a socioeducação (...) e nisso quem acaba sendo prejudicado, o grande prejudicado dessa história é (sic) os adolescentes. [...] teve um educador na minha época que falou isso para mim, inclusive eu encontrei ele já, várias vezes, algumas vezes, enfim, que ele falou isso para mim, que eu ia ser um adolescente, ou eu ia morrer cedo, ou eu ia ficar minha vida na penitenciária, sabe? (Tom).*

Aqui, percebemos a valorização da educação em todas as instâncias, para a construção de um senso crítico, o qual rompa com ideias totalitárias e desumanizadas perante o atendimento socioeducativo, pois foi o único entrevistado a tecer críticas ao sistema do qual fez parte um dia.

#### **4.6 Efetividade das medidas socioeducativas sob a ótica dos egressos**

Nesta subseção, tratamos a respeito da efetividade das medidas socioeducativas, partindo da percepção dos egressos entrevistados. Buscamos constatar quais ações, durante a permanência na unidade socioeducativa, contribuíram para a não reincidência e ressocialização dos entrevistados.

A percepção deste âmbito pelos egressos, transita entre dois extremos: aqueles que acreditam que as medidas tiveram alguma efetividade, e outros que expressam não conseguirem perceber se houve alguma coisa que, realmente, foi efetiva na privação de liberdade.

*Eu conheço um monte de moleques passando por aí, saem tudo do mesmo jeito [...] acho que o que tá tendo aí o futebol, essa coisa aí, é só para passar o tempo deles mesmo. Eles não param para pensar, para parar de fazer o que tem, para refletir... Eles só querem matar o tempo e ir embora. [...] Ajuda, mas só na força não vai, não. Não adianta (João Gilberto).*

*Quando eu saí de lá eu fiquei muito feliz porque eu já tava estudando (fora) [...] Fez muita diferença, meu Deus! (quando indagado sobre ter participado em programa de aprendizagem) [...] Eu estudei um pouco lá dentro e nas atividades externas eu fazia o EJA e voltava para lá ainda, eu consegui fazer o EJA dentro do CENSE (Belchior).*

Observamos acima, a contradição entre as falas de dois egressos, o que nos leva a analisar que o contexto no qual ocorreu a execução de suas medidas socioeducativas foram relevantes para delinear seus pareceres sobre a efetividade

das MSE. Belchior cumpriu MSE de Internação em um período no qual havia várias atividades fora do ambiente de privação de liberdade, e um diálogo mais próximo com a rede de serviços, o que contribuiu para um acesso maior às atividades de cunho pedagógico, tais como escolarização e aprendizagem fora da unidade socioeducativa.

#### **4.7 Sugestões para o trabalho com os adolescentes em medida socioeducativa**

Por fim, trazemos sugestões elencadas a partir das respostas coletadas junto aos egressos participantes. Tais sugestões visam a melhor efetividade das medidas socioeducativas de internação, partindo da visão dos jovens egressos, que passaram pelo sistema socioeducativo. O total das sugestões foi agrupado nas seguintes categorias: a) estrutura física; b) atividades pedagógicas e acompanhamento da equipe; c) tempo de medida; e d) acompanhamento pós-medida.

##### a) Quanto à melhora na estrutura física:

O primeiro tópico mencionado, refere-se à estrutura física das unidades, conforme vemos na fala de Toquinho:

*[...] coisa que era ruim lá era os mosquitos na hora de dormir de noite. Meu Deus [...] É, porque, tipo, tem a ventana, né? É, tipo, três faixas, assim, na parede, para baixo. Aí nem entrar ar direito [...] nossa, no frio eu nem saía da cama, só saía pra comer. [...] (Toquinho - sobre as questões estruturais dos alojamentos, falta de ventilação, pernilongos e falta de isolamento térmico adequado).*

Apesar das diretrizes do SINASE (2006) preconizarem que as estruturas das unidades socioeducativas devem abrigar no máximo quarenta adolescentes, no estado do Paraná, assim como nas demais regiões do país, isso não é exatamente o que ocorre. A partir de 2006, as novas unidades construídas seguiram uma forma arquitetônica considerada modelo, sendo, inclusive, premiadas por serem consideradas um ambiente humanizado.

Entretanto, as unidades não têm recebido apenas quarenta adolescentes, muitas comportam até 86 (oitenta e seis) adolescentes, parecendo as unidades antigas, que chegaram a ter mais de 100 (cem) adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa. O egresso entrevistado, refere-se ao fato dos alojamentos

não terem uma estrutura adequada, sendo um local pouco ventilado, úmido e com vários insetos. Ressaltamos, ademais, que a estrutura de algumas unidades, construídas com blocos e telhado de concreto, com manta asfáltica, tornam o ambiente, extremamente, insalubre, pois nos dias quentes é abafado, e nos dias frios não provê aquecimento para quem está abrigado. Isso sem dizer da estrutura atual das unidades, que se encontram sem a manutenção adequada e reforma, para que haja um mínimo de condições para atender os adolescentes apreendidos.

Podemos citar, como exemplo, a demanda por melhoria estrutural no CENSE Maringá, existente há mais de uma década. Em julho de 2012, o Conselho Tutelar solicitou interdição na unidade, devido à falta de servidores/as e, também, ao suicídio de uma adolescente de 15 anos (Catve, 2012). Em 2018, houve, novamente, pedido de interdição por parte do Conselho Tutelar, desta vez, atendendo à queixa dos adolescentes, relacionada à comida (Maringápost, 2018). Um ano antes da pandemia de COVID 19, o Conselho Tutelar encaminhou ao Ministério Público do Paraná - MPPR novo pedido de interdição da unidade de Maringá, devido ao número insuficiente de servidores/as (CBN, 2019).

Em agosto de 2022, o Ministério Público do Paraná - MPPR solicitou a interdição do Centro de Socioeducação de Maringá, devido a diversos problemas estruturais encontrados na unidade.

Visitas realizadas no Cense identificaram diversos problemas nas instalações, como a pintura extremamente degradada, portas apodrecidas e até a existência de esgoto lançado a céu aberto. Além disso, a conexão à internet disponível na unidade é de qualidade muito baixa, o que dificulta o trabalho cotidiano, como a realização das audiências virtuais, as atividades dos adolescentes com a utilização da rede mundial de computadores (principalmente atividades educacionais) e a utilização dos próprios servidores, envolvendo atividades relacionadas ao trabalho socioeducativo (MPPR, 2022, s/p).

Diante desse contexto, é compreensível a sugestão do egresso Toquinho, que foi apreendido no ano de 2021.

b) Quanto às atividades pedagógicas e acompanhamento da equipe:

*poderia ter mais flexibilidade, todas as casas tivessem quase o mesmo padrão ali, uma convivência [...]De acordo com o comportamento deles. Eu acho que teria que ter uma flexibilidade, assim, sobre atividades externas, sabe? E nem que não seja uma*

*atividade totalmente livre (...) alguma coisa, um campeonato, ou uma escola, algo do tipo, uma atividade externa, não só fora da unidade, mas mesmo ali dentro, tipo uma horta, um negócio, sabe, assim, para os adolescentes semanalmente, e cada casa, e cada grupo ali fazia algo, para poder entrar no relatório dessa pessoa, para essa pessoa poder sair e tal (Chico).*

*[...] Mais conversa, mais atividade [...] acho que tem que ter alguma coisa lá, é difícil falar alguma coisa... mostrar, vamos trabalhar, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, não é assim, e tentar mostrar outro ponto de vista, né? [...] acho que o atendimento, o atendimento aí, se eu não estou enganado, era de 15 dias (ter mais atendimento) (João Gilberto).*

*[...] Estudos. Estudos lá dentro. Como é que eu posso falar? Dá um up nos estudos. Se não estudar, não vai fazer o curso, não vai ganhar uma bola. Eu acho que uma regra um pouco mais rígida, eu acho que ele poderia até pensar em mudar um pouco (Caetano).*

Os entrevistados referem-se à necessidade de ampliação das atividades ofertadas aos adolescentes. Itens como escola, profissionalização, esporte, cultura, lazer e assistência religiosa foram citados, assim como, o acompanhamento da equipe profissional ser ampliada, seja por meio de oficinas, ou atendimentos individualizados.

Ao analisar as respostas, percebemos que as sugestões são dadas de acordo com o contexto institucional vivido à época do cumprimento da Medida Socioeducativa. Alguns egressos cumpriram sua MSE durante o período em que eram disponibilizadas diversas atividades, internas e externas. Com o decorrer dos anos, as atividades passaram a ser ofertadas, precariamente, dependendo de burocracias que não permitiam a continuidade destas.

Com a pandemia de Covid 19, as atividades presenciais ficaram suspensas, reduzindo o acesso às atividades de profissionalização, esporte, cultura e lazer dos adolescentes apreendidos à época. Durante o período pandêmico, apesar de não haver estrutura adequada de acesso à internet, a maioria das atividades disponíveis aos adolescentes que estavam nas unidades foram ofertadas de modo *on-line*, o que inviabilizou o acesso, de maneira efetiva, haja vista que eles precisavam ter, e não tinham, um mínimo de conhecimento de computação, e uma certa autonomia para realizá-las. Esses adolescentes sofreram mais um tipo de exclusão: a digital. Nesse sentido, Byung-Chul Han (2022, p.48) teoriza:

A democracia em tempo real sonhada nos inícios da digitalização como democracia do futuro, se mostra como uma ilusão completa. [...] O *smartphone* é uma coisa completamente diferente do parlamento móbil, é um aparato de submissão. Acelera a fragmentação e o desmoronamento da esfera pública ao, enquanto vitrine móbil, difundir o privado incessantemente.

A sociedade capitalista, por ser um sistema excludente, marginaliza a juventude, exilando-a na periferia, fazendo os jovens carentes de cultura, saúde, educação, lazer, criando uma subcultura, que, em muitos casos, reproduz a própria cultura capitalista. Como adverte Bauman (2008, p.107-108):

devemos recordar, contudo, que numa sociedade de consumidores, em que os vínculos humanos tendem a ser conduzidos e mediados pelos mercados de bens de consumo, o sentimento de pertença não é obtido seguindo-se os procedimentos administrados e supervisionados por essas 'tendências de estilo' aos quais se aspira, mas por meio da própria identificação metonímica do aspirante com a 'tendência'.

Atualmente, o acesso à cultura é um bem de consumo inacessível a uma grande parcela da população. Perdeu-se, assim, o sentido primordial da cultura, que é o de humanizar as pessoas, por intermédio dos mais diversos conhecimentos. A sociedade passou da sociedade do ser, para a sociedade do ter e, atualmente, aparentar ter. Para que uma pessoa se sinta uma cidadã na atualidade, não precisa possuir os bens, apenas aparentar em redes sociais que tenha tais bens, de maneira que muitos jovens, para se sentirem incluídos, recorrem ao subterfúgio do crime, para ostentar um padrão de vida que não possuem. Dessa forma, acontece, também, com o conhecimento, que em grande medida foi substituído pela informação, entendendo conhecimento como o aprofundamento das ideias e teorias, e a informação, aquilo que ocorre de imediato, muitas vezes, sem embasamento crítico algum.

c) Quanto ao tempo de medida socioeducativa:

*[...] As medidas socioeducativas funcionam, sim. Só que pra ser sincero, eu acho que tinha que ser um pouco mais duro, né? [...] Acho que tinha que ficar mais tempo. É porque, tipo, três anos, né? Sei lá, depende do crime que você cometeu, uma coisa muito grave, né? "Ah, adolescente..." é o comentário que o pessoal fazia lá dentro, né? A gente é menor, o máximo que a gente fica são três anos, então quando sair vamos acabar com tudo. Se lá tivesse, assim, cinco anos, seis, talvez pensaria muito mais, né? (Belchior).*

A sugestão dada por Belchior, de que o tempo de permanência dos adolescentes, cumprindo Medida Socioeducativa, seja ampliado, o que vem ao encontro do clamor social disseminado no senso comum, principalmente, em posições de direita, ou seja, de que deve haver maior rigor na punição dos adolescentes apreendidos.

Nesse sentido, o Projeto de Lei 2325/2024, de autoria do deputado de extrema direita Delegado Ramagem (PL-RJ), propõe a ampliação no tempo máximo da Medida Socioeducativa de Internação para oito anos (Duque, 2024), sendo que, na atualidade, é de até três anos.

Coincide, que o entrevistado Belchior quando esteve cumprindo Medidas Socioeducativas, conseguiu acessar diversas atividades, as quais garantiram seus direitos dentro da unidade. Foi o período em que havia uma maior disponibilização de atividades pedagógicas, tanto realizadas interna, quanto externamente (acesso ao CEEBJA, local fora da unidade, ao programa Aprendiz e aos cursos do SENAI). Essas ações contribuíram para que Belchior saísse da unidade socioeducativa com emprego e escolarização suficientes, de forma a haver um amparo material.

Talvez, tal fato tenha colaborado com a percepção de que um maior tempo seja necessário para que os adolescentes consigam se ressocializar e reintegrar na sociedade, de forma digna, deixando os atos ilícitos para trás. É possível que alguns adolescentes argumentem em favor do aumento do tempo, por terem tido acesso às diversas atividades (escolar, profissional, esporte e cultura) dentro da unidade, porque têm a consciência de que não conseguiriam frequentar tais espaços em sua vida cotidiana, estando fora.

Quando se juntam os fatos de que nos últimos cinco anos tiveram diversos pedidos de interdição da unidade (Catve, 2012; CBN, 2019; MPPR, 2022), e que, também, houve um esvaziamento das atividades pedagógicas dentro das unidades, na atualidade, as atividades ofertadas baseiam-se quase que, exclusivamente, na escolarização dos adolescentes em privação de liberdade, é visível a filosofia do projeto político governamental do estado do Paraná. Tipicamente capitalista, conservador, neoliberal, de direita, conforme o próprio governante defendeu em suas campanhas e as pessoas o elegeram com tais propostas.

d) Quanto ao acompanhamento pós Medida Socioeducativa:

*[...] Esse contato...É importante ter esse trabalho com os adolescentes, sabe, depois da desinternação, porque faz total diferença [...] Mas eu penso que o que pode ser melhorado é ter essa permanência, dessas políticas serem efetivas, ter um projeto de ser construído e continuar sendo seguido (Tom).*

Direta e indiretamente, as sugestões de alguns egressos referiram-se à relevância que teve em suas vidas o acompanhamento realizado por alguns/mas profissionais, mesmo que de maneira informal, após a desinternação da Medida Socioeducativa. Observamos, aqui, a importância de ter dentro das unidades, profissionais com formação e letramento em: Direitos Humanos, características de um adolescente, cultura, história, e, em específico, Educação Social.

Nessas falas, podemos ver, concretamente o/a profissional do “antidestino”, atuando na vida desses egressos. O/A Educador/a Social é o/a profissional do antidestino (Nuñez, 1999), pois seria o responsável por orientar e dar direcionamentos às ações dos jovens egressos. Segundo Baleiro (2025, p.6), o/a Educador/a Social cumprindo uma função de antidestino, atua como “motor da ação, como horizonte político, como oportunidade de alterar as tramas da exclusão”. Uma conversa, uma “escuta consequente” (Müller, 2021), um encaminhamento. Mesmo após a desinternação de Tom, foi, segundo ele, primordial para que não reincidisse em atos ilícitos.

A partir disso, podemos dizer que o acompanhamento dos egressos, de forma sistematizada e efetiva, é uma ação relevante a ser considerada pelas gestões do Sistema Socioeducativo. Nesse sentido, um/a profissional necessário/a para fazer o acompanhamento desses jovens é o/a profissional da Educação Social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

E Paulo Freire insistia  
De maneira alertadora:  
Quando uma educação  
Já não é libertadora  
Estará tudo perdido,  
Pois, o sonho do oprimido  
É ser da classe opressora  
(Braga, 2019).

A pergunta principal, a qual orientou esta pesquisa, buscou responder sobre os fatores pedagógicos que influenciaram e foram efetivos na ressocialização de egressos do sistema socioeducativo do noroeste do Paraná. O **objetivo geral** desta dissertação foi o de analisar quais fatores pedagógicos, durante o período do cumprimento da Medida Socioeducativa de Internação, influenciaram para que os egressos entrevistados não voltassem a reincidir em atos infracionais. A partir de suas experiências, queremos trazer subsídios para uma possível implantação de práticas socioeducativas emancipadoras nos CENSES, que se aproxime, ao máximo, do que está preconizado nas diretrizes legais.

Para que o objetivo geral fosse alcançado, definimos três objetivos específicos, que estão comentados a seguir.

O primeiro objetivo específico, procurava discorrer sobre as concepções político-legais, as quais dão embasamento às práticas cotidianas dentro das unidades socioeducativas. Analisamos as características do Sistema Socioeducativo atual, e evidenciamos que a socioeducação é tema pouco estudado no Brasil. Nossa pesquisa mostra que os adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, têm gênero, raça e classe social específica: menino, preto e pobre. Por meio da mídia, há um alarde em torno da ineficiência da punição aos adolescentes, autores de ato infracional, uma mobilização pela redução da maioridade penal, corroborando com uma característica social voltada ao conservadorismo, discurso que se tornou mais forte na última década, acompanhado, disfarçadamente, de racismo e aporofobia.

Apesar dos esforços dos Estados e municípios em se adequar à legislação atual, no que se refere ao atendimento socioeducativo dos adolescentes, o discurso menorista dentro das instituições, mesmo que subjetivamente, ainda é considerável, haja vista, que são poucos os recursos em formação e capacitação dos/as profissionais que atuam na socioeducação. Tal fato, coaduna com um retrocesso de

investimentos nas políticas públicas visto nos últimos anos e com a tendência a um neoconservadorismo dos dirigentes políticos. Por outro lado, apesar do sensacionalismo midiático sobre a grande reincidência dos adolescentes, na comparação com a década de 2010, houve uma diminuição no número de adolescentes privados de liberdade, dentro do território brasileiro. Outra característica visível, é a falta de credibilidade, por parte da sociedade, no trabalho socioeducativo, que, muitas vezes, é endossada pelos próprios profissionais que atuam junto aos adolescentes privados de liberdade.

Como segundo objetivo específico, buscamos substanciar a teoria da educação social para o trabalho socioeducativo, junto aos adolescentes em conflito com a lei, tendo por base os conceitos da Educação Social. Para tanto, trouxemos diversos/as autores/as, considerados/as referências no tema. Estes/as autores/as nos indicam que a Educação Social ocorre em espaços diversos, baseando seus fundamentos na promoção cultural das pessoas atendidas, sempre consideradas como sujeitos de direitos e deveres. Desta forma, a educação social tem relação direta com os fatores econômicos, sociais e políticos, inerentes de cada período.

Os fundamentos da Educação Social no Brasil são pautados, principalmente, nas teorias freireanas, tendo início no período da Ditadura Militar brasileira, na década de 1960. Os/As primeiros/as educadores sociais atuavam nas ruas, junto às populações mais vulneráveis. Inicialmente, não tinham formação específica, eram pessoas voluntárias, as quais traziam o potencial educativo e político para suas ações. Na primeira década de 2000, a Educação Social passou a fazer parte das políticas públicas, entretanto, os/as educadores/as foram perdendo seu espaço de formadores/as políticos e educativos, passando a serem considerados/as auxiliares, em áreas voltadas para assistência social, sem exigência de alguma formação.

O terceiro objetivo específico foi o de analisar o conteúdo das entrevistas, sob o viés da Educação Social. Para atingir este objetivo, entrevistamos seis egressos do sistema socioeducativo do noroeste do Paraná.

O conteúdo das entrevistas, foi organizado em sete categorias, como segue: Dados gerais dos entrevistados, História de vida, Percepção da medida socioeducativa para a ressocialização, Percepção dos egressos sobre os profissionais que atuam nas unidades, Efetividade da medida socioeducativa na vida dos adolescentes e Sugestões para melhor efetividade das medidas

socioeducativas. As reflexões a seguir são consequência direta dos resultados obtidos nas entrevistas.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) já ter mais de três décadas de sua promulgação, ainda são muitos os resquícios da doutrina da situação irregular de menores, o que interfere, cotidianamente, na execução das medidas socioeducativas. Uma evidência disso é que é casual, e não fruto de política, o que todos os entrevistados sinalizam como referência positiva para a sua não reincidência: a relação próxima e educativa com um profissional dentro da unidade, e em algum caso, inclusive, após a Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade. A casualidade não se caracteriza somente pelo perfil do/a profissional mais ou menos sensível, e sim, ainda, depende da empatia com determinados meninos, os quais tiveram a sorte de não serem rotulados como irrecuperáveis. Portanto, há adolescentes cujos/as profissionais permanecem em sua memória como educadores/as, o que não ocorre com todos/as. O que estes/as profissionais têm em comum? Agiram dentro dos parâmetros que caracterizam os/as Educadores/as Sociais, ouvindo, direcionando, acompanhando nos diferentes momentos de vida daquele menino.

Salientamos a não implementação da política de acompanhamento efetivo do adolescente egresso do sistema socioeducativo de privação de liberdade. Até o momento, os adolescentes desinternados são encaminhados, ora para a liberdade assistida, ora para semiliberdade, ou mesmo, conseguem a extinção da medida. Estes adolescentes quando são liberados se veem totalmente sem amparo, caso não sejam direcionados para nenhuma das medidas citadas. Aqui existe outro campo, no qual os/as profissionais da Educação Social fazem falta: o acompanhamento desses egressos.

As pessoas da esfera familiar são, também, valorizadas, pois realizavam o suporte emocional, por meio de ligações telefônicas, cartas e visitas, não abandonando e/ou desistindo desses adolescentes. Muitos atribuem a este fator a responsabilidade pela ressocialização e o não envolvimento com novos atos infracionais. Com os adolescentes, aprendemos que, independente da configuração familiar, o importante é o afeto e a atenção concreta dispensada a eles, no período em que cumpriram Medida Socioeducativa.

Alguns citaram que não tinham referência paterna, levantando a hipótese de ser uma das causas da sua inserção em ato infracional. Muitos adolescentes em

conflito com a lei, são provenientes de família monoparental, em que as mães, ou cuidador/a de referência não possui uma rede de apoio e nem acesso aos serviços essenciais, tais como escola em tempo integral, locais que ofereçam atividades esportivas e de lazer, fatores importantes para o desenvolvimento integral dos seres humanos. Da mesma forma, uma boa parcela das mães trabalha de forma precarizada, com baixa remuneração, excessivas horas fora de casa e, comumente, sem nenhuma contribuição financeira por parte do genitor.

Por sua vez, a vulnerabilidade financeira interfere na permanência, ou não, desses adolescentes na escola. Uma das causas da evasão escolar, conforme os dados oficiais citados nesta pesquisa, deve-se ao fato do adolescente abandonar os estudos para ir atrás de obter renda. Dessa forma, ou o adolescente vai trabalhar em subempregos, sendo explorado em sua mão de obra, quando deveria estar na escola, estando desprotegido nas esferas trabalhistas e sociais, ou, envolve-se com o tráfico de drogas, trazendo ganhos mais rápidos, e em maior quantidade.

O que vemos é uma lógica perversa, em que o menino pobre necessita abandonar os estudos para subsistir, sendo explorado em sua mão de obra, quando deveria estar se emancipando pelos conhecimentos formais adquiridos na escola. Por sua vez, sem um grau escolar condizente com o exigido pelo mercado de trabalho para obter melhores empregos, este menino, quando ingressa na vida adulta, não tem formação suficiente para acessar a uma profissionalização e conseguir um trabalho que lhe traga ganhos dignos, ou mesmo, ingressar em um curso superior, perpetuando, desse modo, a pobreza e a falta de recursos para que possa ter uma vida com mais dignidade.

Nesse sentido, o nível de escolarização também se torna um fator de proteção e emancipação para os adolescentes egressos, uma vez que, em comum, todos os investigados atingiram um nível escolar mais avançado, seja dando continuidade, ou retomando os estudos, até ingressar no Ensino Médio. Dessa forma, comprova-se como a inserção e o desenvolvimento escolar, galgando um grau maior de formação, potencializa os efeitos da Medida Socioeducativa. Ressaltamos, que o adolescente que possuía o grau de escolarização menor dentre os entrevistados, quando deu início ao cumprimento da Medida Socioeducativa, foi o que, até o momento, conseguiu atingir um nível escolar maior, concluindo o ensino superior. Este exemplo nos mostra que sempre é possível que em um determinado

momento o adolescente venha a superar suas condições iniciais e passe a desejar, acreditar e a construir, efetivamente, novas trajetórias.

As atividades não escolares, como cursos, esportes e lazer, ofertadas durante as Medidas Socioeducativas de Internação, foram citadas como necessárias e influentes na constituição do bem-estar dos entrevistados e nos seus desejos de sair e escolher outros caminhos para suas vidas. Junto a isso, o acompanhamento da equipe multidisciplinar foi determinante na ressocialização desses egressos, que participaram da pesquisa.

Todo o conteúdo citado, já são direitos garantidos desde 1990, no ECA. No entanto, tais ações pedagógicas, são, frequentemente, executadas de forma precarizada, não por incompetência dos/as profissionais envolvidos/as, mas sim, porque a estrutura e a conjuntura do sistema, assim as concebem. Dentro dessa estrutura e desse sistema, foi retirada a função de Educador/a Social, e transformada em Agente de Segurança Socioeducativo/a. É necessário que se compreendam as unidades socioeducativas como espaços, prioritariamente, educativos, conforme preconiza o ECA (Brasil, 1990). Sendo assim, todos/as os/as profissionais devem atuar de acordo com a filosofia educativa, para a qual, necessitam informação. Além disso, a política deve contemplar um/uma profissional chamado/a Educador/a Social.

A formação, em nível superior, do/a Educador/a Social, conforme pleiteada pela AESMAR e do NPCA, assim como, outras entidades que atuam com Educação Social espalhadas pelo Brasil, mostra-se um fator relevante para que haja o efetivo trabalho junto aos adolescentes das unidades socioeducativas. O/A Educador/a Social viria a compor as Equipes Técnicas das unidades. Desse modo, haveria um nivelamento básico em termos conceituais e teóricos, que poderiam vir a proporcionar um fazer próprio da Educação Social, com senso crítico em detrimento do senso comum, o qual, ainda, prevalece no trabalho com esses adolescentes.

As Medidas Socioeducativas mostram-se necessárias, quando analisadas, conceitualmente, dentro das diretrizes, para romper com a situação irregular de menores, que perdurou até a década de 1980. Entretanto, são contraditórias, ao analisarmos que as instituições ainda trazem forte o caráter punitivo aos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) preconiza que o caráter pedagógico deve prevalecer sobre o caráter sancionatório.

As ações são, ainda, muito incipientes, se comparadas à gravidade da situação dos meninos em privação de liberdade. Se ao adentrar numa unidade socioeducativa, o adolescente não se depara com um/a profissional, adequadamente formado/a, atividades diversas que preconizam o enfoque pedagógico e emancipatório, a medida se resumirá, basicamente, à punição do adolescente aprisionado. As concepções punitivistas devem ceder espaço para a concepção humanista e de garantia de direitos, conforme pudemos concluir a partir das falas dos egressos entrevistados.

Por fim, a presente dissertação vem corroborar com o observado no cotidiano da pesquisadora, enquanto profissional. A formação profissional dos/as profissionais que trabalham nos centros socioeducativos tem interferência direta na efetividade do trabalho, junto aos adolescentes atendidos. O saber trazido por cada pessoa que toca a vida de cada menino privado de liberdade, interfere, diretamente, na ressocialização desses. Apesar da alta complexidade do atendimento socioeducativo, em que muitos são os fatores que interferem e contribuem para que o adolescente chegue até o CENSE, é imprescindível um olhar especializado, treinado e formado para a Educação Social. Somente pela formação em Educação Social para TODOS/AS os/as servidores/as que trabalham com medidas socioeducativas, aliada às políticas públicas que contemplem a população menos favorecida, poderemos constatar a garantia de direitos dentro do sistema socioeducativo.

A formação dos/as profissionais da socioeducação deve ser pautada pelo viés humanista, ocorrendo de forma contínua e oportunizada a todos/as os/as profissionais, sem exceção. Além do quesito formação, as gestões devem atentar-se ao bem-estar dos/as servidores/as que atuam na socioeducação, oferecendo o cuidado em saúde mental a quem trabalha com os adolescentes privados de liberdade, uma vez que se trata de trabalho considerado de alta-complexidade, onde as situações vivenciadas no cotidiano, interferem na saúde física e mental dos servidores.

Há questões estruturais e de conjuntura, advindas de um projeto capitalista e neoliberal, que interferem, diretamente, no trabalho socioeducativo, transferindo de forma sorrateira, a responsabilidade que deveria ser do Estado para os indivíduos que atuam no dia a dia dos adolescentes privados de liberdade. A primeira necessidade absoluta é assumir que as Medidas Socioeducativas e as unidades de

socioeducação são assuntos primordiais da Educação, porque recebem sujeitos que estão em desenvolvimento. Mas isso não vem ocorrendo, porque, como dizia Darcy Ribeiro: “A crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (Ribeiro, 1986, p.10).

Reconhecemos as limitações da pesquisa, enquanto número de entrevistados, e quanto à profundidade e amplitude da investigação, dado o tempo exigido para o término do Mestrado. Para além dos fatores observados, há também aspectos intrínsecos a cada ser humano, como resiliência às situações vivenciadas, dentre outras manifestações biopsicossociais, que não foram investigadas nesta pesquisa. Ainda outros, relativos à política externa e interna dos CENSE's, somente para citar alguns aspectos.

Por isso, gostaríamos de sugerir a continuidade de trabalhos científicos, os quais venham trazer maior visibilidade sobre quem são os meninos em privação de liberdade, como foram as suas infâncias, que experiências vivem na prisão e o que pensam, sentem, sugerem para as políticas públicas pensadas para o mundo infanto-juvenil em nosso país.

Por fim, para esta pesquisadora e profissional da socioeducação, a realização desta pesquisa foi um exercício de resiliência dentro de um local tão invisibilizado perante a sociedade. Ouvir os egressos, durante as entrevistas, foi reviver momentos bons e ruins da minha trajetória profissional, foi como olhar com olhos de ver, o que há muito tempo estava ofuscado pelas urgências de um local, denominado por alguns de “UTI Social”. Enxergar através dos olhos de jovens, que já estiveram em privação de liberdade, no Sistema Socioeducativo, e foram sujeitos do Antidestino, faz com que o esperar freireano se torne uma proposta a ser retomada na prática do trabalho cotidiano. E, ainda, é obter um novo fôlego e saber qual a direção deve ser tomada no fazer profissional, quais as batalhas ainda devem ser vivenciadas, para que, num futuro, de fato haja um sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de *et al.* **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 2010. 122 p. (Coleção Educadores). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 18 set.2024.

BALERIO, Diego Silva; AMARILLO, Mauro. **La educación social como antidesestino: una visita por la clásica categoría pedagógica de Violeta Núñez**. *Revista de Educación Social y Pedagogía Social Del Uruguay*. Uruguay, p. 20-29, 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/41391643/La\\_educaci%C3%B3n\\_social\\_como\\_antidesestino\\_una\\_visita\\_por\\_la\\_cl%C3%A1sica\\_categor%C3%ADa\\_pedag%C3%B3gica\\_de\\_Violeta\\_N%C3%BA%3%B1ez?auto=download](https://www.academia.edu/41391643/La_educaci%C3%B3n_social_como_antidesestino_una_visita_por_la_cl%C3%A1sica_categor%C3%ADa_pedag%C3%B3gica_de_Violeta_N%C3%BA%3%B1ez?auto=download). Acesso em: 14 mar.2025.

BARBETTA, Alfredo *et al.* A implementação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. *In*: VOLPI, Mário (Org.). **O Adolescente e o Ato Infracional**. São Paulo: Cortez, 2005. Parte 1, p.11-44.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAULI, Régis Alan; MÜLLER, Verônica Regina. **Educador social no Brasil: normatização e profissionalização**. Chapecó/SC: Livrologia, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BRAGA, Medeiros. **Paulo Freire: na versão agradável do cordel**. [Cordel], 2019.

BRESSIANINI, Valéria Aparecida. **Educação Infantil, Comunidade e Educação Social**: aprendizagens para uma educação libertadora. 187f. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Fabiane Freire França. Coorientadora: Verônica Regina Müller. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

BORDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre/RS: Zouk, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Diretrizes de Riad**: diretrizes das Nações Unidas para prevenção da prática de infrações por adolescentes [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/08/diretrizes-riad.pdf> . Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos** – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012 – **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3 de 13, de maio de 2016. **Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CEB-CNE-003-2016-05-13.pdf>. Acesso em: 16 set.2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Reentradas e reinterações infracionais**: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros. Brasília: CNJ, 2019b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/286/1/Reentradas%20e%20Reitera%20a7%20c3%20b5es%20Infracionais%20-%20Um%20olhar%20sobre%20os%20sistemas%20socioeducativo%20e%20prisional%20Brasileiros.pdf> . Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Redução de adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil 2013 – 2022**: condicionantes e percepções. Conselho Nacional de Justiça. Instituto Cíclica. Observatório de Socioeducação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília: CNJ, 2024a.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**: Estabelece a organização básica da presidência da república e dos ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm) . Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Diagnóstico Ligeiro do Trabalho Infantil – Brasil, por Unidades da Federação – com base na PNADc/2023 do IBGE**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/pdfs/diagnostico-ligeiro-trabalho-infantil-na-pnadc-2023-caderno-no-1-t-i-nas-piores-formas-v6.pdf> Acesso em: 03 mar. 2025.

CATVE. **Justiça determina interdição do CENSE**. Cascavel: 12 de julho de 2012. Disponível em: <https://catve.com/noticia/6/26944/> > Acesso em: 13 fev. 2025.

CNN. **IBGE**: 9,1 milhões abandonaram a escola sem terminar o ensino básico até 2023. Rio de Janeiro: 04 de dezembro de 2024. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ibge-91-milhoes-abandonaram-a-escola-sem-terminar-o-ensino-basico-ate-2023/#goog\\_rewarded](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ibge-91-milhoes-abandonaram-a-escola-sem-terminar-o-ensino-basico-ate-2023/#goog_rewarded). Acesso em: 17 fev. 2025.

DUQUE, Felipe. **PL 2325/2024 e ampliação para 8 anos do prazo máximo de internação no Estatuto da Criança e do Adolescente – Análise Jurídica**. Portal Carreira Jurídica, 2024. Disponível em: <https://cj.estrategia.com/portal/pl-2325-ampliacao-internacao-eca/> .Acesso em: 13 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: Digitalização e crise da democracia**. Trad. Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

LABIGALINI, Ana Paula Vila. **Educação Social: adolescentes assistidos com equinos: caminhos pedagógicos para políticas públicas**. 207f. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Verônica Regina Müller. Maringá, 2021.

LIMA, Paula Valim. Propostas educacionais do governo Bolsonaro: desdemocratização da educação e privatização do público. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (Orgs.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 53- 69.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARINGÁPOST. **Internos se queixam das refeições no Cense de Maringá.** Vigilância autua empresa que presta os serviços e Conselho Tutelar promete vistoria na entidade. Maringá: 21 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://maringapost.com.br/cidade/2018/09/21/internos-se-queixam-das-refeicoes-no-cense-de-maringa-vigilancia-autua-empresa-que-presta-os-servicos-e-conselho-tutelar-promete-vistoria-na-entidade/>> Acesso em: 13 fev. 2025.

MPPR. **MPPR aciona Estado do Paraná para que faça a reforma do Centro de Socioeducação de Maringá, que apresenta diversos problemas estruturais.** Curitiba: 05 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://mppr.mp.br/Noticia/MPPR-aciona-Estado-do-Parana-para-que-faca-reforma-do-Centro-de-Socioeducacao-de-Maringa> >. Acesso em 13 fev. 2025.

MÜLLER, Verônica Regina. ***Pedagogía social y educación social / Compilación*** de Verônica Regina Müller. 1. ed. *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*: Abrapalabra Editorial, 2023.

MÜLLER, Verônica Regina. **Educação Social:** educação para além da escola. *YouTube*: 28 de setembro de 2021. 1h25min55s. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=CENszVX\\_wY0](https://www.youtube.com/watch?v=CENszVX_wY0)> Acesso em: 06 mar.2025.

NATALI, Paula Marçal. **Formação Profissional na Educação Social:** Subsídios a Partir de Experiências de Educadores Sociais Latino Americanos. 243f. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Verônica Regina Müller. Maringá, 2016.

NÚÑEZ, Violeta. **Pedagogia Social: Cartas para navegar en el nuevo milenio.** Buenos Aires: Santillana S/A, 1999.

OLIVEIRA, Alessandra Elvira de. **Contribuições da Psicopedagogia Institucional para o trabalho em ambiente socioeducativo.** 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional). Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Raymundo de Lima. Maringá, 2013.

OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007.

ONU - **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 1948. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf> . Acesso em: 23 set. 2024.

OS MISERÁVEIS. **[Adaptado da obra clássica de Victor Hugo]**. Direção: Bille August. Praga: *Barradov Studios*, 1998. Streaming (131min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BcjKINKjzHU>. Acesso em: 14 set.2024.

PAIVA, Jacyara; MÜLLER, Verônica Regina. *Educación Social en Brasil: De La Calle a la Academia y de Vuelta a La Calle*. **Revista de Educación Social**: Barcelona, v. 32, p. 72-87, jan./jun. 2021. Disponível em: [https://www.aesmar.org.br/\\_files/ugd/7663ae\\_c4bca669cfbb4d71a66e4f6f2ea24770.pdf](https://www.aesmar.org.br/_files/ugd/7663ae_c4bca669cfbb4d71a66e4f6f2ea24770.pdf) . Acesso em: 17 set.2024.

PARANÁ - Secretaria da Administração Pública do Paraná - SEAP. **Edital nº 27 de 2006**: concurso público de provas para provimento de 220 vagas no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE. Curitiba/PR: SEAP, 2006. Disponível em: <https://www.cops.uel.br/v2/Selecao/DetalharSelecao/Selecao/264> . Acesso em: 22 set.2024.

PARANÁ. **Lei nº 15.604, de 15 de agosto de 2007**. Altera a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR para Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, extingue o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP e adota outras providências. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2007. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15604-2007-parana-altera-a-denominacao-da-secretaria-de-estado-da-crianca-secr-para-secretaria-de-estado-da-crianca-e-da-juventude-secj-extingue-o-instituto-de-acao-social-do-parana-iasp-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 14 set.2024.

PARANÁ. **Apresentação CGS.** [s.d]. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/dease.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/dease.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

PARANÁ. **Novo centro de socioeducação será construído em São José dos Pinhais.** Curitiba, 22 dez. 2009. Disponível em: <https://arquivo2003.aen.pr.gov.br/Noticia/Novo-Centro-de-Socioeducacao-sera-construido-em-Sao-Jose-dos-Pinhais>. Acesso em: 22 set.2024

PARANÁ. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.** Curitiba: Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, 2015. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/PEAS\\_PR\\_2015.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/PEAS_PR_2015.pdf) Acesso em: 22 set. 2024.

PARANÁ. **Cadernos de socioeducação:** bases teórico-metodológicas da socioeducação. Curitiba: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/Caderno\\_BASES\\_digital.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Caderno_BASES_digital.pdf) Acesso em: 22 set. 2024.

PARANÁ. **Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Paraná - PEAS.** Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. 2020. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-07/relatorio\\_dease\\_peas\\_-\\_final.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-07/relatorio_dease_peas_-_final.pdf) Acesso em: 22 set. 2024.

PARANÁ. **Lei nº 21.119, de 30 de junho de 2022.** Altera dispositivos da Lei nº 13.666 de 5 de julho de 2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Paraná. Curitiba, Assembleia Legislativa do Paraná, 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21119-2022-parana-altera-dispositivos-da-lei-no-13-666-de-5-de-julho-de-2002-que-institui-o-quadro-proprio-do-poder-executivo-do-estado-do-parana>. Acesso em: 15 set. 2024.

PARANÁ. **Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023**. Dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Curitiba, Assembleia Legislativa do Paraná, 2023a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21352-2023-parana-dispoe-sobre-a-organizacao-administrativa-basica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 14 set. 2024.

PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Socioeducação de Maringá**. Maringá, PR: Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, 2023b.

PIRES, Daniela Oliveira. Da transição democrática incompleta ao avanço do neoconservadorismo: consequências para a democratização da educação. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (Orgs.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 37-52.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil [livro eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021, p. 259-282.

ROSALEN, Patrícia Cristina e SALLES, Leila Maria Ferreira. **O Jovem Infrator na Visão dos Profissionais da Febem – Rio Claro**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v.10, n. 18, p. 31-42, jan./jul., 2002.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em Conflito com a Lei**: da indiferença à proteção integral – uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de; MÜLLER, Verônica Regina. **Educação Social no Brasil**: avaliação. Chapecó/SC: Livrologia, 2021.

STF. **Inclusão do Degase no rol de órgãos de segurança do RJ é inconstitucional, decide STF.** Brasília: 26 de fevereiro de 2025. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/inclusao-do-degase-no-rol-de-orgaos-de-seguranca-do-rj-e-inconstitucional-decide-stf/>> Acesso em: 03 mar. 2025.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VEJA. **Aumenta apoio a redução da maioria penal para crimes graves.** São Paulo: 03 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/aumenta-apoio-a-reducao-da-maioridade-penal-para-crimes-graves>. Acesso em: 18 set. 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaria de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE UMA REGIÃO DO PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA EMANCIPATÓRIA”. A pesquisa em questão, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual (NUDISEX/CNPq), orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Eliane Rose Maio. O objetivo da pesquisa é analisar, as respostas dos egressos, quais os fatores (pedagógicos, psicológicos e sociais) influenciaram e foram efetivos na ressocialização dos adolescentes egressos de um sistema socioeducativo no Estado do Paraná, contribuindo para que os mesmos não voltassem a reincidir em atos infracionais.

Para isto, a **sua participação** será por meio de entrevistas individuais, semi estruturada, *on-line*, e poderá ser respondido em dia e horário, de acordo com sua disponibilidade. Quaisquer dúvidas sobre a pesquisa poderão ser elucidadas, quanto a sua metodologia, antes e durante a sua realização.

Todos os momentos e fases da pesquisa, assim como o objetivo, justificativa, método e aspectos ético-legais (termos e questionários) serão previamente esclarecidos a você, de modo que sua participação ocorra sem nenhuma dúvida.

Todas as pesquisas que envolvem seres humanos estão sujeitas a **riscos**, porém, isso não quer dizer que eles vão ocorrer. Para esta investigação os possíveis riscos estão relacionados à cunho psicológico, como: possibilidade de cansaço, aborrecimento ou constrangimento em responder determinadas questões; medo da quebra do anonimato, vergonha, estresse e alterações na autoestima; em qualquer etapa metodológica ou, até mesmo, após a realização do estudo.

No entanto, como forma de prevenir e atender a possíveis danos e riscos, cabe aos/às pesquisadores/as: garantir que os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos/as participantes serão respeitados; esclarecer todas as dúvidas e orientar, de modo a habilitá-los/as à coleta de dados; ficar atento/a e monitorar possíveis sinais de desconforto (verbais e não verbais); garantir a autonomia e liberdade em abster-se ou desistir da pesquisa, em qualquer fase; garantir que não seja violada a integridade e segurança dos/as participantes, em nenhuma hipótese. Além disso, será realizada a comunicação imediata com as instituições participantes, a UEM e o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para adequação, suspensão temporária ou cancelamento do estudo caso ocorra algum risco, mediante avaliação técnica.

Em relação aos **benefícios**, com os objetivos decorrentes deste estudo almeja-se apresentar diálogos sobre o processo de ressocialização dos egressos do CENSE (Centro de Socioeducação). Assim, muito embora não seja possível assegurar o retorno de benefícios diretos a esta população, espera-se que os achados possam contribuir para a ampliação do corpo de conhecimento na área da educação, inclusive para a comunidade em geral.

A sua participação não acarretará despesas para si, responsáveis legais ou instituição participante e, também, não haverá qualquer tipo de compensação (financeira ou outras) para os envolvidos. Caso ocorra algum custo que seja comprovado a relação com a pesquisa, como alimentação e deslocamento, você poderá ser ressarcido integralmente (conforme acordo com a pesquisadora), da mesma maneira que poderá buscar indenização, prevista nas leis brasileiras, caso venha acontecer algum dano decorrente da pesquisa.

O método adotado para este estudo inclui entrevista semiestruturadas, que poderão ser gravadas. Por essa razão, solicitamos sua autorização para gravar e explorar essas informações, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Informaremos aos participantes sobre a importância de ele guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico, bem como garantir o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Há, também o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada, como somente terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. Também será considerado anuência quando responder ao questionário/formulário ou entrevista da pesquisa.

As informações ficarão sob sigilo, ninguém (além dos participantes) saberá que você está participando da pesquisa; não será falado e muito menos serão dadas a outras pessoas as informações que você nos confidenciar. Os resultados da pesquisa serão publicados/divulgados (na dissertação, em revistas, anais de eventos, livros etc.), mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens, áudios e gravações dos participantes.

A pesquisa atende toda normatização das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde para sua realização e as pesquisadoras assumem a responsabilidade com a segurança dos dados, de modo a garantir o sigilo e confidencialidade durante todo o processo, preservando a sua segurança e identidade. Os dados serão coletados para fins acadêmicos e serão armazenados em local seguro por um período de até cinco anos e, após, serão descartados em local apropriado, conforme preconiza a normatização ética vigente.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelas pesquisadoras e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as de modo a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica

Data:

Eu, Alessandra Elvira de Oliveira, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Data:

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço abaixo:

Coordenadora: **Eliane Rose Maio**

Endereço: Av. Colombo, 5790 – Maringá-Paraná

Telefone/e-mail: (44) 3011 - 4887 – elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: **Alessandra Elvira de Oliveira**

Endereço: Rua Barão do Tietê, 28 Jardim Tupinambá - Maringá/PR

CEP 87040-060

Telefone/e-mail: (44) 99984-6821 - alessandraeoliveira@seju.pr.gov.br

Informamos que o CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, conforme a Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso IX.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Pró – Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação (PPG) da UEM.

Bairro Jardim Universitário. CEP 87020-900. Maringá-Pr.

Tel: (44) 3011-4597

Fax: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br

Presencialmente, nos seguintes horários: das 7h40 às 11h40 e das 13h30 às 17h30, ou pelos canais de atendimento

## APÊNDICE II - RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

### Entrevistado 1 (CHICO) - Transcrição

**(PESQUISADORA)** Então a primeira pergunta é o ano que você passou lá no CENSE. Foi em 2019, é isso?

(EGRESSO) Isso, 2019.

**(P)** Quanto tempo você ficou com a gente mesmo, José?

(E) Foi de nove meses a quase um ano.

**(P)** Você acredita que a sua história de vida, sua infância influenciou pra que você se envolvesse com atos ilícitos e fosse parar lá no CENSE?

(E) Não necessariamente, né? Foi coisas que fui tendo conhecimento depois de grande, um pouco da cabeça meio fraca acabou me levando a isso.

**(P)** Você consegue explicar o que de certa forma te levou a isso?

- É assim, né? Foi muitas pessoas que eu fui conhecendo no decorrer do tempo, onde eu moro. Tinha muitas pessoas ali numa quadra e fui conhecendo muitas pessoas e adquirindo alguns vícios, né? Errando juntos ali. Também muita amizade próxima assim, que começou a fazer as coisas erradas acabou me levando a isso, né?! Eu sempre tive uma família estruturada ... ninguém da minha família já passou por algo parecido.
- **Entendi. E quais foram as suas percepções, os seus sentimentos quando você chegou lá no CENSE?**
- Ah, sentimento de solidão, arrependimento, tristeza, né? Tá ali longe de toda família, longe de todos os amigos. Foi muito difícil, né? Foi muito difícil passar, né? Porque a gente é acostumado com a liberdade e ficar lá recluso da sociedade, sem muitas opções, tipo de sair ali, de eu ter liberdade de sair, sabe? Foi bem difícil, sim.
- **A medida socioeducativa contribuiu em alguma coisa na sua vida depois da desinternação?**
- Sim, contribuiu.
- **E contribuiu de que forma?**
- Ah, contribuiu da forma que eu comecei a ver a minha vida de outra forma, né? Assim, porque antes, se eu não tivesse passado pela unidade, penso eu, né, com as amizades que eu estava, eu continuaria me metendo no "cruzado", entendeu? Eu continuaria com as amizades erradas que eu estava e isso me levaria a algo pior também. E me ajudou muito ter passado por lá porque foi o momento pra mim refletir, por a minha cabeça no lugar de o que realmente é uma internação, né, pra que serve também, né? Porque lá você aprende a convivência com os internados ali, com os educadores também, professores que vão, pedagogos, todos, ajudou a gente a se reintegrar na sociedade, trazendo novas oportunidades, tem cursos, essas coisas, isso ajudou muito. Eu comecei a trabalhar na empresa que hoje eu (es)to, comecei a trabalhar lá de aprendiz, fui efetivado, subi de cargo e hoje ainda sou técnico da profissão que eu comecei lá no começo. Coisa que era impossível, que quando eu cheguei lá, muitas pessoas, assim, por fora, não pessoas da diretoria da empresa, mas funcionários, né, discriminaram eu. Claro (na opinião deles) que nunca um nória ia conseguir ser técnico de refrigeração e hoje, graças a Deus, felizmente eu consegui ser um técnico que estar desenvolvendo dentro da empresa.

- **E quais foram as suas percepções, quantos aos profissionais que trabalham lá dentro do CENSE, dentro do sistema socioeducativo? Você acha que tem diferenciação de tratamento com os adolescentes por parte dos integrantes da equipe?**
- Não, não teve nenhuma diferença. Todos são tratados do mesmo jeito, mas são poucos que querem reintegrar ou escutar mesmo eles, os técnicos, os psicólogos, são poucos que querem acreditar que aquilo ali não é o fim, né?
  
- **Pra você então não teve diferenciação, você acha que todo mundo é tratado do mesmo jeito lá dentro?**
- Sim, todos são tratados do mesmo jeito lá, né. Basta a pessoa dar um braço a torcer e querer enfrentar os projetos que a unidade tem, né, a unidade tem muitos cursos, palestras, coisas do tipo. Que é uma coisa que dá um ânimo na pessoa, né, dá um up na pessoa e com a pessoa lá pra frente, pra pessoa ver que aquilo ali não é só pra você ficar recluso ali. Muitas pessoas falam “ ah, vai ficar recluso lá, vai voltar pior!”. Volta pior só se a pessoa quiser mesmo. Porque se a pessoa dá um braço a torcer, colaborar com a unidade, com todas as alternativas que a unidade dá, você consegue se reintegrar muito bem na sociedade.
  
- **Qual a sua opinião sobre os procedimentos e atividades desenvolvidas dentro das unidades? Você acredita que elas contribuem efetivamente para a ressocialização dos adolescentes atendidos?**
- Sim, contribui, sim. É igual ao que eu disse no problema anterior, né? Vai muito do adolescente, se o adolescente quiser, né? Tem muitas pessoas que não querem essas alternativas da unidade, não querem curso, não querem um diálogo para saber o que você vai fazer dali para frente, depois da sua desinternação. Basicamente isso. Você dá um braço a torcer. Você realmente quer, todas as coisas fornecidas ali dentro, pelos agentes e pela unidade, são compatíveis para você voltar à sociedade normal e se reintegrar.
  
- **Você acredita que tem algum tipo de preconceito ou tratamento diferenciado, quanto às profissionais do sexo feminino dentro da unidade socioeducativa? Ou você acha que o tratamento, independente do gênero, é igual?**
- Não, em questão dos agentes, dos educadores lá, de todo mundo, o tratamento é igual. Pra muitos adolescentes, às vezes, você querendo, tem cursos para você progredir lá dentro. Que nem eu estava fazendo vestibular, né? Estudando pro vestibular aí dentro. Fiz cursos, saí para a rua para fazer cursos, (enquanto estava) lá dentro, estou trabalhando até hoje através desses cursos. Muitos adolescentes discriminam você, né? Fala, ah, você está mascando, você está correndo com o educador e tudo mais. Sempre teve esses comentários, né? Perante as coisas que eu estava correndo atrás, né? Para mim, se reabilitar à sociedade. Entende.
  
- **E você acha que tem algum preconceito em relação, assim, às mulheres lá dentro?**
- Não. Não tive “notancia” (sic) sobre preconceito nenhum.
  
- **E considerando a tua vivência, enquanto egresso, você que saiu do sistema socioeducativo, que saiu do CENSE, quais são as considerações que você teria para fazer sobre a efetividade das medidas para os adolescentes que passam pelo sistema? Você acha que essas medidas são efetivas? Quais são as considerações que você pode fazer?**
- São efetivas, são efetivas sim. Todos os recursos que eu tive lá, foi efetivo. Até então, muitos recursos, tem muitas pessoas que lá dentro, adolescentes, que eles

negam o recurso. Muitos querem ficar naquela mesma ali. Entendeu? Isso foi muito efetivo para mim, sim. Todos os recursos que ocorreu lá dentro da unidade, foi efetivo.

- **O que você acha que fez mais diferença lá dentro? O curso? Quando você chegou você já estava terminando a escola, né?**
- É, eu já estava concluindo. Eu concluí lá dentro o Ensino Médio. Mas, assim, o que foi mais efetivo, assim, no meu ponto de vista, foi a atenção. Vocês terem escutado eu também, escutado minhas vontades, o que eu queria fazer. Ter escutado o meu jeito verdadeiro, né? Porque eu nunca fui envolvido, né, assim, em estar em extremo envolvimento, né? Fui me envolver, que nem eu disse, depois de grande. E (vocês) me escutaram, né? Me deram o suporte necessário. Foi o que eu pedi no momento, que era para poder sair fazer um curso. Queria trabalhar, que eu sempre dizia nos meus atendimentos, sempre eu queria trabalhar. Queria voltar à sociedade, que eu já não aguentava mais ficar lá, né? E ser muito repetitivo todos os dias. Já tinha terminado a escola, muitas vezes ficava no alojamento, né? Mas todos os cursos foram efetivos, os que eu procurei. E o suporte que me deram lá, com o técnico, dos educadores, foram efetivos, sim.
- **E qual seria uma sugestão que você faria para o CENSE para que atingisse o objetivo de ressocializar e reintegrar as adolescentes ao convívio social? Você tem alguma sugestão que você faria para a gente?**
- Às vezes, eu acho que depois de certo tempo, o adolescente lá dentro, poderia ter mais flexibilidade, sabe?... Porque muitas pessoas lá, às vezes, eles não saíam para uma atividade externa por conta de estar numa casa lá embaixo, assim, por estar começando. Mas, no meu ponto de vista, penso eu, né? Posso estar pensando errado também. Mas pelo que eu passei lá, senti uma flexibilidade maior. Tipo, todas as casas tivessem quase o mesmo padrão ali, uma convivência. Tivemos na casa 8 doze meninos, sabe, um convívio, assim. De acordo com o comportamento deles. Eu acho que teria que ter uma flexibilidade, assim, sobre atividades externas, sabe? E nem que não seja uma atividade totalmente livre (...) alguma coisa, um campeonato, ou uma escola, algo do tipo. Sabe? Outra coisa, assim, que também seria tipo importante, era ter, eu falo assim, uma atividade externa, não só fora da unidade, mas mesmo ali dentro, tipo uma horta, um negócio, sabe, assim, para os adolescentes semanalmente, e cada casa, e cada grupo ali fazia algo, para poder entrar no relatório dessa pessoa, para essa pessoa poder sair e tal, sabe, porque muitas das vezes, os cursos não é que não chegam em todas as casas, mas tem muitos cursos que as pessoas não querem fazer por que nem, é tipo mais, ele trancado, você vai sair de uma tranca para ir para outra, sabe, sim, que distrai, você passa o tempo, é difícil os adolescentes recusar, mas algo assim, dentro da unidade, tipo uma atividade, um serviço, o que o entrei ensina a cuidar da ordem, essas coisas, seria bem importante, entendeu? É começar ali dentro e depois ficar fazendo fora também, né?

#### **Entrevistado 2 (TOQUINHO) - Transcrição**

- **Você lembra em que ano que você passou lá no CENSE Maringá conosco?**
- Eu acho que foi no começo de 2021.
- **Foi durante o começo da pandemia então?**
- É, eu estava lá na pandemia quando começou.

- **E você acredita que a sua história de vida, a tua infância, ela influenciou de alguma forma para que você se envolvesse em atos ilícitos e que fosse parar lá no CENSE?**
- 
- Ah, eu acho que não.
- **Não?**
- Não.
- **O que você acha que de certa forma levou você a se envolver com atos ilícitos para ir para o CENSE?**
- Ah, eu não sei. Eu sou uma pessoa bem calma. Aí meu padrasto começou a discutir com a minha mãe e com a minha irmã. Aí eu fiquei com raiva.
- **Quais foram as suas percepções, sentimentos, quando você entrou no CENSE?**
- Bicho, quando eu entrei lá, eu estava triste. Nossa, triste demais. Mas até que não foi tão ruim assim ficar lá.
- **Não, mas conta um pouco. Como que foi no começo, durante?**
- Ah, no começo eu não conversava com ninguém. Aí eu só ficava dormindo. Ficava deitado na cama, não conversava com ninguém. Aí foi passando umas semanas. Aí eu percebi que eu tinha que conversar com todo mundo lá, que eu não tinha jeito. Aí eu comecei a conversar normal. Foi de boa. Só no finalzinho, bem no finalzinho, que eu parecia que eu tinha adivinhado que eu ia sair. Aí eu parei de sair pras atividades da cela lá dentro. Aí eu não saí. Aí passou acho que umas duas semanas. Aí me soltaram. É que vai passando o tempo, vai ficando mais difícil, né?
- 
- **Quanto tempo mais ou menos você ficou lá?**
- Um ano e dois meses, eu acho.
- **Um ano e dois meses, foi bastante tempo então, né?**
- Isso.
- **E pra quem tá lá, a sensação acho que é mais tempo, não é?**
- É, e tipo... Eu sabia que ia ficar um ano e pouco. Aí chegava adolescente lá que depois de uma semana saía, aí eu ficava triste, né? Eu tinha que ficar feliz por eles, mas eu sabia que eles ia sair de lá e ia fazer coisas lá de novo, né?
- **E depois que você cumpriu a medida, qual foram as suas percepções, seu sentimento? Depois de sair do centro, depois do cumprimento da medida, pra você foi educativo?**
- Ah, eu meio que me senti bem, né? Porque, tipo, [...] eu fiz coisa errada mesmo, só que aí eu paguei, né?
- **Mas você se sentiu discriminado? As pessoas olhando diferente?**
- Não.
- **A recepção, o seu retorno ao meio social foi tranquilo?**
- Foi.
- **E você acha que a medida socioeducativa, ela contribuiu em alguma coisa na sua vida após a desinternação? E se ela contribuiu, de que jeito você acha que ela contribuiu?**

- Ah, hoje em dia, tipo, eu não explodo igual eu fiz da outra vez, né? Eu tento me acalmar, me controlar, daí fica tudo de boa. Depois que eu fiquei ali, eu aprendi a ser mais boa. A pensar um pouco mais antes de agir? É, até porque agora, se eu for fazer alguma coisa, vai ser 10 vezes mais, tipo, a pena, sabe?
- **Mas, antes você não tinha envolvimento com a ato infracional, né? Isso foi uma coisa mais pontual, não foi?**
- É, foi uma discussão então.
- **E assim, você acha, enquanto você tava lá, qual foi a sua percepção em relação aos profissionais que trabalham lá dentro de você? Você acha que tem diferenciação de tratamento com os adolescentes por parte dos integrantes da equipe? Ou você acha que todo mundo é tratado igual?**
- Ó, eu fiquei lá, todo mundo era tratado igual. Tipo, ninguém desrespeitava ninguém. Só uns meninos lá que ficavam discutindo com os educadores, mas com os educadores de lá é de boa.
- **E qual que é a sua opinião sobre os procedimentos, as atividades envolvidas dentro das unidades? Você acredita que essas atividades contribuem efetivamente para a ressocialização dos meninos aprendidos?**
- Ah, sim, né! Tipo, lá tinha, nossa, depois de muito tempo, voltaram as aulas lá dentro. Aí, eu estudei, eu terminei as matéria lá, aí a gente jogava vídeo game, nossa, era legal. As aulas também, que eu acho que não têm as aulas do Ensino Médio que eu saí. Então, um tempo eu fui estudar, eu estudei, aí eu parei de novo, e agora estou estudando para terminar dessa vez. Só que tem tipo matéria que eu não estudei lá. Entendeu? Daí eu tenho que fazer aqui.
- **Essa questão do currículo é uma coisa que esse ano tem uma normativa que está ajustando ao currículo externo, sabe? Porque até agora era uma coisa lá dentro e outra coisa lá fora. Então isso realmente prejudica muito os meninos. A gente tem que ficar tentando correr atrás para mudar essas questões aí. Porque falta professor para dar aula dessas matérias específicas, sabe? Eu te entendo e concordo com você.**
- **E você percebeu algum tipo de preconceito ou tratamento diferenciado por parte da equipe ou dos adolescentes em relação a gênero? Tipo assim, a ser homem, mulher, ou a orientação que a pessoa tinha? Você acha que tem algum tipo de preconceito ou tratamento diferente em relação às profissionais mulheres dentro do CENSE?**
- Ah, não. Porque tipo lá onde a gente estava, só tinha uma mulher (educadora). E ela mal ia lá. Aí o resto das mulheres era tipo pedagoga, a psicóloga, as enfermeiras, acho que não tinha essa questão por ser mulher ou homem.
- **E assim, considerando a tua vivência agora, que você é egresso, que você passou pelo CENSE, quais considerações que você teria a fazer sobre a efetividade das medidas para os adolescentes que passam pelo CENSE? Você acha que realmente as medidas são efetivas? O que elas teriam que mudar na sua percepção?**
- Ó, eu acho que é efetivo dependendo do tipo de pessoa que tá lá. Porque tipo, tem gente que chega lá e já quer sair e fazer coisa de novo. Aí fica difícil. Tipo, o menino não pensa direito. Eu conheci um que saiu, daí como ele saiu de maior, aí ele foi pra de maior, já fez bosta de novo. Mas depende muito da pessoa.
- **E o que que você acha que poderia melhorar? O que poderia ser feito para o CENSE atingir o objetivo dessa ressocialização e reintegração dos adolescentes na sociedade?**

- Deixa eu ver. Ah, pra mim lá foi de boa. A única coisa que era ruim lá era os mosquitos na hora de dormir de noite. Meu Deus. Tipo, tem adolescente que tem familiar, né? Aí o familiar leva lá, repelentes, essas coisas. Só que eu não tinha. Eu tinha minha tia, que eu não falo mais com ela hoje, mas ela levou uma vez, ó.
- **Então, assim, a questão da estrutura mesmo, então, né? Os alojamentos, né? Os alojamentos, eles são quentes, não é?**
- É, porque, tipo, tem a ventana, né? É, tipo, três faixas, assim, na parede, para baixo. Aí nem entrar ar direito.
- **É bem, é uma coisa que realmente a gente fala. Porque parece que, assim, no calor é muito quente e no frio é muito frio, não é?**
- Isso, nossa, no frio eu nem saía da cama, só saía pra comer. [...]

### Entrevistado 3 (JOÃO GILBERTO) - Transcrição

(...)

- **Você lembra quando que foi que você passou? Que época que foi?**
- 2017.
- **Você acredita que a sua história de vida, a sua infância, ela influenciou para que você tivesse envolvimento, para que você fosse parar lá no CENSE, para que você se envolvesse com os atos ilícitos? Você gostaria de explicar?**
- Não, nenhuma [...] Eu não sei nem por que eu fui parar aí, na verdade. Foi uma... foi uma briga, não lembro direito de que época.
- **E quais foram os seus sentimentos, sua percepção quando você chegou lá no CENSE.**
- Fiquei doido, né? Fiquei doido.
- **Como que você se sentiu?**
- O mundo muda, né? Uma hora você tá solto, lá você não consegue nem andar, você não pode nem andar, você não pode nem ver o sol, ver a lua, ver nada. Eu, pra mim, eu ia embora no outro dia.
- **Não ia ficar, né? Quanto tempo, mais ou menos, você ficou lá, você lembra?**
- Deu quase seis meses.
- **Deu quase seis meses?**
- **Como você se sentiu no pós-medida? Assim, depois que você saiu, qual foi seu sentimento? O que mudou pra você?**
- Mudou tudo, né? Foi um choque. Na verdade, eu vou falar a verdade pra você, depois que eu saí eu fiquei meio bobo. Parece que aquele um lugar deixa gente bobo.. Eles ficam muito tempo trancado.
- **Você acha que saiu meio... Desnorteado, sem chão. Bem. Você sabe que é frequente, assim, os meninos, às vezes a família entra depois de um contato, né? Alguns meninos falam mesmo esse sentimento.**
- Fica. Eu acho que todos, né? Eu conheço um monte de moleques passando por aí, saem tudo... Tudo mesmo, do mesmo jeito. Meio sem rumo, né?
- **E você sentiu preconceito de quem tava do lado de fora? Tirando a sua família, de alguma parte você sentiu resistência das pessoas?**
- Eu não vi isso, não. Pelo menos comigo.

- **E como que foi seu retorno pra escola na época?**
- Na época, você fala, quando eu tava aí, né?
  
- **Logo depois que você saiu do CENSE... Quando você voltou ao meio aberto.**
- Na verdade, eu parei no segundo, né? Aí, eu não consegui passar no segundo e não fui mais. Foi porque minha vida atrasou, daí eu comecei a correr atrás das coisas. Acabei que nem tive tempo de acabar estudo. E eu fiquei no segundo.
  
- **Você parou no segundo ano do ensino médio? E você acabou indo pra parte do trabalho...**
- Isso, é. Eu fiquei mais preocupado com o trabalho, né?
  
- **E hoje, o que você tá fazendo?**
- Eu tenho uma loja, uma conveniência [...] eu já tive essa loja e minha mãe tomou conta pra mim quando eu tava aí. E aí, quando eu saía, eu só queria... Eu queria trabalhar mais e comprar minhas coisas. Eu saí com 18 anos [...] queria tirar carteira, como todo mundo que faz 18 anos, pra comprar carro e moto. E não fui mais atrás de estudo, não.
  
- **E daí, você parou.**
- Parei.
  
- **E pensa em voltar, Leonardo?**
- Ah, hoje eu tenho uma filha já. É corrido pra mim.
  
- **Ah, você já tem uma filha?**
- Tenho uma menininha.
  
- **Quantos anos?**
- Vai fazer três.
  
- **Ah, que lindo! Parabéns!**
- Obrigado. Eu já moro junto... Vou casar, na verdade, a gente tava programando em casar.
  
- **É? Ah, que legal! Nossa, mas que bom! Parabéns!**
- **Durante a medida, eu lembro que você continuou estudando, você fez curso lá. Você acha que a medida contribuiu de alguma forma na sua vida após a internação?**
- Pelo menos pra mim, sim.
  
- **E de que forma você acha que contribuiu?**
- Ah, pra mim foi um choque, né? Quando eu saí daí, pra mim era... Eu perdi seis meses da minha vida. Eu queria recuperar meu prejuízo. Isso foi uma experiência pra nunca mais. É, isso aí pra mim... Eu até falo pro pessoal, isso aí pra mim foi a melhor coisa que aconteceu pra ver que a vida é doída mesmo.
  
- **É, acho que é meio traumático, não é não? Você ficou com algum sentimento ruim?**
- É, eu... Pra mim, acho que foi Deus mesmo que colocou aí pra mim acordar pra vida.
  
- **Você acha que se você não tivesse ido vocês talvez tivessem... (interrompe)**
- Pode ser, né, porque quando a gente tá naquela idade lá, a gente tá... A gente fica com mal companhia, né?

- **Não sei se você vai recordar, quando você tava no CENSE, fala um pouquinho o que você percebia dos profissionais que trabalhavam lá dentro, o que você poderia dizer pra gente desses profissionais. Você acha que o tratamento era igual pra todos os adolescentes? Ou tinha diferenciação?**
- Comigo, pelo menos pra mim, normal.
- **E você nunca se sentiu desrespeitado?**
- Normal. Por parte de alguns lá, tinha uns que eram bem maldosos, mas o restante, em geral... De forma geral assim, o tratamento... É, normal. Pelo menos pra mim.
- **Mas você chegou a sofrer algum tipo de violência lá dentro?**
- Ah, assim, tinha coisa que era, às vezes, testar. Tinha uma coisa lá que... É, vou dar um exemplo. Eu não gostava do molho que eles mandavam na marmita. Tinha educador que colocava o molho. A gente falava pra ele que não queria e ele colocava de ruim, colocava lá e toma, come aí. Teve uma vez, lá, que eu tava vomitando. Foi no segundo dia. E eu não sei o que aconteceu. Eu acho que chega aí o corpo, e a gente muda, muda tudo, né? Eu vomitei, eu cheguei a vomitar sangue. Eu não lembro o nome dele. Eu não lembro o nome dele. Mas ele não acreditou, achou que eu tava querendo sair e tal, falou pra mim vomitar na marmita, pra ver se era verdade. Aí eu vomitei, aí ele falou, agora você come esse mesmo. E ficou aquilo lá mesmo. Meu Deus do céu! Não, têm umas coisa que acontece que... Eu já vi um monte deles na rua aí já. Eu já vi várias vezes um deles na rua já. Mas eu falo: beleza? Mas não guardo mágoa de ninguém, não.
- **É, teve... um... um educador que, na época, ele ficava no provisório, mas ele faleceu durante a pandemia.**
- Quem que é?
- **Seu Henrique.**
- Seu Henrique?
- **Era o mais velho. Assim, um senhor...**
- [...] \*aqui ficou tentando lembrar.
- **E nessa época você chegou a falar essa situação para as técnicas?**
- Não, era o segundo dia, na verdade, eu demorei para ter atendido, eu acho que eu demorei... Na verdade, eu acho que no segundo dia eu tive um atendimento, isso na casa 1, né? Aí eu não fiquei uns 30 dias lá na casa 1, eu subi direto, né, para a internação. E ela não me recordo se eu cheguei a falar ou não. Não me recorda se eu cheguei a falar ou não.
- 
- **Ah... Nossa, eu estou... Estou chocada...**
- É uma coisa que toda profissão tem, né, mas tem um pessoalzinho que judia. Que judia. Isso na verdade acaba que não contribui com nada, né? É. Eu, pelo menos tinha minha família comigo, mas se for um pessoal que está desviado, já tem que medir algumas coisas aí, será que ajuda? Não ajuda!
- **Você acha que o fator familiar foi importante para você não mais se envolver?**
- Ah, é, né? É importante.
- **O que mais você atribui para você não ter voltado mais?**

- Ah, no meu caso, eu nunca fui dessas coisas. Pelo menos eu saí daí, e minha família comigo, e eu tomei vergonha na cara também, de voltar e tal, Deus me livre! E... eu não sou vagabundo, sai pra rua caçando briga. Mas também, igual aconteceu do menino ir atrás de mim, eu falo pra minha mãe hoje, eu não sou santo, mas eu não fico procurando ir pra rua, né, essas coisas. Essas coisas acontecem, e a lei tá aí pra punir, pra todo mundo.
- **E, assim, do que você se lembra na época? Você falou agora a questão da alimentação, de algumas pessoas da equipe, assim, meio intransigentes, de certa forma, até violentas, se for parar por pensar, né? Qual que é a sua opinião sobre os procedimentos, as atividades que tem dentro do CENSE? Você acha que o que a gente oferece para os adolescentes contribui efetivamente para os meninos se ressocializarem? Você acha que possibilita para que os meninos tenham uma mudança de vida?**
- Eu acho que não. Eu acho que falta mais conversa.
- **Você acha que falta mais conversa?**
- Mais conversa, mais atividade, acho que o que tá tendo aí o futebol, essa coisa aí, é só para passar o tempo deles mesmo. Eles não param para pensar, para parar de fazer o que tem, para refletir... Eles só querem matar o tempo e ir embora.
- **Entendi. Você acha que as atividades tinham que ser mais direcionadas no sentido de fazer os meninos pensarem, então?**
- Isso.
- **Ah, legal. Muito importante eu ouvir isso de você, sabia? Porque a gente oferece a escola, o que está preconizado no Estatuto...**
- Sim, eles não vão para a escola nem na rua, eles vão para lá só para matar o tempo [...] acho que tem que ter alguma coisa lá, é difícil falar alguma coisa... mostrar, vamos trabalhar, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, não é assim, e tentar mostrar outro ponto de vista, né?
- **Você acha que depende muito do que o adolescente que vai parar com a gente, a história que ele traz antes, para ele ter alguma mudança?**
- É.
- **E você acha que ter uma família presente é importante?**
- É o essencial, né?
- **E você percebeu algum tipo de preconceito, algum tratamento diferente da equipe com relação a gênero, tipo essa coisa do machismo, da masculinidade, você acha que lá dentro, quanto aos profissionais, tem diferenciação em relação se é mulher, se é homem?**
- Não sei, não entendi, porque as únicas mulheres que tinham lá eram vocês, né... . Não, acho que não, sei não.
- **Você vivenciou alguma situação que, você percebia a questão de machismo, assim, dentro da unidade, de tratamento?**
- Na verdade, a gente, o que tinha ali, que a gente vê, era só aquilo mesmo, a gente se perguntava da hora de sair e voltar só.... Era hora de sair para a escola, hora de voltar e hora de ir pro café só, não tinha muita conversa, tinha muito diálogo, né? Eu ainda tive mais contato que eu saí para a rua, mas mesmo assim foi só o básico.

- **Agora, considerando a tua vivência, depois que você passou pelo sistema socioeducativo, o que você poderia traçar de consideração sobre a efetividade das medidas? Você acha que é efetivo essas medidas, elas servem para alguma coisa?**
- Ajuda, mas só na força não vai, não. Não adianta.
- **O que você acha que deveria melhorar?**
- Eu acho que o atendimento, o atendimento aí, se eu não estou enganado, era de 15 dias, não era? É, eu acho que tinha que ser mais, rapaz, você não tem ideia, o pessoal contando os dias para o atendimento, contando nos dedos para chegar o atendimento, para conversar. Porque no dia a dia é só aquelas ideias daquela molecada ali, só a bobageira, só a bobageira.
- **Entendi. Então você acha que precisava ter atividades que tivessem significado mesmo, né? Mais atendimentos para poder conversar, refletir, talvez, sei lá, grupos, né?**
- Isso!
- **Então, grupos, mais atendimentos, atividades que realmente tivessem significado para os meninos que estão lá dentro, né? Como você avalia a escola lá dentro?**
- Pelo menos a escola tem que falar. Eu aprendi muita coisa lá. Até porque acho que era quatro alunos por sala, né? Cinco alunos, o máximo. Porque tem tempo para explicar, né? É pouco aluno, você consegue explicar para todo mundo, né? Você aprende, você não decora, você aprende.
- **Então, você acha que a escola é uma coisa que funciona?**
- É, funciona.
- **Entendi.**
- Eu acho que ter um pouco mais de escola lá dentro.
- **Mais escola e curso?**
- Também.
- **O curso que você fez lá, te ajudou por alguma coisa?**
- Me ajudou, sim. Na verdade, foi só o básico, né? O meu foi só o básico ali. Eu acho que o curso de panificação só serve para a molecada comer mesmo as coisas ali, porque eles não... A molecada sai para a rua, eles não querem saber fazer pão nem bolo, não. [...] Sabe uma coisa que tem que ter aí? Eu não sei se tem, na verdade, não sei quem é o pastor da molecada aí, mas tem que ter o pessoal que passou por aí, que estão certo, indo conversar com essa molecada aí, né?

#### ENTREVISTADO 4 ( TOM) - Transcrição

(...)

- **Faz tempo que você passou pelo CENSE? Passou em Campo Mourão, não foi?**
- É, foi... Semana passada eu tava lá, sexta-feira passada eu tava no CENSE Campo Mourão, voltei lá, conversei com os adolescentes, revi alguns profissionais da minha época e exclusivamente naquele dia, 17 de maio, fazia 15 anos que eu tinha saído do CENSE, então faz 15 anos atrás, foi em 2007 que eu cheguei lá e

fiquei até 2008, eu tinha 16 eu saí praticamente quase pra fazer 18 anos então foi um ano e seis meses lá em Campo Mourão

- **Ficou até 2009?**
- Não, eu cheguei em 2007 e saí final de 2008, então deu um ano e seis.
  
- **Ah tá, um ano e seis meses.(...) Você ainda pegou a política do governo Requião?**
- Sim, peguei, foi em 2007, 2008... mas antes de chegar no Cense eu também fiquei 5 meses na Comarca de Engenheiro Beltrão, então ali, vamos dizer, fiquei 5 meses lá e mais um ano e seis, em Campo Mourão.
  
- **E naquela época tinha uma política um pouco melhor voltada pros meninos que iam ser liberados e depois isso acabou, se perdeu de vez, eu não sei se você chegou a pegar uma bolsa que eles davam para os adolescentes que saiam...**
- Então, eu não sei se eu peguei essa parte dessa bolsa, mas enfim, eu acredito que existia essa questão aí sim, do Requião porque tem até uma discussão que fala que após o Requião, veio o Beto Richa e com eles, piorou a situação principalmente, dentro do CENSE e outras políticas também, se for pegar a educação então, provavelmente, na época do Requião era um pouco, entre aspas, assim, melhor mas na minha época que eu passei por lá, especificamente, não era um lugar muito agradável, até hoje não é, eu penso que hoje já tem melhorado (...) eu já fui em alguns CENSES, lá (Campo Mourão) especificamente e conheci a realidade, por exemplo, não tinha questão de biblioteca acho que lá ainda não tem biblioteca, (...) Então, são vários avanços que antigamente não tinha dentro do Cense e a gente só ficava mesmo praticamente ali dentro da unidade e pra você ter atividade externa, que é fazer curso fora do Cense, você teria que ser um adolescente excelente, se você não fosse, você não saía. Inclusive, na minha época, eram só dois adolescentes que saíam pra fazer essa atividade externa. Eu quero fazer esse parâmetro que, quando eu cheguei, até os 5 meses que completei que eu tava no Cense, que foi quando eu fugi do Cense, do meu primeiro dia até a fuga, que eu tava 5 meses internado, não tinha um projeto da própria direção, da equipe técnica, um projeto pedagógico para trabalhar com um adolescente, ficava só ali, fazia atividade no período da manhã e tinham ceebja, que até hoje tem, só que, se você tivesse disciplina, você não saía. Foi o meu caso, eu fiquei três meses de disciplina e não saía pra fazer nada, nem pra escola (...) eu não saía pra nada, eu ficava só dentro do Cense ou dentro do alojamento, quer dizer e ali você ficava o dia inteiro. Enfim, tinha esse conflito entre os educadores sociais e os internos também, tinha esse conflito, não tinha regra, não tinha uma lei...
  
- **Na época, a regra na verdade até tinha, o Estatuto (ECA), só que não não funcionava, não tinha o Plano de Estadual de Socioeducação. Eu lembro quando eu comecei no Cense em 2010, era uma briga pra fazer entender que o adolescente tinha que ir pra escola quando levava medidas! Mas agora é normatizado, não pode ser penalizado, porque é um direito dele,, que ele tá privado é da liberdade, o resto não pode ser privado, só que ainda precisa muita coisa ainda pra aquilo ali melhorar, falta muita coisa.**
- Com certeza, penso que já avançou muito, mas tem muito ainda que melhorar, no sentido de trazer pros agentes, porque eu percebo que eles tem uma resistência de entender que o adolescente não tá sendo privilegiado “você tem comida, você tem roupa, você faz isso, faz aquilo, você custa 18 mil pro estado”, entendeu? Eu ouvi falar isso, foi de agente, sabe? É como se ele tivesse falando que aquilo ali não era justo, era injusto, entendeu? Eu falei assim: ah, mas isso não é um

problema, isso não é culpa do adolescente, isso é uma questão estrutural do estado. Então eu acho que se o estado tá trabalhando desse jeito, nessa lógica, tá sendo mais produtivo pra ele (Estado) desse jeito. Porque se ele trabalhar na prevenção, volto na questão da prevenção, na política, o que está sendo mais vantajoso pro estado? Provavelmente manter os adolescentes aqui custando 18 mil pro estado, né? Então não é culpa do adolescente, isso é uma questão de estrutura do próprio Estado. Então, tem esses entendimentos da gente que acaba dificultando na hora de trabalhar com os adolescentes, de entender o que é a socioeducação (...) e nisso quem acaba sendo prejudicado, o grande prejudicado dessa história é (sic) os adolescentes. Porquê quando eles estão internados, eu falo isso por experiência própria, quando eu estava lá, quem eram as minhas referências naquele momento eram os educadores, os técnicos, a direção. Então, se eles não acolher, fica difícil a gente entender o trabalho socioeducativo. Então, eu penso que o trabalho começa lá fora, que eu falo lá fora, é na frente, ali na base, que é o I, que está ali como referência, os agentes, os técnicos, para depois chegar lá dentro, chegar até os internos, porque os internos já vem de uma realidade que é de violência, de, enfim, são diversas situações que foram assim se acumulando, acumulando ao longo da vida, que trouxeram eles para essa realidade. E também, eu entendo assim que eu não estou tirando a responsabilidade do adolescente, não, o ECA mesmo, ele vai ver lá que o adolescente aí tem deveres, né? Para se ter cumprido e responsabilidade, ou seja, se você sair da linha lá dentro da sociedade, você vai ter que ser responsabilizado, né? E aí é importante a gente entender o que é o Estatuto da criança do adolescente, para não chegar lá dentro e de usar o poder para forçar mais ainda o ódio, mais ainda a violência. Eu falo isso porque quando eu estava lá, teve um educador na minha época que falou isso para mim, inclusive eu encontrei ele já, várias vezes, algumas vezes, enfim, que ele falou isso para mim, que eu ia ser um adolescente, ou eu ia morrer cedo, ou eu ia ficar minha vida na penitenciária, sabe? Só que quando ele falou isso para mim, eu peguei aquilo para mim como um combustível para mudar a minha realidade, não só aquilo, mas diversas outras situações que foram acontecendo durante a minha vida, que pessoas foram falando, foram mostrando o caminho, que foi dentro do Cense, né? Então até a fuga lá de outubro de 2007, a gente participou de várias violências entre os educadores, depois teve um princípio lá de rebelião, depois teve a fuga, então você via que o negócio assim não estava no controle, estava fora do controle, né?

- **Aham.**

- E após isso daí, que eu fui capturado depois, tipo, duas horas depois, graças a Deus. Aí mudou a gestão, mudou a direção, enfim, e o novo diretor que veio naquela época, ele veio com uma nova proposta que estava pautada no Estatuto da criança e adolescente, na questão federal, enfim, que trabalhava de forma, vamos dizer assim, que era para ser trabalhado desde o princípio. Eu falo que fui beneficiado com essa nova metodologia, esse novo projeto dentro do CENSE e o que eu sou hoje, uma boa parcela, é o que eu aprendi dentro do CENSE, e quando eu volto lá, eu falo que a oportunidade minha foi dentro do CENSE, quando eu estava aqui. Então às vezes a gente pensa assim, nossa, agora eu vim para cá, (...) a gente pensa que ali é o fundo do poço. Mas não, a gente tem que estar sempre atento para as oportunidades (...)
- **Você acha que as ações tiveram interferência no que você é hoje, na tua vida depois, na medida?**
- Sim, é porque eu falo assim que o meu primeiro trabalho na minha vida mesmo eu tive, eu entrei no campo dessa vida aí do mundo do trabalho dentro do CENSE. Eu só conhecia o mundo lá errado, enfim. Então comecei a trabalhar com o Menor

Aprendiz, trabalhei na SANEPAR lá um ano, então foi essas oportunidades que depois da fuga lá e trocou a direção que eu já falei, que foi surgindo não só para mim, mas para todos os adolescentes que estavam entendendo o processo, né? Cada um dentro do seu limite, né? Eu demorei um pouco para entender ainda, outros foram entendendo, outros foram mais rápido, então conforme a gente foi entendendo, foi entendendo o processo, a gente foi sendo inserido em curso, trabalho, né? Então eu fui beneficiado dentro do CENSE com isso, sabe?

- **E você acha que o Aprendiz, que agora não existe mais, é uma das ações que te apresentou para o mundo do trabalho?**
- Com certeza! Porque eu mesmo fui ter o primeiro contato com um computador, pessoas que estavam num outro ritmo, com um telefone, foi através do mundo do trabalho. Foi essa oportunidade do Menor Aprendiz, então foi muito importante para mim, porque eu entendi ali, e claro que na época o diretor lá, o ex-diretor falava muito que tinha que trabalhar, que o trabalho, ele amadurece o homem, né? Eu consegui entender esse processo, porque muitas vezes a gente não tem, eu mesmo não tive essa referência paterna, então, eu tive só minha mãe, minha mãe me ensinou os valores que era para eu fazer o certo, mas eu fazia o errado. Então isso contribuiu muito para mim no meu desenvolvimento, depois que eu saí do CENSE, porque eu entendi que se eu não trabalhasse, eu não ia conseguir evoluir, né? Então eu tendo esse contato, ainda dentro do CENSE, foi muito importante para mim, eu entendi que eu tinha que seguir aquele caminho. E quando eu saí, eu continuei nesse caminho do trabalho, né?
  
- **E você acha que essa fala que você falou que um educador, um agente fez, isso daí te mobilizou alguma coisa internamente?**
- É, igual eu falei, porque na minha vida assim, no aspecto geral, não foi só no CENSE, mas foi após o CENSE também, então muitas pessoas já falaram mesmo que eu não ia ser nada, né? Então ele sempre me motivou a querer fazer o certo, sabe? Então querendo ou não, aquela palavra lá, ao mesmo tempo que ele pensou que para mim era uma palavra de que eu ia ser um frustrado, para me colocar mais para baixo, foi o contrário. Eu peguei aquela palavra que ele falou para mim e me motivou mais. Então foi motivo para mim (sic) continuar seguindo sempre em frente, sabe? A gente tem que estar sempre atento, é o que sempre eu falo para os meninos. Ninguém tem poder sobre nós, só vai ter poder sobre nós se a gente deixar, entendeu? Então essa é a real. Então quem define o meu caminho sou eu. Claro que tem pessoas que vão me mostrar a direção e eu posso decidir se eu vou ou não. Então as palavras que vêm de negativa também não tem poder sobre mim. Porque eu pego aquelas palavras, ao invés de eu deixar elas me frustrarem, eu pego e faço o contrário, entendeu?
  
- **Você acha que a sua trajetória, a sua história de vida, que isso influenciou para que você chegasse no CENSE, se envolvesse com ato ilícito, ou não, você acha que não tem nada a ver?**
- Tem uma pesquisa, só que eu não lembro agora, a porcentagem de números exato, mas tem uma pesquisa feita que a grande maioria das famílias que não têm figura paterna, elas vão ter alguma questão ali disfuncional na família. Então isso já prova que se a família não tem uma figura paterna ali, vai ser o estopim assim para acontecer alguma coisa e se aplica minha vida, com certeza, se eu tivesse uma figura paterna ali presente na minha vida, provavelmente, talvez as coisas seriam diferentes, porque uma figura paterna ela está ali como autoridade, então o filho sempre vai se espelhar no pai. Então o que eu aprendi com a minha mãe, que é uma figura materna, eu levo para a minha vida até hoje, só que é diferente

da figura paterna, então a gente sempre vai olhar para o pai, isso não é questão de ser machismo, isso é de lógica, de estrutura da família, então com certeza se tivesse presente, as histórias, eu tenho certeza que seria outras, outras realidades, outras histórias. Mas eu penso que a gente está aqui nessa vida para evoluir e tudo que acontece nessa vida é para a gente crescer como ser humano, a gente não pode ficar chorando, já passou.

- **E assim, eu sei que já faz um bom tempo, você falou que faz 15 anos, você consegue me lembrar, qual foi a tua percepção quando você chegou no CENSE, qual foi o teu sentimento?**
- De injustiça, de injustiça porque infelizmente o Estado vem com a mão de ferro para punir os jovens, jovem, adolescente, infelizmente é isso, porque eu fiquei cinco meses na comarca e lá a realidade era complicado, a gente ficou no cubículo lá, separado dos maiores, e lá não tinha banheiro, não tinha nada, a gente tinha que fazer as necessidades ali no vidro mesmo e fazer na sacolinha e jogar no corredor para pegar os preços de confiança. Então você vê que o Estado não tem dó, e é por isso que tem essa guerra entre a criminalidade e o Estado, porque quem está na base, a ponta, ali de frente, entende essa desigualdade social. É muito fácil um engravatado vir falar “isso aí é bandido, tem que morrer mesmo”, mas ele nunca viveu na pele o que é uma desigualdade social, você está entendendo? (...) Mas então é isso, sabe, então a minha sensação era de injustiça mesmo, porque o Estado ali só quer punir, é como se a gente vivesse lá em 1927, eles enxergavam os adolescentes como miniaturas adultas, você vê hoje em dia o código de menores, que hoje não é mais, mas se a gente for ver na prática, a lógica não mudou, se a gente for ver certinho, a lei, a legislação, está bem bonitinha lá escrita, mas os autores que estão ali praticando as leis, eles estão fazendo ao inverso. Então isso é bem complicado. Eu falo isso porque quem viveu do lado de lá e do lado de cá hoje, sabe o que está falando. Ainda tem a questão que eu não sou negro, eu sou branco, mas eu tinha um amigo meu, que graças a Deus ele também passou CENSE e hoje ele está bem, está tranquilo aí, trabalha... só que ele era negro, então sempre as coisas apertavam para o lado dele mais do que para mim, então tem as questões sociais envolvidas em nenhuma situação. É complexo falar sobre essas questões que a gente está te falando, então quando eu cheguei no CENSE, eu tinha ódio mesmo, revolta mesmo, eu sempre fui um adolescente, uma criança revoltada com tudo, eu tinha muito ódio na minha mente, no meu coração, e por isso eu fiz muitas coisas assim, machuquei muitas pessoas infelizmente, mas graças a Deus eu perdoei todos, hoje eu não tenho mais nada sobre a minha responsabilidade, porque quando a gente perdoa, a gente libera todas as coisas que a gente praticou, então é isso, e eu sempre falo que foi uma escolha minha de viver, e quem conhece o ódio, a dor, eu escolhi viver o amor, então é uma decisão minha, mas eu conheço a dor e o ódio, então é uma questão de escolha. Eu acredito que a maioria dos adolescentes que mudam também de realidade de vida, eles têm essa mesma visão, eles escolheram, conhece a dor e o ódio, mas optaram por viver o amor, porque o amor é o caminho, é menos doloroso do que o ódio, então agora tem várias injustiças que a gente vai vivenciando, e aí o estado ele reforça mais e mais e mais, mesmo tendo guarda-chuvinha ali, que é o ECA, tem a mão de ferro do Estado.
- **E que falha, o Estado que falha em muita coisa, infelizmente. Nesse sentido, quando você chegou lá, com as suas percepções e tal, você falou que tinha esse sentimento de injustiça e tal, e após o cumprimento da medida, como que você se sentiu? Como que foi logo após a sua internação, as suas percepções? Você acha que houve mudança do jeito que as pessoas te tratavam? Como que você se sentia?**

- Eu penso que, na verdade, a gente é um reflexo do que está dentro, tá ligado? Então, eu penso, eu acredito, que quando eu mudei a minha forma de pensar, de enxergar as pessoas, de enxergar a sociedade, de enxergar a polícia, os políticos como não mais meus inimigos, tá entendendo? As coisas começaram (a mudar), os próprios educadores sociais na época, os técnicos, sabe? Então, a mudança sempre parte de dentro pra fora. (...) a gente tem que entender que a mudança começa de dentro. Eu entendi isso dentro do CENSE. Eu tenho que mudar pra que as pessoas, conseqüentemente, mudem comigo. Isso é a lei da gravidade. Tudo que a gente faz volta. Então, tudo que eu fiz, eu também não passo a mão na minha cabeça, porque eu também tenho boa culpa de muitas coisas acontecendo na minha vida, sabe? Então, se as pessoas não gostavam de mim, eu não era uma pessoa assim que era legal, mas...
- **Sofreu preconceito?**
- Não, eu falo assim, de reação mesmo. Por exemplo, os educadores agiam com violência. Eu também agi com violência, tá entendendo?
- **Você retribuía de verdade...**
- E eu tô falando isso porque quando eu tava no CENSE, e teve esse trabalho lá, após a fuga, eles sempre falaram que a mudança vem de dentro. Você tem que mudar pra que as coisas aconteçam. Isso só vai mudar como? É através da educação, pela educação mesmo. Eu me apeguei na educação, a estudar, sabe? Conheci praticamente a educação mesmo nos livros, foi dentro da unidade. Meu contato com a educação foi lá dentro. Então foi uma mudança aos poucos, sabe?
- **Você tava fora da escola quando você chegou lá?**
- Tava, eu parei na quinta série do Ensino Fundamental. Eu tava já uns quatro anos fora já. E praticamente eu era meio analfabeto, mesmo. Eu não sabia ler. Quando eu saí do CENSE segui esses caminhos que as pessoas me mostraram lá dentro. A minha mãe sempre falou pra mim, que tinha que estudar, trabalhar, que teve o filho não é pra ser bandido e tal, enfim. Então, tudo isso foi acumulando na minha vida e as pessoas foram me mostrando o caminho. Quando eu saí do CENSE, eu segui. Não foi fácil, porque, por isso que eu volto naquilo que esse trabalho que você tá fazendo aí, de entrevistar os adolescentes que passaram pela unidade é muito importante. Por quê? Porque na minha época, eu quando eu saí, eu não tinha mais ninguém, sabe? Era eu e eu contra eu. Essa é a real. Sempre foi isso. Sempre foi assim. Mas, graças a Deus, que eu fiz um bom vínculo com o ex-diretor da época, e eu fiz um bom vínculo também com a assistente social que me atendia no CREAS, com a L.A (Liberdade Assistida). Então, eu cumri L.A. lá por um ano, né? E aí a gente virou amigo, sabe? Então, até hoje eu sou amigo dela. O ex-diretor também, converso com ele até hoje. Então, eles foram a minha base. E não era o trabalho deles, não era o papel deles, né? Porque eu cumri a medida lá, um ano de L.A. lá no CREAS. Acabou a medida e cada um seguiu seu caminho. Infelizmente, aí assim que funciona. Mas foram eles que me deram suporte. Quando eu tava em crise, porque eu tinha muita crise, né? Porque eu tinha muita paranoia. É igual eu falo: se você for pegar uma criança que nasceu numa família com uma estrutura familiar, que nunca se envolveu com drogas e nada, nesse sentido, a mente deles é totalmente diferente do que um adolescente que cresceu num ambiente de violência, que se envolveu com tráfico e várias situações de negligência. A cabeça não é igual. A cabeça tá bagunçada, entendeu? E a gente, nós, os adolescentes não tem estrutura pra suportar, pra lidar com tudo aquilo. E a gente acaba fazendo merda, infelizmente. Vai agindo pela emoção do perigo, e os adolescentes gostam de viver muito isso. Não só adolescentes, mas adultos- também (...) Então, eles foram tripé pra mim. Eu falo, eles foram, eu precisava, ah, eu tô com um problema aqui e tal, conversava. E era

conversa, tipo, de duas horas no telefone, e me orientava pra fazer isso, pra fazer aquilo (...) umas coisas, assim, que às vezes parecem bobas, umas perguntas, mas que fez todo sentido na minha vida. (...) Na verdade, eles foram a minha base ali. Fizeram um trabalho com o egresso, que no caso era eu, Charles.

- **Um trabalho de educação social, né?**
- Isso... Inclusive, ainda quando eu tava pra voltar pra Maringá (...) eu lembro que até hoje, eles foram lá em casa e tal. O Adilson falou assim: “Cara, hoje eu quero ver daqui pra frente se você vai sustentar as suas palavras. Porque você vai ser colocado num campo de batalha, né? Porque lá tá todos os amigos que você cresceu, viveu, se envolveu, enfim...” E isso, querendo ou não, ficou marcado na minha cabeça, fez total sentido. E quando eu cheguei lá, eu não procurei meus amigos das antigas. Eu fiz outros amigos que ele me orientou a fazer. Procurar a igreja, estudar, trabalhar e falou assim, tem que preocupar somente com o quê? É trabalho, estudar pra você entrar na universidade e no final de semana você tiver um lazer ali com as pessoas da igreja ou joga um futebol com pessoas que estão longe desse sistema. Então foi isso que eu segui, que o Adilson me direcionou. Tanto ele quanto a Edilene. Então, esse trabalho que eles fizeram comigo, que nem era papel deles, simplesmente depois que eu saísse de dentro do CENSE, simplesmente poderia falar assim, não, não sei, não conheço mais, acabou. Mas eles fizeram esse trabalho comigo que eu sou muito grato pela vida deles mesmo. Esse contato...É importante ter esse trabalho com os adolescentes, sabe, depois da desinternação, porque faz total diferença, como fez na minha vida, porque a gente sai perdido, infelizmente, perdido. E aí, o que eu vou fazer agora?
- **E nem sempre a família consegue ajudar, não por má vontade, mas porque às vezes tem falta de conhecimento, né? A gente não consegue dar um direcionamento, né?**
- É, a gente não pode exigir das pessoas daquilo que elas não sabem.
- **É bem isso mesmo, porque às vezes não sabe onde que consegue tal coisa, um cursinho, um documento, tal, às vezes é coisa tão básica, mas a gente vê a dificuldade de muitas pessoas, pela simplicidade de obter informação. E isso daí seria um trabalho para um educador social. Você teve assistente social (te acompanhando), isso te influenciou na hora de escolher essa profissão?**
- Então, na verdade o serviço social quem me apresentou foi o Adilson também. Inclusive eu tava na unidade lá em Campo Mourão, e aí eu até contei pros piá... E aí o meu sonho era fazer direito, sabe? Desde moleque, fazer direito e empreender, mas eu tô nesse caminho, porque eu ainda tenho muito chão ainda pela frente. Mas o meu sonho era esse, só que daí, lá, eu conheci o serviço social e ele me mostrou pra mim que era um serviço, uma profissão bacana, porque eu me identifiquei muito com a minha própria história também, sabe? E aí eu falei vou fazer isso daí, cara. E aí eu fui nessa, fui assim, eu tenho que me agarrar em alguma coisa, pra eu não sair daqui e se perder de novo, né? Então eu falei assim, é nisso que eu vou. (...)
- **Você acha que tem algum tipo de diferenciamento, de discriminação dentro do CENSE?**
- Então, eu acredito que sim, mas em todo lugar tem, né? Se você pegar uma pessoa (...) você vê uma criança bonita, uma criança que não é muito atraente, todo mundo é bonito dentro dos seus limites. A gente, a tendência é a gente sempre olhar o que é belo, né? Essa é a real, essa é uma questão, é um instinto biológico humano. E se for se aplicando na vida, não é diferente, sabe? Então eu

acredito que sim, que existam essas diferenças, tentam investir mais naqueles que às vezes dão mais trabalho, que naquele outro que talvez seja um pouco mais retraído. Quem deu menos trabalho que esse, mas teve menos oportunidade. Então, acredito que tenha isso, assim, não só dentro do CENSE, mas num contexto geral na sociedade, né?

- **Mas você acha que é dada mais atenção para quem demanda mais do que alguém que fica mais quietinho?**

- É, eu penso que vai depender muito da gestão. Depende muito de quem vai estar na ponta trabalhando com o adolescente. Se a gestão ou a direção não gostar de adolescente que dá trabalho, ele vai mandar bonde (transferência). “Vou dar bonde lá pra laranjeiras, que lá já ficam no veneno mesmo (trancado e com poucas atividades)” não tô falando pra lá, assim, tá? Eu mesmo falo da minha experiência mesmo, eu era um adolescente muito rebelde, dava muito trabalho na unidade, né? Não é atoa que fiquei três meses de disciplina. Então, os educadores odiavam eu lá, odiavam ... eles só esperavam uma oportunidade pra eles fazerem uma contenção (entrar com escudo, tonfa e algemas e conter o adolescente). Vocês falam contenção, né? Mas era marretão mesmo! Então, vai depender muito. E quando mudou a direção lá, o Adilson, parece que ele tem esse desafio, de trabalhar com um adolescente que dá trabalho mesmo (...) Então, vai depender muito, sabe? Depende muito mesmo ali da situação, da gestão.

- **Nessa época que você passou pelo CENSE os agentes usavam a tonfa?**

- Que é isso daí mesmo?

- **É um negócio, parece um cabo...**

- Ah, o cacetete?

- **Cacetete.**

- É, eu mesmo, quando eu fui pra contenção, eles vieram com um escudo. E aí, eu lembro que eu fui pro enfrentamento com eles também. E eles deram várias escudadas em mim, que eu tava lá no chão já, já rendido e o pau torando. Inclusive, eu tive audiência, acho que dois dias depois, lá em Campo Mourão. Tava todo roxo, eu não aguentava nem andar, acho que fiquei uma semana deitado, só deitado mesmo, depois da fuga. E aí, eu cheguei lá pra promotora e falei: “ó promotor, tá vendo esses roxões aqui, ó? Eu só vim na marra, porque eu não aguardei nem andar. Lá dentro da unidade, tá desse jeito.” (O promotor respondeu) “Ah, eu vou ver, não sei o quê...” e até hoje não aconteceu nada, entendeu? Mas eu não tô falando também que eu não tive culpa nessa história. Só que volta naquilo que eu falei uma vez quando eu estava lá com em Maringá (...) que quem é o adulto da situação é quem está ali na unidade, não é os adolescentes. Se o adulto perde o controle, o controle vai ser de quem? Então, se já tem um adulto ali para controlar, para mostrar, para ser espelho, e eles fazem o papel ainda pior para os adolescentes, aí fica difícil, né? Inclusive, eu fui numa unidade, eu não quero falar qual, nem vou falar também, mas eu lembro que aqueles guardiões ficam ali na frente, ele provavelmente não sabia que eu era um ex-interno e eu estava conversando com ele, é recente isso, ele chegou e falou assim: “eles estão me chamando para trabalhar na penitenciária, não sei o quê e tal, e na penitenciária eles falam que vai matar, que vai fazer isso, vai fazer aquilo, e ele essa questão do perigo também” e aí ele falou assim: “mas só que eu sou alemão (...)mas para isso a gente dá um jeito, a gente coloca (...) um formol na unha, embaixo da unha, que eles nem vão saber o que está acontecendo com eles (...) eles nunca vão descobrir o que está acontecendo, então eu sei os macete, a forma de torturar, que não deixa a marca...” e aí eu fiquei pensando

sobre isso, imagina, uma pessoa trabalhando com essa mentalidade no CENSE? Imagina se acontece alguma coisa aqui, e aí pode acontecer, porque quem trabalha no CENSE trabalha com uma panela de pressão, a gente nunca sabe o que vai acontecer, e o que pode acontecer quando não tiver ninguém lá, só a polícia ou as autoridades ali e tal, então querendo, não, se passaram 15 anos aí da minha saída, mas o engessamento continua o mesmo, (o engessamento) da mentalidade de uma boa parte dessas pessoas que trabalham no CENSE, e também reconheço aqueles que mudaram, mas infelizmente tem isso.

- **E assim, de uns anos para cá, a gente viu tendo um enrijecimento, essa coisa da segurança muito forte, do terceiro, e só para te deixar mais naturalizado, eu estou aqui gravando, mas isso aqui é justamente para a minha dissertação, você não vai ser identificado, não vai sair daqui, já gravou assim, única e exclusivamente mesmo para a minha pesquisa.**
- (...)
  - E aí, volta numa questão assim, que, imagina, se quem está do lado de lá tem essa visão bélica, do lado de cá também vai ter essa visão bélica, né? É uma guerra. E aí, eu, quando eu era adolescente, é que hoje, graças a Deus, eu entendo e não assimilo mais as ideias. Mas tinha um grupo de rap, eu lembro o nome "Facção Central". E eles batem pesado mesmo na realidade. E eles foram até censurados pelo Ministério Público de São Paulo, enfim, no início dos anos 2000. Eu era adolescente e ouvia muitas músicas deles que falam realmente umas coisa assim, pesada mesmo, pesada, pesada mesmo. Mais pesada assim, no sentido de contar a realidade, sabe? É aquilo que acontece na comunidade, é aquilo que acontece no bairro periférico, é isso que acontece. Isso não é não estar distante, é pesado (pra) quem está nos condomínios, quem está ali com as famílias estruturadas. Mas quem vive isso todos os dias não é pesado, é a real, sabe? É a real mesmo. E a fala dessa pessoa que falou pra mim num passado não muito distante é pesada também. E por que quando é eles que falam não é censurado? Você pode ver, eu não estou entrando em política, em partido nenhum, mas você pode ver que o antigo presidente tinha as falas praticamente desse nível, né? De exterminar, enfim, as pessoas mais pobres, os traficantes, os drogados e tal. Então é uma questão assim que está longe de acabar e longe de entrar num consenso.
- **Ainda mais quando a gente vê uma pessoa que está lá no poder, legitimando todo esse tipo de fala sem crítica nenhuma, né? Essa fala com todo tipo de preconceito. Porque realmente, e é assim, a gente pode entrar na parte política, mas eu percebo que nesses últimos anos, principalmente nessa última gestão anterior, intensificou muito essa fala policialesca. E de realmente exterminar, sabe? Deu voz pra gente que não pensa. Pra gente que não tem um pouco de bom senso. Vamos retomar aqui. Charles, você me falou um pouco lá no começo sobre as atividades que você participou dentro do CENSE, né? Então assim, você acha que essas atividades contribuíram então na sua reintegração, nessa sua ressocialização. O que você acha que poderia ser melhorado, implementado com mais força, assim?**
- Não sei. Bom, eu penso que... Na verdade, pra ser melhorado, a gente tem que entender a conjuntura da sociedade brasileira, né? Porque a gente vive num retrocesso, né? Desde quando o Brasil é Brasil, as políticas avançam e depois elas regredem... Então... E isso atinge diretamente quem é atendido pela política da ciência social, eu falo assim, especificamente dentro do CENSE. Então, provavelmente, troca de governo, troca de tudo, muda todas as concepções de lógica daquela política. Mas eu penso que o que pode ser melhorado é ter essa permanência, dessas políticas serem efetivas, ter um projeto de ser construído e

continuar sendo seguido. Porque eu penso, igual você falou, que hoje não tem mais isso no CENSE, esse trabalho com menor aprendiz, que me deu a oportunidade de conhecer o mundo do trabalho e, conseqüentemente, mudou toda a minha trajetória. Naquela época, a política, o Estado, enfim, tinha essa oportunidade, hoje já não tem. E volto naquilo que falei no começo. Então, é bem complicado. Então, tem essa dificuldade de manter uma sequência trocando de governo e aquele outro governo, se modifica tudo. É muito complicado, é complexo. Mas eu penso assim, quem está trabalhando ali na base, entender que isso é um direito, não é um privilégio, já faz a grande diferença. Porque quando chegar alguém lá e falar assim, vamos tirar isso, vamos tirar aquilo, vamos desmontar isso, vamos desmontar aquilo, você vai ter argumentos para debater com aquela pessoa que quer tirar os direitos que é do adolescente. O direito de um curso ou de sair para estudar no Ceebja, eu mesmo, eu tirei essa oportunidade de sair para estudar no Ceebja. Então, não só eu, mas outros adolescentes. Eu conheci a biblioteca através do CENSE. Eu saí de atividade externa, a gente tinha lá, tipo, uma hora e meia, eu acho que era no máximo, para ficar lá na biblioteca especificamente. Claro que a gente dava uma saidinha ali na praça, dava uma olhada, tal. Mas foi essas questões que tinha, que teve, que me deram uma direção para seguir ali no pós-desinternamento. Mas eu creio que foram se perdendo. É assim, como a gente falou, vai e volta, vai e volta.  
(...)

- **O que você pode falar, uma consideração sobre efetividade ou não das medidas sociais educativas dos meninos? Você acha que tem alguma efetividade ou não, da forma que está não serve pra nada?**
- Eu penso que tudo tem efetividade, né? E basta a forma que a pessoa vai direcionar, mas eu creio que tem sim, melhorou bastante, assim, a medida socioeducativa, né? Igual eu te falei, que na minha época não tinha esse espaço pra conversar com adolescentes (que passaram) de fora, de ter uma biblioteca, ver televisão, né? Tipo, lá em Campo Mourão os meninos estavam até brincando: “ah, eu vou mudar lá pro camarote”. Eles estavam conversando com o educador lá, acho que eu e o diretor também. “Ah, eu vou mudar lá pro camarote.” Eu pensei: mas o que que é isso? Camarote? (Camarote é um alojamento que fica mais perto da TV). Na minha época não era assim, não, fi. Então, eu vejo, assim, percebo que evoluiu muito, sabe? E o trabalho de entendimento dos próprios educadores, que hoje é agente, da equipe técnica também, né? De abrir pros adolescentes retornar, né? (Adolescentes) Que já passaram pelo sistema, de conversar, e o próprio clube de leitura, né? De trazer dentro das unidades outras pessoas também, policiais também que eu já vi que já foram no curso de leitura. Trazer essa visão, né? Na minha vez (quando participou do clube da leitura), quando eu participei em 2022, foi, especificamente, ainda com o ex juiz me internou, sabe? Então foi muito bacana, assim, de voltar e reencontrar com ele, sabe? Que o próprio CENSE me proporcionou. Claro que eu tava contribuindo com uma parte e o CENSE contribuindo com outra. Então, você vê que tem essas trocas, de contato com outras unidades que, querendo ou não, mesmo existindo as dificuldades, mas tá sendo executado, que tá ali numa ECA, né? Que, ou dentro da própria legislação do Estatuto da criança e adolescente e da medida socioeducativa de internação. Então, eu vejo, assim, que evoluiu muito. Inclusive, quando eu fui lá em Londrina, eu lembro que o próprio, o agente que era educador social, ele falou assim: “não, na minha época eu fazia isso, fazia aquilo, ele era meio carrasco mesmo, sabe?” Eu achei bem interessante de ele mesmo falar que ele era carrasco, que ele fazia isso, que os meninos não podiam cortar o cabelo, tinha que fazer assim, tinha que fazer assado, entendeu? “As minhas regras e as minhas leis, nada do que ele tá no ECA eu vou aplicar aqui.” Então, e ele falar isso, que ele mudou, que ele tá se esforçando pra mudar, enxergar o

adolescente não como um bandido, mas sim como um adolescente que tá ali cumprindo suas medida socioeducativa, que ele é um ser humano, com suas impressões, com seus valores, que gosta de determinado estilo de música. Então isso pra mim eu achei muito interessante, porque você vê que os próprios agentes também tá tendo essa desconstrução, né? Não falo todos, né? Mas tem uma grande maioria que mudaram a visão, né? Que eles mesmos falaram, né? Nem perguntei, eles foram falando. Então, eu penso que se seguir nessa caminhada, nesse ritmo, que volta naquilo que a gente falou também das políticas, de ter uma constância. É isso, sabe? Desconstruir o que é a medida socioeducativa, né? Não é uma prisão, e sim é um local ali pra cumprir uma medida. E ali a gente tá pra aprender mesmo sobre a sociedade, né? Porque tem muitos adolescentes ali que não sabem o que é uma sociedade. Inclusive quando eu tava, eu acho que é importante falar também na sua pesquisa, que é o egresso, né? Que quando eu saí, eu sempre, de vez em quando, sempre saí com o Adilson. (...) Aí a gente foi lá assistir um jogo do Corinthians, ele fez uma pergunta pra mim que eu nunca mais esqueci: “Você já parou pra pensar por que que eu levo você pra esses lugares? ... Todos os lugares que eu te levei e te mostrei, cara, é pra você seguir esse caminho. Isso daqui é a vida, a vida é essa daqui, você tem que seguir isso, tá entendendo?” Então aquele dia lá ficou muito marcado pra mim, sabe, o que ele falou ali. Então pra mim era só mais um passeio, aleatório. Mas por trás tinha um significado que ele falou pra mim que depois fez sentido. Eu falei, realmente é isso mesmo. Então eu não tô vindo aqui à toa, né? Porque eu nunca tive a oportunidade de conhecer esses lugares, né? Então ele que me mostrou, levou, eu tinha muita vergonha, sabe? Eu era muito tímido. Então foi uma dificuldade bastante. Eu tive que enfrentar todos os meus medos. Então isso fez total sentido pra minha vida, sabe? Isso reforçou mais pra eu não desistir dos meus objetivos, dos meus sonhos, sabe? Porque eu tava no começo, nem tinha entrado na universidade. Então essas palavras, que às vezes é simples, mas fez total sentido pra minha vida. Já se passaram treze anos e eu nunca esqueci da fala dele, quando pensava em desistir, voltava na fala dele.

#### **ENTREVISTADO 5 ( BELCHIOR) - Transcrição**

- Então, eu moro em Inajá, já vai fazer 10 anos que eu mudei pra cá, aí hoje em dia eu trabalho numa usina de açúcar, eu sou operador de máquina agrícola, tenho duas filhas, sou casado. (...) É, acho que já faz 14 anos que eu passei por lá, ou 13, alguma coisa assim.
- (...)
- **Você trabalha já na usina como operador? E à noite, você também trabalha em outros lugares?**
- Não, eu trabalho à noite na usina. (...)Eu tenho a renda extra também, eu faço a higienização de sofás também.
- **Eu lembro que na época você participou do programa de aprendiz do SENAC, não foi uma coisa assim?**
- Foi, isso. Eu tava no CENSE ainda, quando eu consegui a oportunidade lá de participar do Jovem Aprendiz. Aí fui trabalhando lá no Cidade de Canção também. Aí quando eu saí do CENSE, aí acabou o Jovem Aprendiz, daí o pessoal me efetivou. Aí eu trabalhei quatro anos lá ainda.
- **Ah, que legal. Aí depois você mudou pra Inajá?**
- É, meu pai tinha comprado a casa aqui pra quando eu saísse do CENSE, a gente vir pra cá. Só que eu tava bem lá no trabalho, eu falava, vou ficar mais um tempo

aqui em Maringá, aí depois eu mudo. Aí eu consegui um emprego aqui, né? Então eu falei, não, é a hora de ir embora agora. Aí eu pude ter estudado lá (em Maringá) e vir pra cá.

- **E você continuou estudando ou você parou? Como que ficou a questão dos estudos?**
- Não, eu fiz só o ensino médio e parei, não fiz mais nada.
- **Você terminou o ensino médio?**
- É, terminei e fiz só os cursos de máquina agrícola mesmo pra poder operar na empresa.
- **Você fez mais outros cursos depois?**
- Sim, eu tenho um curso de operador de coletora, de trator, né? Os cursos que é pra pegar os maquinários lá na empresa.
- **Mas agora entrando um pouquinho na sua história, você acha que a sua história anterior, sua história de vida, sua infância, ela influenciou de alguma forma pra que você fosse parar lá no CENSE?**
- Um pouco, foi as amizades. As amizades erradas, isso influencia bastante. Acho que foi mais questão da amizade mesmo, né?
- **Sim. Eu não me lembro muito bem, mas me parece que a sua família sempre foi bem presente, né? Quando você tava lá no CENSE.**
- Bom, eu fiquei lá no CENSE acho que um ano e seis meses. Nesse um ano e seis meses que eu fiquei lá, eles nunca faltaram em nenhuma visita. Foi muito presente, sempre foi muito presente.
- **Você acha que isso fez diferença o tempo que você esteve lá, pra sua ressocialização?**
- Ah, com certeza, né? Porque tipo assim, você não quer ver sua família não te visitar no domingo num lugar daquele, né? Eles não merecia o que eu fiz, não. Então isso daí pesou bastante.
- **Isso daí até ajudou você a refletir, então.**
- É, sim.
- **Quais foram as suas percepções, os teus sentimentos quando você chegou e no tempo que você esteve lá no CENSE? Como que você se sentia?**
- Ah, se sentia um pouco triste, né? Você tá acostumado todo dia a ter o direito de ir livre para onde que você quiser, aí você faz uma arte lá e você tá privado. Você fala, bom, o que que eu fiz, né? Poderia estar lá de boa, agora eu tô aqui, né?
- **Você se sentiu em algum momento injustiçado, alguma coisa assim, ou não? Você entendia porque que você tava lá?**
- Não, injustiçado não. Eu cometi um ato infracional e tava ciente que eu tinha que pagar por isso.
- **Então era mais a questão de refletir “Poderia não ter feito nada disso, não ter vindo pra cá” é isso, então?**
- É que na época eu tinha 15 anos, né? Adolescente não pensa muito, né? Aí vai no embalo para as companhias erradas ali. Ah, vamos fazer tal coisa, não dá nada, não. Não, dá, sim. E até hoje em dia, que eu tenho 28 anos, eu me arrependo, sim, de ter feito aquilo naquela época, né? Se eu tivesse a cabeça de

hoje, jamais ia ter passado por lá e feito o que eu fiz. É, tipo assim, querendo ou não, um ano e meio ali, você perde muita coisa.

- **É porque um ano e meio com 15 anos, são uns 10% da vida (do adolescente)...**
- E eu tive que mudar de cidade também, né? Eu saí do emprego que eu gostava que todo ano praticamente eu tava subindo de carga, né? Às vezes minha família ficou preocupada, assim, de ter alguma represália e tal, né? Porque essa área de Maringá é bem próxima. Aí para evitar tudo isso a gente mudou, eu não dei contato com mais ninguém daquela cidade.
- **Ah, então esse é um dos motivos de você ter mudado, então, em Maringá.**
- Aham.
- **Ah, entendi (...) Como que você se sentiu, quais foram os seus sentimentos depois da medida?**
- Quando eu saí de lá eu fiquei muito feliz porque eu já tava estudando (fora), né? Eu só ia lá praticamente pra dormir. Eu já tinha um trabalho, né? Aí minha família tava guardando praticamente uns 80% dos meus pagamentos lá do mercado, então quando eu saí de lá, saí até com dinheiro bacana, continuei trabalhando né, porque eu fui efetivado. Tipo assim, não tinha que reclamar assim mesmo, tava dando tudo muito certo.
- **(...) Você acha que fez diferença então, você tem entrado no aprendiz?**
- Fez muita diferença, meu Deus!
- (...)
- **Você falou assim que a medida contribuiu então em algo depois da tua desinternação, você pode explicar melhor?**
- Contribuiu porque quando eu tava lá no CENSE, nas atividades externas, eu fazia o EJA na parte da tarde, eu fazia o jovem aprendiz, lá no SENAC, que era terça e quinta. E no sábado eu também fazia um curso no SENAI de Mecânica Automotiva.
- **Esses outros cursos que vocês fez contribuíram para estar trabalhando hoje, ou não?**
- Não, não envolve muito porque lá é Mecânica a Diesel né, é totalmente diferente, mas já é alguma coisa, se precisar mexer no carro e tal, então é tudo muito bom. É que eu não procurei por oficina né, mas com certeza é até algum ponto bom se for procurar um emprego em alguma oficina.
- **E quanto assim, quando você teve lá com o CENSE, quais foram as suas percepções quanto aos profissionais que trabalham lá? Você acha que tem diferença de tratamento com os adolescentes? O que você pensa da equipe, de todas as pessoas que trabalham lá?**
- Ah, o pessoal de lá, todo mundo, é a gente boa, se você tiver um comportamento legal, não tem porquê, ninguém te trata mal. E você também não precisa tratar ninguém mal lá dentro porque todo mundo, o tempo que eu fiquei lá, eu sempre fui muito bem tratado né. Agora tem adolescente que não respeita, tipo xinga, chuta a grade, então não tem como você ter o mesmo grau de educação com quem está tranquilo e com o outro que está fazendo arruaça.
- **Então você acha que talvez a diferença vai de acordo com o comportamento do adolescente então?**

- É porque o comportamento que eu tinha lá que foi analisado por vocês era um comportamento legal, eu tive tudo. Eu tive atividade externa, consegui trabalho, continuei estudando, fiz curso. Então se você quiser fazer tudo isso, você tem que fazer por onde.
- **E qual é a tua opinião sobre os procedimentos, as atividades que tem dentro do CENSE? Você acha que contribuiu efetivamente para a sua ressocialização?**
- Ah, contribuiu sim, porque apesar de você estar lá preso, você nunca para de estudar. Então, você ainda vai seguir na sua vida né, você está tendo tempo aí de pensar pra sair de lá e melhorar né. Então suas atividades não param, porque como que você vai estar preso e vai continuar estudando né?
- **Quando chegou lá, você estava estudando? Eu não me recordo, faz muito tempo.**
- Quando eu fui para lá, eu estava estudando ainda, eu estava na sétima série, eu tinha reprovado já duas vezes.
- **Depois você continuou, estudou um pouco lá dentro, então saiu fazer a EJA fora, não é?**
- Eu estudei um pouco lá dentro e nas atividades externas eu fazia o EJA e voltava para lá ainda, eu consegui fazer o EJA dentro do CENSE.
- **E você acha que essas atividades contribuíram?**
- Ah, contribuiu muito, foi muito bom.
- **E assim, no tempo que você ficou lá, você percebeu algum tipo de conflito, tratamento diferenciado por parte da equipe e dos adolescentes em relação se é profissional homem, se é profissional mulher? Você acha que havia alguma diferenciação lá dentro, uma questão de machismo?**
- Não, nunca tive isso aí, a gente era muito bem tratado mesmo, né? O pessoal sempre tratou com bastante respeito, independente de ser mulher ou homem.
- **Você não percebeu também em relação a quando a sua família ia visitar?**
- Não, minha família também sempre foi bem tratada lá. Nunca tive nenhum problema assim, não.
- **E assim, considerando a tua vivência, enquanto uma pessoa que passou pelo sistema socioeducativo, você teria alguma consideração a fazer sobre a efetividade das medidas? Você acha que elas são efetivas, considerando a tua experiência?**
- As medidas socioeducativas funcionam, sim. Só que pra ser sincero, eu acho que tinha que ser um pouco mais duro, né?
- **Você acha que tinha que ser mais duro?**
- Ah, porque, tipo assim, né? Tem muita adolescente que vai voltar, acho que se sofresse um pouquinho mais lá dentro, talvez não ia querer voltar.
- **Você acha que deveria ser uma coisa mais rígida? Mas como assim, você fala sofrimento é ficar mais tempo?**
- Acho que tinha que ficar mais tempo. É porque, tipo, três anos, né? Sei lá, depende do crime que você cometeu, uma coisa muito grave, né? “Ah, adolescente...” é o comentário que o pessoal fazia lá dentro, né? A gente é

menor, o máximo que a gente fica são três anos, então quando sair vamos acabar com tudo. Se lá tivesse, assim, cinco anos, seis, talvez pensaria muito mais, né?

- **Entendi. Mas ficaria tendo essas atividades do jeito que você teve, né? Você acha que precisava mudar alguma coisa nas atividades considerando a tua experiência?**
- Porque, assim, pra mim, as atividades foi muito boa, né? Só que eu já vi adolescente que ia pra rua, assim, que não cumpria o papel dele legal de cidadão na rua, né? E é difícil responder assim, né?... É difícil responder porque eu tive o privilégio de estudar, fazer o curso e trabalhar. Aí, vamos supor, que não tivesse isso. Vai saber como que você ia sair de lá, né? Você ia sair totalmente perdido, né? As atividades são importantes, sim, mas eu acho que o tempo teria que ser maior. Eu acho que tinha que ser maior.
- **E você acha que esse tempo que você ficou lá, um ano e 6 meses, foi suficiente para você refletir sobre a tua vida e você não mais se envolver com as suas amizades antigas?**
- É que quando você começa a conviver com pessoas boas, não tem porque você voltar a conviver com o pessoal de antes, né? Porque a vida já é diferente. No curso, a gente tinha contato com um professor bem estudado, ele falava ali da visão de futuro, outras pessoas que tiravam nota boa também. O convívio é totalmente diferente. As ideias são diferentes. No trabalho também, tinha vontade de subir de cargo, ganhar melhor. Então, não tive contato com mais ninguém depois daquele tempo.
- **Então foi educativo mesmo, foi pedagógico você ter ficado lá?**
- Foi tipo assim, um negócio que eu coloquei na minha cabeça: uma vez eu tava vindo do trabalho e voltando pra dormir lá, daí eu vi o pessoal indo embora, eu coloquei aquilo na minha cabeça. Poxa vida, eu trabalho e estudo, em vez de eu voltar lá pra ficar com a minha família, sair comer um lanche, fazer alguma coisa, eu tô voltando pra dormir numa cadeia assim, eu não quero isso aí pra mim mais, não. Eu saio do meu trabalho, eu tenho que ir pra casa.
- **Então fez você refletir?**
- Fez. Fez refletir sim, muito. Bastante!
- **E era muito sofrido?**
- Não era tão sofrido assim porquê ficava lá fora (fazendo atividade externa). Então se você queria comer uma coisa gostosa, tomar um refrigerante, trabalhar ali, né? E eu ia lá praticamente só pra dormir, né? Mas ia pensando, assim, a vontade de ir embora "Poxa, isso aqui não vai chegar, não. Eu tenho que ir embora".
- **Quais sugestões mais você faria para que o CENSE atingisse o objetivo de ressocializar e integrar os adolescentes no convívio social? Você falou da questão do tempo, atividades, o que mais?**
- Lá no CENSE, as atividades ajudam muito. Só que a mudança é muito pessoal também, né? Acho que as medidas lá tá do jeito certo. Só que a pessoa tem que ser colocada no lugar dela de cidadão, né? É muito difícil, porque assim, até hoje eu não tive contato com mais ninguém que saiu de lá, assim, que eu vi, trabalhando, fazendo as coisas a certo, né? É uma pergunta difícil de responder.

- **Você lembra quanto que foi o ano que você passou lá?**
- Faz tempo, já faz um tempinho, né? Eu acho que foi em 2016 ou 2017, faz um tempo já.
- **Faz um tempo, né? Nossa, 16, 17? Uns oito anos já.**
- Assim que eu saí de lá, também, já conheci a minha namorada, que eu sou casado agora, nós estamos tranquilos, graças a Deus. Tenho dois filhos.
- **Ah, que bom! Com quantos anos você tá agora, Renan?**
- 23. (...)
- **E depois que você saiu de lá, você continuou estudando? Como que foi?**
- Continuei estudando, terminei o estudo. Graças a Deus, emprego bom.
- **Você tá trabalhando com o quê hoje?**
- Hoje eu tô trabalhando com o município (de Sarandi), trabalho como o chefe da vigilância sanitária. (...)
- **Eu lembro assim que na época que vocês estavam lá no CENSE, você estava no ensino médio lá no Colégio Independência, não era?**
- Eu ia estudar toda manhã e voltava. Era a parte mais difícil: voltar.
- **Quanto tempo você ficou lá? Você lembra, Renan?**
- Lá eu fiquei, eu acho que foi seis meses. Eu fiquei uma semana menos que meu irmão. Eu acho que foi seis meses ou sete meses (...)
- **Renan, você acha que assim, quando você foi parar lá no CENSE, cumprindo a Medida Socioeducativa, você acha que a tua história de vida, infância, ela influenciou para que você se envolvesse com o ato infracional e fosse parar lá no CENSE?**
- Não, eu achei ao contrário. Eu achei que nós irmos para lá, ajudou muito, o modo de pensar. Os jovens pensam que vocês são menores, podem fazer o que quiser, que não vai dar em nada. E ao contrário, eu creio que meu irmão pensa o mesmo, porque foi uma coisa para nós, um aprendizado.
- **Você acha então que não teve nenhuma questão que acabou influenciando, foi uma coisa pontual ou não?**
- Não, não. Foi um momento de besteira que a gente participou ali e aconteceu de nós ir lá. Mas eu tenho comigo que ir para lá, foi mais uma aprendizado para a gente.
- **E no caso daí não foi relacionada a questão de amizade, nada assim?**
- Não, não.
- **Quais foram as suas percepções, os teus sentimentos quando você chegou lá no CENSE?**
- Desespero.
- **Desespero, O que mais? O que você poderia falar?**
- Foi um estado meio de choque, porque a família sempre foi do bem e não passou por nada difícil. Não tem nem explicação.
- **E o que que passava na tua cabeça (naquele momento)?**

- Ah, o que que eu estava fazendo nesse lugar, esse lugar não é para mim. Tem que sair daqui o mais rápido possível. Um lugar na sua vida, que ninguém quer mesmo, porque é difícil. Está longe da família, né? É difícil.
- **Você estava com 15 anos nessa época?**
- 15 anos, é.
- **Então acho que você, dos três meninos, você era o mais novo?**
- Eu era o mais novo. Eles já tava(sic) com quase 18, se eles tivesse 18, já era. E eu era o mais novo, fiz 16 anos. Eu acho que, se não me engano, meu irmão fez 18 lá dentro.
- **E depois que você saiu lá do CENSE, como que você se sentiu assim? Como a sua percepção, o seu sentimento, depois que você saiu do CENSE, você sentiu angústia, não sei, como que foi a hora que você saiu? Você falou que quando você saiu e voltava para as atividades externas, dava aquele aperto no coração, mas quando você saiu de lá?**
- Ah, foi a maior felicidade que eu tive. Na verdade, a maior felicidade foi meu filho, mas quando eu saí de lá foi, eu fiquei até sem reação. Porque a primeira coisa que eu fiz foi comer um lanche, a primeira coisa que eu fiz. Mas foi uma sensação muito feliz mesmo, estar ali com a sua mãe, com o seu pai, com a família toda unida de novo. Foi bem legal, a saída foi a melhor coisa que eu já fiz.
- **Qual foi o primeiro pensamento que veio na cabeça na hora que foram falar para você que saiu a liberação?**
- Liberdade! Eu vou mudar minha vida, irmão. Vamos seguir em frente, não vou baixar a cabeça. É que eu falei, quando eu saí eu falei para a mãe, isso aí foi um aprendizado para mim. Nós nunca fizemos nada de errado, um momento de bobeira, um negócio de besteira, foi um parada, então, é totalmente diferente agora.
- **E você sentiu que as pessoas de fora tiveram algum tipo de preconceito por vocês terem passado lá, alguma coisa assim?**
- Ah, dos nossos conhecidos não, porque eles sabiam o jeito que nós eramos, né? Conhecem a família, conhecem tudo, então eu creio que não. Porque, sabiam que nós é de família do bem! Foi uma coisa que aconteceu num momento, que ficou no outro momento, então eu creio que não.
- **E quando você saiu, você estava no terceiro ou segundo ano do Ensino Médio?**
- No segundo.
- **Você voltou e continuou estudando, foi tranquilo teu retorno para a escola?**
- Foi tranquilo.
- **E eu lembro que você fez curso lá dentro também, não fez?**
- Eu fiz panificação.
- **E esse curso, ajudou alguma coisa?**
- Ah, ajudou. E quando eu saía eu não parava de fazer as coisas (que aprendeu no curso de panificação) em casa (...) Mas depois eu parei (...) O caderninho de receita carregou comigo até hoje

- **E você acha que a medida socioeducativa contribuiu em alguma coisa na sua vida após a internação? E de que forma que contribuiu?**
- Eu acho que ela ajudou muito, muito mesmo. Porque quando você está ali na juventude, você pensa “ó, eu posso fazer tudo, ninguém pode me parar e eu vou fazer”. Quando a gente vai parar lá, a gente começa a refletir, porque todo dia tem reflexão lá dentro. Você tem que falar, sair pra fora, vamos fazer tudo diferente, tem que ser diferente. Tem que ter mais valor na família, que muitas vezes a gente acaba respondendo a mãe e o pai. (...) pensar que eu vou ter que pensar assim: “nunca mais quero parar naquele lugar (...) ou lugar parecido, né? (...) é aprendizado é pra passar pra frente, pra não acontecer o mesmo erro.
  
- **Você se sente envergonhado? É difícil falar sobre isso?**
- Não, eu me sinto livre pra falar, porque é que nem eu falo, porque não foi uma coisa que a gente planejou pra fazer, foi uma coisa do momento, então eu me sinto muito de boa pra falar sobre isso. Porque até então ajudou minha vida. Eu falando, eu posso estar ajudando aquela outra pessoa (...).
  
- **Do seu ponto de vista, como você enxergava as pessoas que trabalhavam lá no CENSE? Você acha que tem diferença de tratamento com os adolescentes por parte dos integrantes da equipe? O que você pensava em relação aos profissionais?**
- Pelo que eu ouvia, foi normal com todos. Alguns sempre é mais rígido, outros não. Mas eu creio que não tem tratamento diferente, não. Tudo bem igual.
  
- **Por se tratar de um ambiente que atende só adolescentes do sexo masculino, um ambiente que tem muito homem, você acha que tem diferenciação em relação a ser mulher lá dentro? Você percebia alguma coisa nesse sentido de tratamento diferenciado?**
- Não sei diferenciar, mas era diferente sim.
  
- **Você acha que as profissionais sexo feminino e as mulheres tratavam vocês diferente dos homens?**
- Sim.
- **E em relação ao tratamento, você acha que tinha alguma diferença de tratar? Porque na visita, a gente sabe que tem todas aquelas regras quando vai fazer visita da família e tal, você acha que tinha alguma diferenciação em relação ao machismo, preconceito, alguma coisa assim?**
- Ah, sei, eu não entendi muito, então não vou saber responder. Mas eu nunca percebi nada sobre isso não e pelo menos minha mãe também nunca falou e eu também nunca percebi nada, então...
  
- **O que você pensa, qual é a sua opinião, sobre os procedimentos e atividades que eram desenvolvidas dentro do CENSE lá na época que você estava? Você acredita que aquelas atividades, aqueles procedimentos, contribuíram efetivamente para a sua ressocialização?**
- Eu acho que sim. Porque tirava mais um pouco da casa lá e a gente jogava bola, estudava, fazia tudo. Eu acho que ajudava bastante sim. Quem quer ser ajudado, ajuda.
  
- **Então você acha que tem a questão também do adolescente demonstrar que quer ser ajudado, tem isso também... Sobre o tratamento dos meninos, você acha que todos eles são tratados do mesmo jeito? Depende se o menino demonstra interesse ou não?**
- Sim. Eu, pelo tempo, vi lá sim. Não tinha diferença não.

- **Considerando o tempo você passou pelo CENSE, você acha que as atividades são efetivas? O que poderia mudar?**
- Eu acho que do jeito que estava, estava ótimo. Porque, como eu falei, o jovem que vem de tá lá dentro e quer mudar de vida, ele vai ficar pensando. Na hora que ele sair, ele vai mudar. Agora um jovem que não quer mudar, aí não tem o que fazer. Ele pode ir lá, pode ir em outro lugar. Sempre vai ser a mesma mente. No caso, eu creio que bastante jovens que entram lá tentam mudar. Tentam, conseguem, como a gente mesmo, a gente transformou a cabeça de uma forma que não tem nem explicação.
  
- **Você acha que os meninos lá, enquanto eles estão lá quer mudar, mas depois que sai, pra onde a pessoa volta, que isso tem alguma influência?**
- Muitos não, muitos sim. É aquele negócio. Vai depender muito da cabeça da pessoa. Depende muito dele. Querer voltar ou não querer voltar.
  
- **E o que você acha fez você pensar “Não, não quero mais isso pra mim” O que você acha que foi a virada de chave ali pra você?**
- Uma coisa foi ter que ficar lá, outra foi a família, não tem como viver longe da família, né? E outra coisa que eu achava muito desrespeitosa é o procedimento que eu fazia com a minha mãe e meus familiares passarem na hora da visita e aí tocava demais em nós. Então tinha vezes que a gente falava pra ele nem vir mais eles sentem saudade também, eles pegavam e ia ver a gente... A parte que eu mais sofria, uma das partes que eu mais sofria era essa. O procedimento feito com os familiares, que era necessário e era necessário. Pela segurança até de vocês.
  
- **E agora você com o filho, você entende tua família indo visitar vocês todo final de semana...**
- Sim, sim. É verdade. Ah, vai caindo a chave, vai caindo, né. Daí você vai aprendendo a pensar um pouco melhor na vida.
  
- **Se você pudesse dar uma sugestão para que o CENSE atingisse o objetivo de uma forma melhor, ressocializar, reintegrar os meninos à sociedade, o que você teria de sugestão pra gente?**
- Estudos. Estudos lá dentro. Como é que eu posso falar? Dá um up nos estudos. Se não estudar, não vai fazer o curso, não vai ganhar uma bola. Eu acho que uma regra um pouco mais rígida, eu acho que ele poderia até pensar em mudar um pouco.

## ANEXOS

### ANEXO I - CARTA DE ACEITE DO COPEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE UMA REGIÃO DO PARANÁ:  
SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA EMANCIPATÓRIA

**Pesquisador:** Eliane Rose Maio

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 78105524.5.0000.0104

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Maringá

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.814.765

##### Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa vinculada ao centro de ciências sociais e humanas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual (NUDISEX/CNPq), orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Eliane Rose Maio e orientanda Alessandra Elvira de Oliveira.

##### Objetivo da Pesquisa:

- analisar, as respostas dos egressos, quais os fatores (pedagógicos, psicológicos e sociais) influenciaram e foram efetivos na ressocialização dos adolescentes egressos de um sistema socioeducativo no Estado do Paraná, contribuindo para que os mesmos não voltassem a reincidir em atos infracionais.
- Diagnosticar as diferentes concepções teóricas que embasam as práticas cotidianas dentro das unidades;
- Analisar como a qualidade das relações entre os diferentes profissionais contribuem ou dificultam o trabalho socioeducativo;
- Analisar como o atendimento do adolescente é prejudicado devido a conflitos existentes motivados pelas divergências de concepções teóricas e senso comum

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

**Bairro:** Jardim Universitário

**CEP:** 87.020-900

**UF:** PR

**Município:** MARINGÁ

**Telefone:** (44)3011-4597

**Fax:** (44)3011-4444

**E-mail:** copep@uem.br

Continuação do Parecer: 6.814.765

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Todas as pesquisas que envolvem seres humanos estão sujeitas a riscos, porém, isso não quer dizer que eles vão ocorrer. Para esta investigação os possíveis riscos estão relacionados a cunho psicológico, como: possibilidade de cansaço, aborrecimento ou constrangimento em responder determinadas questões; medo da quebra do anonimato, vergonha, estresse e alterações na autoestima; em qualquer etapa metodológica ou, até mesmo, após a realização do estudo. No entanto, como forma de prevenir e atender a possíveis danos e riscos, cabe aos/às pesquisadores/as: garantir que os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos/as participantes serão respeitados; esclarecer todas as dúvidas e orientar, de modo a habilitá-los/as à coleta de dados; ficar atento/a e monitorar possíveis sinais de desconforto (verbais e não verbais); garantir a autonomia e liberdade em abster-se ou desistir da pesquisa, em qualquer fase; garantir que não seja violada a integridade e segurança dos/as participantes, em nenhuma hipótese. Além disso, será realizada a comunicação imediata com as instituições participantes, a UEM e o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para adequação, suspensão temporária ou cancelamento do estudo caso ocorra algum risco, mediante avaliação técnica.

Em relação aos benefícios, com os objetivos decorrentes deste estudo almeja-se apresentar diálogos sobre o processo de ressocialização dos egressos do CENSE (Centro de Socioeducação). Assim, muito embora não seja possível assegurar o retorno de benefícios diretos a esta população, espera-se que os achados possam contribuir para a ampliação do corpo de conhecimento na área da educação, inclusive para a comunidade em geral.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, com a utilização da técnica de entrevista semiestruturada com jovens egressos do sistema socioeducativo. A princípio, será realizado levantamento bibliográfico e revisão bibliográfica dos principais autores que dão fundamento ao trabalho socioeducativo, tomando por base os fundamentos de linha Histórico-Crítica e autores que embasam a Educação Social e o atendimento socioeducativo, buscando identificar as possíveis vertentes teóricas dentro da Socioeducação. Também teremos as Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisa participativa, alicerçadas na Pedagogia Crítica de Paulo Freire. Carta Pedagógica é uma modalidade de escrita e uma ferramenta de pesquisa que aproxima o pesquisador do sujeito da pesquisa. É uma das formas

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900  
 UF: PR Município: MARINGÁ  
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br

Continuação do Parecer: 6.814.765

de construir e possibilitar aproximações de afetividade, compromisso, amorosidade, respeito e registro de uma história em que os sujeitos da pesquisa participam da construção e produção de sistematização de experiências, fundamentada na análise reflexiva e crítica de um documento escrito (PAULO, 2022, p.5). Após a devida aprovação no Comitês de Ética e de Pesquisa, realizaremos um levantamento de 10 egressos que serão contactados, pela pesquisadora, pelos contatos que têm na Instituição, e-mail e telefone, e todos sendo maiores de 18 anos, que concordem em participar da pesquisa. Serão realizadas 12 entrevistas individuais (APÊNDICE 1), no formato on-line, pelo Google Meet, em dias e horários que as pessoas egressas voluntárias puderem participar, sendo que ao final serão convidados a formularem uma Carta Pedagógica aos adolescentes e profissionais que ainda estão no sistema socioeducativo atualmente. Após as entrevistas, será realizada a análise dos dados obtidos no decorrer do processo. Os participantes serão contatados por meio de e-mail e/ou telefone, que estão guardados com a orientanda/pesquisadora, que é pedagoga do CENSE, em que receberão um convite para participarem da pesquisa, em dia e horários previamente combinados, de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Uma vez aceite o convite, forneceremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando todas as questões éticas que perpassam a pesquisa, como: sigilo, registro de voz, anonimato e ainda a garantia de que se não quiserem responder algum questionamento ou retirarem a sua participação na pesquisa, terão tal liberdade garantida, principalmente por ser uma entrevista on-line. Informaremos aos participantes sobre a importância de ele guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico, bem como garantir o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Há, também o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada, como somente terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. Também será considerado anuência quando responder ao questionário/formulário ou entrevista da pesquisa. Por fim, após a análise dos dados coletados, buscando compreender e comprovar as teses levantadas, dissertaremos sobre as análises realizadas, buscando dar conclusão ao projeto.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Consta Folha de Rosto assinada pelo coordenador do Programa de pós-graduação, roteiro de

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900  
 UF: PR Município: MARINGÁ  
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 6.814.765

entrevista, cronograma, orçamento próprio, TCLE e carta de dispensa de autorização de instituição.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

De acordo com a análise realizada e as informações constantes nos arquivos anexados, baseado na legislação vigente, não foram observados óbices éticos nos documentos do estudo. Assim, o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá se manifesta pela aprovação do projeto de pesquisa em tela. Reitera-se a necessidade de apresentação de relatório final no prazo de 30 dias após o término do projeto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2292207.pdf	11/03/2024 09:57:16		Aceito
Outros	Dispensa.pdf	11/03/2024 09:56:56	Eliane Rose Maio	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2292207.pdf	23/02/2024 14:02:06		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/02/2024 14:01:50	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	Entrevista.pdf	23/02/2024 09:55:57	Eliane Rose Maio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	23/02/2024 09:55:43	Eliane Rose Maio	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	23/02/2024 09:55:36	Eliane Rose Maio	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900  
 UF: PR Município: MARINGÁ  
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 6.814.765

MARINGÁ, 09 de Maio de 2024

---

**Assinado por:**  
**Maria Emília Grassi Busto Miguel**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900

**UF:** PR **Município:** MARINGÁ

**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br